

ISSN: 1981-383X

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA COMPARADA / UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
2011

Ano 5
Volume 5
Número 2

ISSN: 1981-383X

Programa de Pós-graduação em História Comparada / UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2011

Ano 5

Volume 5

Número 2

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ.
Ano 5, v. 5, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2011.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-graduação de História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula n 1o., sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL – CEP 20051-070
Tel.: 0 XX 21 2221-4049
Tel e Fax : 0 XX 21 22214049
Fax: 0 XX 21 2221-1470
E-mail: hcomparada@ifcs.ufrj.br
Site: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br>

Revisão:

Edson Moreira Guimarães Neto

Apoio Técnico:

Edson Moreira Guimarães Neto, Marcelo Fernandes de Paula, Rafael Pinheiro de Araújo,
Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz (coordenador)

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Volume 5 – Número 2 – Dezembro/2011
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Prof. Dr. Carlos A. Levi da Conceição
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretor: Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Prof^a. Dra. Gracilda Alves

COMITÊ EDITORIAL

Prof^a. Dra. Leila Rodrigues da Silva
Prof^a. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa.
Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Prof. Doutorando Edson Moreira Guimarães Neto
Prof Mestrando Marcelo Fernandes de Paula
Prof. Doutorando Rafael Pinheiro de Araújo
Prof. Mestrando Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (UFF)
Anita Leocádia Prestes (UFRJ)
Diva do Couto Muniz (UnB)
Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)
Marcelo Cândido da Silva (USP)
Marilene Rosa Nogueiro da Silva (UERJ)
Norma Côrtes (UFRJ)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (UFRGS)
Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)
Renan Frighetto (UFPR)
Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

Sumário

DOSSIÊ TEMÁTICO – MEMÓRIA & HISTÓRIA

O VALOR DA FALA INSPIRADA DE POETAS E ADIVINHOS NA POESIA HOMÉRICA: OS MÉRITOS DA MEMÓRIA.....6

Alexandre Santos de Moraes

LITURGIA E REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE NOS HINOS DE QUMRAN E NO APOCALIPSE DE JOÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO.....22

Valtair A. Miranda

MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA HISTORIA WAMBAE DE JULIANO DE TOLEDO (SÉCULO VII).....50

Renan Frighetto

A ALDRAVA DE MARÍLIA DE DIRCEU. AUTORIDADE E TRADIÇÃO LITERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO MUSEOLÓGICO.....74

Rafael Zamorano Bezerra

PARA O ESTUDO DA MEMÓRIA DO PCB: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO ANTIDIALÉTICO DE MAO TSE-TUNG NA ESTRATÉGIA POLÍTICA DO PCB (“DECLARAÇÃO DE MARÇO” DE 1958, RESOLUÇÕES DO 5º E 6º CONGRESSOS).....94

Anita Leocadia Prestes

OS VENTOS QUE SOPRARAM DO LESTE: O PCB ENTRE O FIM DA HISTÓRIA E O MARXISMO.....107

Hiran Roedel & Heitor Cesar R. de Oliveira

MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE OPERÁRIOS APOSENTADOS DA CAPITAL DO CARVÃO.....140

João Henrique Zanelatto

O RETORNO DE UMA PERSONAGEM NAS COMEMORAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO DE 1922.....155

Júlia Ribeiro Junqueira

RESENHA

RESENHA DO HOW TO READ GREEK VASES.....179

Edson Moreira Guimarães Neto

**DOSSIÊ
MEMÓRIA &
HISTÓRIA**

O VALOR DA FALA INSPIRADA DE POETAS E ADIVINHOS NA POESIA HOMÉRICA: OS MÉRITOS DA MEMÓRIA

Alexandre Santos de Moraes*

Recebido em: 25/11/2011 Aprovado em: 09/12/2011
--

Resumo: *O artigo tem por objetivo analisar os discursos de poetas e adivinhos na poesia homérica. Apesar de ambos terem sido considerados indivíduos inspirados, com acesso privilegiado às divindades, a diferença entres é bastante significativa. A questão da memória emerge como fator distintivo capaz de assegurar, no âmbito da narrativa, louvor ou censura do público ouvinte.*

Palavras-chave: *poetas; adivinhos; memória; poesia homérica.*

Falar é um dos traços distintivos da experiência social apresentada pelos poemas homéricos. Ao lado do ímpeto combativo no campo de batalha, a palavra política, que orienta os caminhos, define posições e celebra os méritos, constituía-se um verdadeiro instrumento de poder. Certamente, esse fenômeno tem muito que ver com as características de uma sociedade ágrafa, cujas leis não estão estabelecidas em um código e que, portanto, dependem fundamentalmente da força impositiva da voz de quem goza de prestígio social. Há, nesse sentido, um tipo de fala capaz de produzir *acontecimentos*, de estabelecer algo, de instaurar uma ordem, diferenciando-se radicalmente da fala ordinária, cotidiana, pronunciada em meio a conversas e resoluções casuais. Trata-se, portanto, de um tipo de fala à qual é atribuído *valor*.

Igualmente, há outro tipo de fala também investida de valor, mas que possui características radicalmente diferentes. Refiro-me à palavra daqueles que arrogam pra si um acesso privilegiado à divindade e que são vistos como agentes potencialmente capazes de vislumbrar os desígnios dos deuses e trazê-los ao conhecimento dos homens. Acerca destes dois tipos de fala, recorro à distinção proposta por Marcel Detienne, que as denomina, respectivamente, *palavra-diálogo* e *palavra mágico-religiosa*:

Estes dois tipos de palavra opõem-se em toda uma série de pontos: a primeira é eficaz, intemporal; é inseparável das condutas e dos valores simbólicos; ela é o privilégio de um tipo de homem excepcional. Ao

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion S. Cardoso. Bolsista CNPq.

contrário, a palavra-diálogo é laicizada, complementar à ação, inscrita no tempo, provida de autonomia própria e ampliada às dimensões de um grupo social. (DETIENNE, 1989, p.45).

A “palavra mágico-religiosa” é, portanto, privilégio dos poetas e adivinhos, aqueles que sabem “o que é, o que será, o que foi” (HOMERO. **Iliada**, I, 70; HESÍODO. **Teogonia**, 32). Isso não significa dizer, contudo, que entre suas atividades não haja peculiaridades e diferentes gradientes de prestígio. Este artigo tem a intenção de colocar o ofício desses indivíduos em perspectiva, utilizando os poemas homéricos como referência e procurando refletir sobre as relações que nutriam com a aristocracia do período.

Mesmo que o exercício comparativo se caracteriz, sobretudo, por ser um esforço de observação empírica de semelhanças e diferenças entre, pelo menos, dois focos de interesse, há certas dimensões da própria diferença que precisam ser evocadas inicialmente e que, mesmo antecedendo o exercício comparativo, já estão sendo mobilizadas no bojo da própria comparação. Colocar objetos em perspectiva exige que se observe distintamente o lugar ocupado por cada um deles no interior da análise. A unicidade das experiências sociais também deve ser tomada como a cautela necessária para que se perceba que, diante das diferenças, a comparação deve avaliar antes de mais nada os limites e potenciais das assimetrias.

Com base nisso, nota-se que há uma diferença fundamental entre os poetas e adivinhos e que deve ser cuidadosamente observada por aqueles que buscam avaliar suas presenças na *Iliada* e *Odisséia*: as narrativas, tal como conhecemos, são reminiscências autênticas das práticas oratórias dos primeiros, e nada indica que os segundos tenham tido algum tipo de participação em sua composição. Assim, por um lado, o que temos disponível é o olhar que os *aedos* tinham a respeito da atividade dos adivinhos, sem a contraparte necessária para equilibrar o jogo, ou seja, o olhar dos adivinhos sobre a atuação dos *aedos*. Por outro lado, os discursos dos *aedos* eram limitados pelas expectativas da aristocracia, seus ouvintes em potencial, fato que restringia a autonomia que dispunham para cantar. No mais, o canto deveria gozar de certa verossimilhança em relação ao trato que essa aristocracia tinha com os diversos segmentos da vida social, já que parece óbvio que seus méritos só poderiam ser celebrados caso o grupo se reconhecesse nos poemas. Dessa forma, as passagens podem

indicar que as representações dos *aedos* e adivinhos sejam um amálgama da visão da que a aristocracia e os próprios *aedos* tinham sobre si e sobre os vates. Esse é núcleo do problema para a crítica das caracterizações.

As práticas oratórias dos *aedos* e adivinhos parecem se orientar em sentidos diametralmente opostos: enquanto os primeiros celebram os feitos passados, presentificando-os na memória dos ouvintes, os segundos revelam os eventos futuros, próximos ou distantes de acontecer. No entanto, como salienta Jean-Pierre Vernant,

[...] entre a adivinhação e a poesia oral tal como ela se exerce [...] nas confrarias de aedos, de cantores e músicos, há afinidades e mesmo interferências, que foram assinaladas várias vezes. Aedo e adivinho têm em comum um mesmo dom de vidência. [...] O deus que os inspira mostra-lhes, em uma espécie de revelação, as realidades que escapam ao olhar humano. (VERNANT, 1990, p.137).

De fato, imperava a concepção de que tanto os poetas quanto os adivinhos eram indivíduos excepcionais, capazes de *ver* o que os demais seriam incapazes. Segundo E. R. Dodds, por mais que em Homero as duas atividades sejam bastante distintas, há boas razões para crer que certa vez elas haviam estado unidas, pois a analogia entre as duas profissões continuava ainda a ser sentida (DODDS, 2002, p.87). Algo semelhante é considerado por Chadwick, para quem é evidente que, através das antigas línguas da Europa do Norte, as idéias de poesia, eloquência, informação (principalmente estudo do passado) e profecia estão intimamente relacionadas (CHADWICK; CHADWICK, 1968, p.637).

A afetação provocada pelos discursos, no entanto, parece encerrar as similitudes e dar início à assimetria. Em geral, enquanto os poetas são tratados com a mais alta estima e louvor por aqueles de quem a glória é cantada, os áugures são frequentemente criticados e, muitas vezes, ameaçados por aqueles a quem são dirigidas as predições. Cabe analisar, dessa forma, as passagens em que tanto os *aedos* quanto os adivinhos interagem com a aristocracia e as reações provocadas por seus discursos.

O recitativo aédico: Demódoco e Fêmio

Apesar da constante presença de *aedos* em Homero,¹ Demódoco e Fêmio foram aqueles que concentraram maiores atenções e acerca de quem conhecemos a resposta da

aristocracia ao recitativo. O primeiro tem destaque durante o périplo de Odisseu e marca presença na corte do rei feácio Alcínoo; o segundo empunhava sua cítara em Ítaca para os pretendentes que almejavam casar Penélope.

Demódoco, cujo nome (*Δημόδοκον*) significa “acolhido pelo povo”, enunciava suas canções na Feácia, região em que Odisseu aportou após ter sido liberto do cárcere amoroso de Calipso. Foi lá que encontrou condições para retornar à casa. Nos banquetes feácios, sob os auspícios da nobreza local, celebravam-se as gestas dos heróis e as vitórias dos aqueus em Tróia para entreter os convivas. Tão logo Alcínoo pede que o arauto traga Demódoco, seu acesso à palavra de cunho mágico-religioso é prontamente apresentado: “Para o júbilo feácio, um deus lhe deu o canto e o coração o instiga” (HOMERO. *Odisséia*, VIII, 44-45).

Ao chegar ao local, foi servido um belo repasto ao poeta, com carnes e vinho em abundância, para saciar a fome e a sede (HOMERO. *Odisséia*, VIII, 69-71). Demódoco cantou a dissensão entre Aquiles e Odisseu, tema que não consta nas epopéias, mas que, pelo que tudo indica, era uma das tantas histórias paralelas que não foram registradas nas versões que conhecemos. Fato é que o canto, inspirado pela Musa, fez Odisseu se emocionar profundamente. Alcínoo, que também desconhecia a identidade do herói, percebeu a angústia que a récita evocava e pediu ao cantor que interrompesse-a.

Após algumas competições atléticas, Demódoco voltou a cantar. Desta vez, dedicou-se a celebrar os amores de Ares e Afrodite, voltando a encantar a audiência. O recitativo é novamente interrompido, desta vez para a oferta de dons – parte indispensável de uma boa recepção – e posteriormente, pela terceira vez, é retomado. Odisseu, vendo Demódoco retornar ao recinto, chama um arauto e pede que entregue a ele uma posta de carne como presente, nos seguintes termos:

*Arauto, passa a carne para o aedo e dize-lhe
que um homem abatido dele se afeiçoa:
pelos humanos epictônios, todos, aedos
são dignos de louvor e de honra: a Musa ensina
à sua estirpe as vias de onde o canto aflora
(HOMERO. *Odisséia*, VIII, 477-481)*

Em seguida, é o próprio Odisseu quem, pessoalmente, vai cumprimentar o *aedo*:

*Louvo-te muito acima dos demais mortais:
filha de Zeus, a Musa te instruiu? Apolo?
Cantas num cosmo de beleza a sina argiva,
quanto fizeram, padeceram e amargaram,
como se lá estiveras ou de alguém souberas”*
(HOMERO. **Odisséia**, VIII, 487-491)

O filho de Laertes sugere como tema para novo canto o episódio do cavalo de madeira, e Demódoco atende seu pedido. Odisseu volta a se emocionar e Alcínoo, mais uma vez percebendo as lágrimas contidas, pede que o estrangeiro se identifique. Só então os convivas ficam sabendo que o tempo todo tratava-se de Odisseu. No canto IX o herói começa a descrever para os feácios as agruras por que passou, mas não sem antes voltar a elogiar o *aedo*: “é belo ouvir cantor da maginidade do aqui presente, ícone de um deus no tom de voz” (HOMERO. **Odisséia**, IX, 3-4). Demódoco não é mais mencionado ao longo da *Odisséia*.

O caso de Fêmio (**Φεμίου**) oferece novas perspectivas. Seu nome, aliás, já indica uma afinidade com a atividade dos adivinhos que não é possível observar na etimologia de Demódoco: tomando como base o campo semântico do verbo **Φήμη**, pode significar “o que é mostrado”, “aviso dos deuses”, “presságio”, “auspício”. O ambiente em que celebrava suas récitas também era radicalmente oposto àquele experimentado pelo *aedo* feácio. Fêmio cantava no palácio de Odisseu, que há vinte anos não via seu rei. Seu público era basicamente formado pelos jovens pretendentes à mão de Penélope, que consumiam as reservas de Ítaca, cometiam toda sorte de excessos e o obrigavam o *aedo* a cantar contra vontade.

A adequação do canto às vontades da audiência era prerrogativa inicial para o sucesso dos *aedos*, condição que envolveu Fêmio em um dilema, já que seu público era adversário do rei em cujo palácio estava acolhido. Ele seguiu, no entanto, a orientação geral que definia o recitativo aédico e celebrou os males que sofreu Odisseu em função do retorno lutuoso que Athena impusera ao contingente aqueu.² Os pretendentes, “calados, escutavam o cantor notável” (HOMERO. **Odisséia**, I, 325). Penélope, no entanto, ouviu as récitas do aposento de cima e desceu as escadas para interceder. Interrompendo o canto, disse:

*Fêmio, conheces muitos outros feitos de homens
e de imortais que encatam as plateias, célebres.*

*Escolhe um deless, que, em silêncio, todos te ouvem
sorvendo o vinho: para o canto lutuoso
que dói no coração como um punhal bigúmeno.*
(HOMERO. **Odisséia**, I, 337-341)

Obviamente, Penélope não fazia parte da audiência inicial, mas passou a fazer quando se aproximou, tornando o canto inadequado. O *aedo*, no entanto, foi socorrido por Telêmaco, filho de Penélope e Odisseu, que percebeu o dilema do cantor e o imunizou das críticas: “Por que vetar que o *aedo* nos deleite, mãe, se a mente dita o canto? Poetas não têm culpa, mas Zeus é responsável: doa ao comedor de pão, ao ser humano, o que lhe apraz doar” (HOMERO. **Odisséia**, I, 346-349). Os pretendentes ficam atônitos com a presença de Penélope, e Telêmaco volta a fazer uso da palavra-diálogo para restituir o equilíbrio do banquete: “Altivos pretendentes de Penélope, não será a melhor postura entregar-se à balbúrdia quando se festeja! Nada é mais belo do que apreciar poeta da projeção de Fêmio, símile dos numes” (HOMERO. **Odisséia**, I, 369-372).

Fêmio volta a ser mencionado ao final da *Odisséia*, quando Odisseu e seu filho trancafiaram os pretendentes em uma sala e deram início à chacina vingadora. O *aedo* estava lá e, mais uma vez, viu-se diante de um dilema:

*Com a lira em punho, ele se
encontrava perto da porta de trás, indeciso
entre duas providências. Sairia para se refugiar
no altar de Zeus, protetor de suplicantes, a quem
Odisseu, filho de Laertes sacrificara assíduo
quartos de muitos bois, ou seria preferível que
se lançasse aos pés do herói e lhe rogasse
clemência?*
(HOMERO. **Odisséia**, XXIII, 331-338)

Após ponderar, julgou mais prudente implorar pela vida. Colocou sua lira no chão, aproximou-se do herói e, abraçando-lhe os joelhos, disse:

*Aqui me tens de joelhos, Odisseu. Suplico-te
piedade. Assassinar um cantor te trará aflições.
Minhas odes encantam deuses e homens.
Sou autodidata, contudo o dom de cantar foi
plantado em mim por um deus. Acolhe,*

portanto, meu canto como voz divina. Não me decapites. Teu filho poderá confirmar que exerci minha profissão nesta casa contra minha vontade. Os pretendentes me obrigavam a comparecer. Eram numerosos e mais fortes”.
(HOMERO. **Odisséia**, XXII, 344-353)

Telêmaco estava perto e, ouvindo as palavras de Fêmio, recomendou ao pai que poupasse sua vida, bem como a do arauto Medonte, que cuidara dele enquanto ainda era uma criança. Odisseu assentiu e ordenou que se retirassem: “Deixem agora a sala, vocês dois. Esperem lá fora. Não quero você e o cantor neste ambiente de matança” (HOMERO. **Odisséia**, XXIII, 374-376). Fêmio foi, mais uma vez, imunizado.

A afetação provocada pelo uso da palavra mágico-religiosa pelos adivinhos, quando comparada à dos *aedos*, mostra-se bem diferente.

Os vaticínios de Calcas e Mastorides Haliterses

Calcas (**Κάλχας**) é, sem dúvida, um dos melhores exemplos da visão homérica acerca da atividade dos vates. Seu nome, derivado do verbo **καλχαίνω**, significa “aquele que reflete profundamente” ou “aquele que está imerso nos pensamentos”. Apesar de ter sido mencionado em inúmeras narrativas ao longo da história grega, a predição que faz no primeiro canto da *Iliada* é a mais conhecida caracterização do personagem.

O exército aqueu sequestrou a filha de Crises, sacerdote troiano. Este, para vingá-los, invocou Apolo e pediu retaliação. O deus atendeu sua súplica e, por dias, lançou suas setas sobre o exército aqueu, além de instaurar uma peste. Buscando uma solução para o problema, Aquiles convoca a assembléia dos guerreiros e sugere que o vidente, cujo sonhar provinha de Zeus, explicasse o rancor apolíneo. Calcas observa o vôo dos pássaros, interpreta-os e desvela as causas do problema. Antes de falar a todos, porém, pede proteção a Aquiles:

*Aquiles, caro a Zeus, ordenas que eu discorra
sobre a ira de Apolo, deus flechicerteiro.
Pois é o que farei. Mas vê se me afianças,
zeloso, com teu braço e palavras valer-me.
Temo irritar um homem, o maior de todos,
que os Argivos governa e os Aqueus obedecem.*

*Furioso contra um fraco um rei se excede em força:
se no momento engole a cólera e a cozinha,
perdura-lhe o rancor, até que se sacie,
concentrado no peito. Diz que me protege
(HOMERO. **Ilíada**, I, 74-83)*

Aquiles dá sua anuência e declara que, enquanto vivo, não permitiria que ninguém lhe fizesse mal. Calcas, encorajado pela proteção do herói, explica que a fúria apolínea tem que ver com o sequestro de Criseida, filha do sacerdote, e com o fato de Agamêmnon não ter aceito o resgate: “Por isso, deu-nos dor, e há de nos dar, o Arqueiro, nem o horror do flagelo afastará dos Dânaos, antes que ao pai retorne a moça de olhos rútilos, sem prêmio, sem resgate” (HOMERO. **Ilíada**, I, 96-99).

Agamêmnon, de fato, se enfureceu. Entregar Criseida significava abrir mão de seu *gêras*, do lote que lhe coube na partilha do espólio de guerra que simbolizava sua honra e prestígio. Furioso, o Atrida ergue-se, encara Calcas e profere:

*Vate funesto, a mim nunca anunciaste o bem,
és amigo do mal, sempre que profetizas;
Nunca disseste, nem cumpriste, um bom augúrio.
E entre os Dânaos, agora, arengas, agourento:
que o deus flechicerteiro tanta dor lhes causa
porque eu não aceitei o resgate da moça,
o penhor de Criseida. Antes a quero em casa,
prefiro-a junto a mim, rival de Clitemnestra,
que, jovem, desposei: Criseida não lhe cede
no porte ou na figura, em prendas, no talento.
Mas se é melhor assim, opto por devolvê-la;
Quero meu povo salvo, antes que destruído.
Porém um novo prêmio preparai-me, súbito;
não é justo que eu só fique sem recompensa:
meu quinhão, quem não viu? Passou-se a mãos alheias
(HOMERO. **Ilíada**, I, 106-109)*

Aquiles discorda do rei, declarando que “não é justo partir de novo o repartido” (HOMERO. **Ilíada**, I, 126). Nesse momento tem início a clássica querela que irá definir os rumos ulteriores da Guerra de Tróia: o rei de Micenas exige, em troca de Criseida, Briseida, jovem que foi dada a Aquiles durante a partilha. O herói tem ímpeto de matar o Atrida, mas é contido por Athena. Em seguida, abandona a guerra e só retorna após a morte de Pátroclo.

O caso de Mastoride Haliterses é sensivelmente diferente. Na verdade, não se trata de um adivinho propriamente dito, entendido como alguém que, tal como os poetas, fazia uso da palavra mágico-religiosa como meio de subsistência. Tratava-se de um ancião itacense reconhecido como alguém que interpretava com primícias os símbolos que indicavam os eventos vindouros. A descrição, no entanto, sugere que seu discurso e vidência foram feitos com base nos mesmos critérios de Calcas, permitindo-nos observá-lo segundo esse ângulo. De acordo com a *Odisséia*, “Nenhum coetâneo lhe equiparava em decifrar as aves e prever augúrios” (HOMERO. *Odisséia*, II, 159-160).

Mastoride Haliterses vaticina durante a assembleia convocada por Telêmaco. O filho de Odisseu levou os itacenses à *ágora* motivado por duas necessidades: denunciar a situação de seu palácio assediado pelos pretendentes e solicitar auxílio para a expedição que faria a Pilos e Esparta em busca de notícias do paradeiro de seu pai. Durante o discurso, Telêmaco se exalta e invoca a fúria vingadora de Zeus para punir com a morte aqueles que dilapidavam seus bens. O Cronida, ouvindo a súplica do filho de Odisseu, envia duas águias para exhibir suas intenções:

*À brisa fácil pairam,
poupando as asas, por um lapso, muito próximas,
em paralelo, mas quando lhes chega da ágora
o multifalatório da assembleia, premem
asas em túrbida voragem, remirando
a frente dos presentes com olhar de morte:
garreando mutuamente a face e o colo, à destra
sodem, abaixo as moradias e a cidade.
(HOMERO. *Odisséia*, II, 148-155)*

É com base nessa visão, partilhada por todos os presentes, que o ancião toma a palavra e declara que Odisseu estava por perto, planejando o extermínio dos ocupantes do solar. Recomenda que se pense em meios para frear os pretendentes ou solicitar aos próprios que contenham seus excessos, para o próprio bem. Nesse momento, Eurímaco, um dos jovens que cobiçavam Penélope, responde-lhe com veemência:

*Vai pra casa proferir teus vaticínios,
velho, para poupar teus filhos do revés:
Decifro bem melhor o mais recente indício!
Das aves numerosas que voejam sob
o sol luzente só algumas são fatídicas,*

*pois nos confins o herói findou. Se o acompanharas,
nós não ouvíramos tua agourenta arenga,
tampouco instigarias o jovem furibundo,
recolhendo os presentes com que te brindou!
O que eu direi, escuta, pois se cumpre em breve:
se tu, ilustre sabedor da coisa antiga,
com tuas predições, instila rispidez
nesse rapaz, ninguém mais que ele sofrerá
as duras consequências (nada poderá
fazer por causa deles). Não evitarás
a reprimenda, velho, pois teu coração
padecerá: não sabes aonde chega a dor!*
(HOMERO. **Odisséia**, II, 179-195)

Não se tem mais menções aos vaticínios de Mastorides Haliterses. Telêmaco retruca a fala intempestiva de Eurímaco, mas sem sucesso: a situação dos pretendentes continua a mesma. Fato é que o desenrolar da *Odisséia* demonstra que das duas interpretações acerca do voo das águias de Zeus, a que se revelou correta foi a do velho vate.

O valor das falas em perspectiva

A origem divina dos discursos é um dos elementos recorrentes nas falas dos poetas e adivinhos. Em todos os casos, Homero deixa claro que estamos diante de indivíduos inspirados, plenamente capazes de interpretar os símbolos enviados pelos deuses e, com base no treinamento que possuem para fazer uso de seu dom de vidência,³ trazer para o presente da narrativa os acontecimentos que as demais personagens são incapazes de ver. Eles estabeleciam, com base nesse privilégio, uma relação de poder ou, com aponta Dodds, “o poder da fala verdadeira” (DODDS, 2002, p.87).

Os vocábulos utilizados para designar o valor da fala dos *aedos* e adivinhos, em uma perspectiva comparada, permitem sugerir dois níveis de compreensão das suas atividades. Por um lado, tem-se uma atitude positiva (+), de louvor (**ἔπαινος**), que elogia os méritos e valoriza os discursos inspirados; por outro lado, tem-se uma atitude negativa (-), de censura (**φύγος**), que critica os discursos e desvaloriza a fala. Em relação a quem enuncia os elogios e/ou censuras, há duas configurações que precisam ser diferenciadas na superfície discursiva: a do narrador e a dos personagens. O narrador, entendido aqui genericamente como aquele que expõe os fatos, não se envolve diretamente nas ações, enquanto as personagens emitem seus juízos com base nos

respectivos interesses que representam no interior da narrativa. Com base nessas distinções, os adjetivos e verbos que caracterizam as reações aos enunciados dos poetas e adivinhos podem ser assim sintetizados:

POETAS (Demódoco e Fêmio)			
Enunciador	Termo utilizado	Sentido na narrativa	Referência
Narrador	περικλυτός	“renomado”, “notável” (+)	Od. , I, 325.
Narrador	θεῖον ᾠοῖδόν	“aedo divino” (+)	Od. , I, 336.
Personagem (Penélope)	θελκτήρια	“encantador”, relativo ao canto. (+)	Od. , I, 337.
Personagem (Telêmaco)	καλὸν (καλός)	“belo”, referindo-se ao canto. (+)	Od. , I, 370.
Personagem (Telêmaco)	θεοῖς ἐναλίγκιος	“semelhante aos deuses” (+)	Od. , I, 371.
Narrador	θεῖον ᾠοῖδόν	“aedo divino” (+)	Od. , VIII, 47.
Narrador	μοῦσ’ ἐφίλησε	“por quem as Musas tem afeto” (+)	Od. , VIII, 63.
Narrador	ἠδεῖαν ᾠοιδῆν	“que possui doce cantar” (+)	Od. , VIII, 64.
Personagem (Alcínoo)	τιμῆς ἔμμοροί	“portadores de honra” (+)	Od. , VIII, 480.
Personagem (Alcínoo)	μοῦσ’ ἐδίδαξε	“a quem as Musas ensinam” (+)	Od. , VIII, 481.
Personagem (Odiseu)	ἔξοχος	“eminente”, “destacado” (+)	Od. , VIII, 487.
Personagem (Alcínoo)	καλὸν (καλός)	“belo”, referindo-se ao canto. (+)	Od. , IX, 3.
Personagem (Odiseu)	Χαριέστερον (χαρίεις)	“gracioso”, “belo”, “adorável” (+)	Od. , IX, 5.

ADIVINHOS (Calcas e Mastoride Haliterses)			
Enunciador	Termo utilizado	Sentido na narrativa	Referência
Narrador	φρονέων	“prudência”, referindo-se à fala (+)	Il. , I, 73
Personagem (Agamêmnon)	μάντι κακῶν	“vate funesto”, “vate vil” (-)	Il. , I, 106
Personagem (Agamêmnon)	κάκ’ ἐστὶ φίλα φρεσὶ μαντεύεσθαι	“é amigo da vileza quando pressagia” (-)	Il. , I, 107
Personagem (Agamêmnon)	ἀγορεύεις	“fala de modo enfadonho” (-)	Il. , I, 109
Narrador	φρονέων	“fala prudentemente” (+)	Od. , II, 160
Personagem (Eurímaco)	γέρον	“velho”, pejorativamente (-)	Od. , II, 178
Personagem (Eurímaco)	θεοπροπέων ἀγόρευες	“profecia agourenta” (-)	Od. , II, 184
Personagem (Eurímaco)	δῶρον ποτιδέγμενος, αἶ κε πόρησιν.	“aceitou receber presentes”, no sentido de “suborno” (-)	Od. , II, 186

Esses exemplos resumem a tendência geral dos épicos. Nota-se que tanto o narrador quanto os personagens que se referem à fala inspirada dos *aedos* o fazem através de atitudes positivas, louvando seus méritos. No caso dos adivinhos, enquanto o narrador encontra-se propenso a elogiar suas qualidades, a resposta das personagens que se sentem envolvidas com os eventos que os augúrios evocam tende a ser negativa.

Algumas interpretações podem indicar as razões da censura com que os personagens tratam os discursos dos adivinhos e do louvor comumente associado ao recitado poético. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que as epopéias, tal como foi indicado anteriormente, são narrativas remanescentes do canto de poetas orais. Isso implica que, mesmo que estivessem envolvidos em inúmeras tensões, o narrador expressa em boa parte das vezes a visão de mundo dos *aedos* ou, no máximo, a visão de mundo que os *aedos* tinham filtrada pelas expectativas da aristocracia. Sugere-se que,

no limite, esse filtro não parece ter sido capaz de restringir os elogios que faziam à própria atividade. Outrossim, o fato de não conhecermos censuras ao recitado aédico nos poemas homéricos não significa que eles não o tivessem sido ao longo história. Aliás, o bom senso sugere exatamente o contrário, por mais que não fosse algo habitual. No limite, o que se tem é o fato de não conhecermos o reverso da moeda, dado que a ausência de registros escritos dos discursos dos adivinhos feitos por eles próprios impede que sejam analisados com base no mesmo critério.

Em segundo lugar, é possível conjecturar que o contraste criado entre o louvor do narrador e a censura dos personagens à palavra mágico-religiosa dos adivinhos tenha que ver com as características do discurso e as expectativas que ele realiza, ou não, diante do público ouvinte. Os exemplos utilizados mostram que seria impossível proferir vaticínios que conciliassem grupos ou personagens que se colocavam de modo antitético diante da questão. Não era possível que Calcas ditasse suas predições sem causar a ira de Agamêmnon, por mais que a solução para dar fim à fúria apolínea fosse almejada por Aquiles e pelos demais aqueus; Mastoride Haliterses, por sua vez, não podia vislumbrar o futuro de Odisseu sem ferir os anseios de Telêmaco, caso negasse a idéia do retorno, ou dos pretendentes, caso enunciasse sua volta. No entanto, o dilema vivido por Fêmio ao recitar para os pretendentes o retorno funesto de Odisseu no palácio do herói mostra que a dificuldade de conciliar interesses não era exclusividade dos profetas. Viu-se que Fêmio foi imunizado por Telêmaco e, em seu pedido, Penélope foi extremamente cordata, elogiando-o inclusive. Poderíamos voltar a explicar essa assimetria, esse diferente grau de prestígio, com base no fato de que os poetas evitaram menções negativas a seu ofício. Essa leitura pode ter fundamento, mas é inevitável questionar a dimensão da associação de *aedos* e adivinhos com a aristocracia e como esse contato pode ter ajudado a definir tais distinções.

Não há dúvida que a composição da *Ilíada* e da *Odisséia* foi direcionada para suprir os anseios das camadas mais ricas da população, mesmo que elas fossem minoria. No universo aristocráticos das epopéias, a influência política era subsidiada pelo domínio de terras produtivas, que são o maior indicativo de poder financeiro dessas elites. Há vários exemplos. Em um deles, Odisseu, transfigurado sob a forma de mendigo, encontra Penélope e aproveita a ocasião para elogiar as virtudes de Ítaca: “seus campos produzem trigo, cevada, árvores frutíferas. Gado gordo nas pastagens”

(HOMERO. *Odisséia*, XIX, 111-113). Segundo Pierre Vidal-Naquet, a principal referência a este fato está exatamente nas menções que os heróis fazem à quantidade de gado que dispõem, que sugere a necessidade de campos vastos, já que a pecuária requer espaços mais amplos que a agricultura ou a horticultura (VIDAL-NAQUET, 2002, p.84). Em um território não muito extenso como o da Hélade, por mais que fosse pouco povoado, a concentração de terras gerava uma distância significativa entre os mais ricos e os mais pobres. A mobilidade social também era extremamente limitada, já que as terras permaneciam no interior das famílias ao longo das gerações. As camadas da população que não tinham acesso a essa riqueza precisavam orbitar em torno das atividades dessa aristocracia para angariar meios de subsistência. Tudo indica que seja essa a função, tanto da poesia, quanto do vaticínio: discorrer sobre assuntos do interesse dos nobres e, com isso, angariar recompensas. Esse é o primeiro ponto.

Além disso, a *Iliada* e a *Odisséia* sugerem que a associação entre grupos aristocráticos que exerciam o poder sobre as várias regiões também era extremamente necessária por, pelo menos, duas razões. A primeira é de ordem comercial, já que nem todos os bens de consumo poderiam ser elaborados no interior de uma dada comunidade, principalmente porque muitas careciam de solos propícios para o cultivo de determinados alimentos. Os contatos eram fundamentais para o estabelecimento de vínculos que favoreciam, através da reciprocidade, a permuta de produtos. A segunda é de ordem militar, já que as invasões eram comuns na antiguidade. Saquear cidades era um recurso privilegiado para a obtenção imediata de riquezas, de modo que as alianças estabeleciam, mesmo que informalmente, um compromisso de ajuda mútua. Presume-se que um ingrediente indispensável para favorecer essas alianças tem que ver com o renome que determinada família gozava no espaço helênico. Ser *conhecido* era fundamental para ser *reconhecido* pelos pares como alguém que, por nascimento, é honrado e confiável para o estabelecimento de acordos e relações de amizade. É por essa razão que, tal como notou Werrner Jaeger, para essa nobreza, “a negação da honra era [...] a maior tragédia humana” (JAEGER, 2001, p.312). Esse é o segundo ponto.

É nesse cenário que os poetas se destacam por serem portadores de um discurso que possui um ingrediente que falta ao discurso dos adivinhos: a memória. O valor de fala do adivinho é inscrito no tempo e, mais ainda, temporalmente limitado, já que determinada profecia mantém sua vigência tão somente no espaço que vai da

enunciação à realização, ou não, do evento previsto. Além disso, o valor de *aletheia* do discurso escapa ao momento da enunciação, e nenhum ouvinte tem meios para avaliar os méritos ou a veracidade da inspiração. É por essa razão que Eurímaco, um jovem arrogante, julgou-se capaz de discordar da profecia do velho Mastoride Haliterse e interpretar de modo diametralmente oposto o voo dos pássaros: a ausência de materialidade do discurso é o apanágio para toda sorte de dúvidas. Diante da fala inspirada de um adivinho, o que se tem é, no limite, a expectativa de um *vir-a-ser* que pode, ou não, tornar-se acontecimento.

O mesmo não ocorre com os *aedos*, cujo discurso é assentado no conhecimento de tradições que são transmitidas ao longo das gerações por diversos meios, inclusive pelo recitado de *aedos* mais experientes. Sua fala é, desse modo, atemporal e, por mais que os fatos narrados pudessem ser localizados historicamente, o grande mérito de suas récitas é mantê-los presentificados na lembrança da comunidade. Além disso, não estão suscetíveis à idéia de “realização futura” que acompanha a fala dos adivinhos: por já terem ocorrido em tempos idos, o que assegura a *aletheia* do canto é o grau de coerência que mantém com o canto de *aedos* outros e com a própria tradição popular que eles ajudam a criar e perpetuar, o que torna seu ofício menos arriscado e suscetível de crítica do que o dos vates.

Dá-se também que, tal como apontado, a difusão dos eventuais méritos de determinada elite potencializa sua capacidade de estabelecer contatos com outros grupos economicamente poderosos, o que inscreve os poetas em uma relação de reciprocidade e amplia a possibilidade de serem recompensados. Como afirma Marcel Detienne, o *aedo* é “encarregado de devolver à elite que o sustenta uma imagem embelecida de seu passado” (DETIENNE, 1989, p.23). Itinerantes, percorriam diversas regiões da Hélade celebrando os feitos passados de determinado grupo, de modo que “as viagens implicavam um deslocamento, tanto físico como simbólico, que atuou decisivamente para produzir elos de coletividade e promover formas de associação entre elites de diversas regiões” (MORAES, 2009, p.70).

É nesse sentido que o valor da palavra mágico-religiosa de um poeta inspirado parece ter uma blindagem mais resistente à censura do que a do adivinho: louvar a atuação dos poetas era, acima de tudo, uma estratégia política. Assim, a memória era o

instrumento privilegiado para a ampliação de seu prestígio social e a razão primeira para o estabelecimento da assimetria que o exercício comparativo procurou identificar.

THE VALUE OF THE INSPIRED SPEECH OF POETS AND DIVINERS IN THE HOMERIC POETRY: THE MERITS OF MEMORY

Abstract: *This article intends to analyze the discourses of poets and diviners in the Homeric poetry. Despite the fact that both had been considered inspired persons, with privileged access to the divinities, the differences between them is very significant. The question of memory appears as a distinctive factor which is capable to assure, in the scope of the narrative, praise or censure of the public.*

Keywords: *poets; diviners; memory; Homeric poetry.*

Documentação Escrita

HÉSIODE. **Theógonie – Les Travaux et les Jours – Le Bouclier**. Paris: Les Belles Lettres, 1996.

HOMERO. **Íliada**. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Editora Mandarim, 2001.

_____. **L'Iliade**. Trad. Victor Berárd. Paris: Les Belles Lettres, 2001.

_____. **Odisséia**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **Odisséia**. Trad. Donaldo Schüler. Porto Alegre: LP&M, 2008.

_____. **L'Odyssee**. Trad. Victor Bérard. Paris: Les Belles Lettres, 2001.

Referências Bibliográficas

CHADWICK, H. M.; CHADWICK, N. K. **The Growth of Literature**. New York: The Cambridge University Press, 1968.

DETIENNE, M. **Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DODDS, E. R. **Os Gregos e o Irracional**. São Paulo: Escuta, 2002.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, A. S. Os sentidos da itinerância dos aedos gregos. **Phoînix**. v. 15, n. 2, p.62-73, 2009.

VERNANT, J-P. **Mito e Pensamento entre os Gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **O Mundo de Homero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Notas

¹ Na *Ilíada*, é amplamente conhecido o episódio envolvendo Tamíris, que desafiou as Musas após vencer uma competição em Eucália e sofreu a retaliação das deusas (HOMERO. *Ilíada*, II, 593-599). Na *Odisséia*, além dos mencionados, Homero discorre a respeito de um aedo que ficou, segundo orientação de Agamêmnon, encarregado de vigiar Clitemnestra e que, em função da emboscada de Egisto, acabou sendo morto (HOMERO. *Odisséia*, III, 268). Ainda na *Odisséia*, Homero menciona a participação de um *aedo* celebrando as núpcias dos filhos de Menelau em Esparta (HOMERO. *Odisséia*, IV, 17-20).

² Na *Odisséia*, as dificuldades para o retorno de Odisseu são impostas por Posêidon no momento em que o herói cega um de seus filhos, o cíclope Polifemo. Não há notícias de como Athena teria interferido, mas sabe-se que esta era uma das muitas histórias paralelas que não foram contempladas por aquele (ou aqueles) que deu o formato conhecido ao épico. Há também uma versão em que Zeus seria o responsável pela errância de Odisseu, mas dela igualmente pouco sabemos. O importante é registrar que essas idiosincrasias são comuns a poemas de origem oral, que não passaram pelo crivo de um “revisor” atento no momento em que foram transcritas para o suporte escrito. Fato é que o canto de Fêmio, apesar da contradição com o enredo do épico, é verossímil aos fatos então conhecidos pelas tradições míticas.

³ A idéia de treinamento, que parece contradizer a lógica da inspiração, foi observada atentamente por inúmeros estudiosos. A própria concepção homérica de “poesia” (*ποίησις*), palavra derivada do verbo *ποιέω*, que significa “fazer”, “fabricar”, “produzir”, “levar”, “criar”, “inventar” e, mais especificamente, “compor um poema”. Trata-se, portanto, de um trabalho que exigia treinamento e que foi frequentemente colocado na mesma categoria de médicos e carpinteiros, ou seja, profissionais que são úteis aos povos. Com base nessa lógica, Vernant considerou que “presença direta no passado, revelação imediata, dom divino, todos esses traços, que definem a inspiração pelas Musas, de modo algum excluem ao poeta a necessidade de uma dura preparação e como que de uma aprendizagem do seu estado de vidência” (VERNANT, 1990, p.139). Fato é que essa leitura da atividade dos aedos é também extensível à dos adivinhos, segundo E. R. Dodds: “Os repositórios humanos de tais verdades (os poetas) possuíam (a exemplo dos videntes) recursos técnicos próprios, certo treinamento profissional” (DODDS, 2002, p.87).

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

LITURGIA E REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE NOS HINOS DE QUMRAN E NO APOCALIPSE DE JOÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO

Valtair A. Miranda*

Recebido em: 24/06/2011

Aprovado em: 08/08/2011

Resumo: *As expressões litúrgicas desempenharam um papel importante na formação e manutenção identitária da audiência do Apocalipse de João e dos membros da comunidade de Qumran, principalmente através dos hinos e das orações. Cantar, então, não apenas descreve a divindade ou fala com ela, mas fornece ao que canta seu lugar no mundo. Nos hinos, o fiel expressa o que ele, se ainda não é, pelo menos gostaria de ser. As expressões litúrgicas do Apocalipse de João e de textos litúrgicos da comunidade de Qumran revelam uma audiência que se percebe perseguida e oprimida pela sociedade dominante, mas transformada e transportada para um status exaltado quando reunida em contexto de culto.*

Palavras-chave: *Hinos de Qumran; Apocalipse de João; Identidade religiosa; judaísmo antigo; liturgia.*

A história da pesquisa sobre os *hodayot*¹ tem início em 1947. No fim de novembro daquele ano, três documentos foram vendidos para Eleazar Lipa Sukenik, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém. Um era o Rolo da Guerra (1QM), o outro, uma cópia bastante danificada do profeta Isaías (1QIsaias), e o seguinte era formado por uma coleção de peças poéticas que começavam, geralmente, com expressões de agradecimento a Deus, intitulado pelos estudiosos como 1QHodayot (ou simplesmente 1QH). Eles haviam sido encontrados em uma caverna nos arredores do Mar Morto (GARCÍA MARTÍNEZ, 1995, p.20; TROMPF, 2002, p.123-44).

Outros fragmentos dos hinos foram encontrados posteriormente. Alguns na mesma caverna (1Q35), mas a maioria na quarta caverna encontrada pelos pesquisadores (4Q427-432).

1QHodayot, assim, faz parte de uma importante coleção de manuscritos descobertos em 11 cavernas nos arredores do Mar Morto, denominados de Manuscritos do Mar Morto ou Manuscritos de Qumran (WILSON, 1993, p.11-96). Os documentos pertenceram a uma mesma comunidade religiosa judaica.² Três tipos de textos foram encontrados nas cavernas. Um primeiro tipo é claramente inter-relacionado, com fortes

* Doutor em Ciências da Religião. Pesquisador associado do Programa de Estudos Medievais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

traços sectários, evidenciando a comunidade específica subjacente aos manuscritos (como Rolo da Guerra e 1QHodayot). Um segundo tipo é composto por textos que viriam a fazer parte do cânon judaico e cristão, o que indica que nem todos os manuscritos foram escritos pela comunidade de Qumran (como os livros de Gênesis e Êxodo). O terceiro tipo de texto é formado por uma série que não viria a fazer parte nem da Bíblia judaica nem da cristã, sendo preservada pela comunidade, mas não necessariamente de autoria do grupo (como Jubileus e Livro dos Vigilantes).

A presença de manuscritos de natureza tão diferente no mesmo espaço levou Boccaccini a afirmar que eles formavam a biblioteca de uma comunidade religiosa judaica, talvez essênica (BOCCACCINI, 1998, p.53-8). Este autor produziu uma importante análise do conjunto de manuscritos e argumentou que eles fornecem a chave para conhecer não apenas a visão religiosa da comunidade (documentos escritos pela Comunidade), mas também para mapear sua origem e desenvolvimento no contexto do segundo templo (documentos preservados pela Comunidade). Em outros termos, as cópias e documentos preservados em Qumran, mas não redigidos pela Comunidade, relatam a história desse grupo religioso desde as raízes do movimento (Livro dos Vigilantes, Levi Aramaico, Livro Astronômico, Livro dos Sonhos), passando por uma gradual organização em comunidades com identidade própria (Jubileus, Rolo do Templo, Proto Epístola de Enoque, Carta Haláquica), pelo surgimento de um grupo sectário dentro do movimento liderado pelo Mestre da Justiça (Documento de Damasco), até o surgimento de uma comunidade separada em Qumran (documentada pelos textos sectários: Rolo da Comunidade, 1QHodayot, Rolo da Guerra, Cânticos de Sacrifício Sabático e Pesharim).

Esta comunidade veio a assumir fortes traços sectários, separando-se dos demais grupos judaicos. Neste contexto de formação e manutenção de uma identidade sectária, as expressões litúrgicas bem cedo desempenharam um importante papel, principalmente os hinos e orações, posteriormente preservados no documento agora denominado de 1QHodayot ou em suas demais versões (1Q35 e 4Q427-432).

García Martínez os chama simplesmente de “textos poéticos” em função da dificuldade de precisar melhor o gênero literário (GARCÍA MARTÍNEZ, 1995, p.347). De qualquer forma, a linguagem dos hinos é bem parecida com os Salmos da Bíblia hebraica, como se pode perceber pela comparação dessas duas passagens:

- “Graças te rendemos, ó Deus; graças te rendemos, e invocamos o teu nome, e declaramos as tuas maravilhas” (Salmos 75.1).³

- “Dou-te graças, Senhor, segundo tua grande força e a abundância de tuas maravilhas desde sempre e para sempre” (1QHodayot, 6, 23).⁴

Além da dificuldade de precisão do gênero, García Martínez não está certo se eles foram destinados à reflexão individual ou a práticas litúrgicas do grupo. Muitas questões têm sido levantadas sobre a pessoa ou pessoas que estão representadas ou são representadas nos *hodayot*. Em função disso, é necessário distingui-los em dois grupos, identificados como *Hodayot* do Mestre e *Hodayot* da Comunidade.

Nos *Hodayot* do Mestre, o “eu” que se manifesta nos hinos o faz como um líder perseguido da comunidade, podendo ser o Mestre da Justiça ou outra figura importante do passado do grupo. Mesmo se estes hinos forem entendidos como representando a perspectiva de uma liderança ou de um líder individual e histórico, eles servem em muitos aspectos como um modelo de uma identidade ideal. Este é o caso de 1QHodayot 10, 3-19; 12, 5-13; 13, 5-19; 15, 6-25. Ilustramos com um pequeno trecho:

*[...] Tu dás a resposta da língua
a meus lábios incircuncisos,
tu sustentas minha alma
reforçando os rins
e aumentando a força;
tu guias meus passos na fronteira do mal.
Sou uma armadilha para os transgressores,
Remédio para todo o que se aparta do pecado,
Prudência para os simples,
Inclinação firme para os tímidos de coração (1QHodayot, 10,7-9).*

Neste trecho do hino, a voz que se manifesta declara ser padrão de integridade e santidade para o grupo que o cerca, e o faz em relação à sabedoria que vem de Deus, que lhe dá as palavras certas diante dos “transgressores” e dos “tímidos de coração”, e aumenta sua confiança para caminhar na “fronteira do mal”.

Já os *Hodayot* da Comunidade não formam uma coleção homogênea, mas, de uma maneira geral, a figura que o canta, em vez de um líder, deve ser um membro ordinário da comunidade, como parece ser o caso de 1QHodayot 7, 16-25:

[...] Porém eu,

*eu fiquei sabendo graças à tua inteligência,
que não por mão de carne [é dirigido] o caminho do homem,
nem pode o ser humano estabelecer seus passos.
Eu sei que todo espírito é formado por tua mão,
[e todo o seu labor,] tu o estabeleceste
antes mesmo de criá-lo.
Como poderá alguém alterar tuas palavras?
Tu, somente tu, criaste o justo.
Para ele estabeleceste desde o ventre o tempo do favor,
para que observe tua aliança e ande por todos (os teus caminhos),
para [derramar] sobre ele a multidão de tuas misericórdias,
para abrir toda a estreiteza de sua alma à salvação eterna
e paz sem fim, sem deficiências.
Sobre a carne tu ergueste sua glória. Vacat.
Porém aos ímpios tu os criaste para o tempo da cólera,
desde o ventre os predestinaste para o dia da destruição.
Pois andam por caminhos não bons,
rejeiam tua aliança,
sua alma aborrece teus decretos,
não se comprazem no que tu ordenas,
mas escolhem aquilo que tu odeias.
A todos [os que odeiam tua lei] os estabeleceste
para executar contra eles grandes juízos
aos olhos de todas as tuas obras,
para que sejam um sinal e um presságio
[para as gerações] eternas,
Para que todos conheçam tua glória
e tua grande força. [...]*

A identidade que se manifesta (ou é reforçada) neste *hodayat* ou em outros hinos semelhantes pode ser dividida em duas partes (NEWSON, 2007, p.232): em relação com o divino e em relação com outros humanos. Na relação com o divino, o membro da comunidade acentua o contraste entre a santidade e grandeza de Deus e a imperfeição e pequenez do fiel. É o que Newson chama de “masoquismo sublime”, quando o cantor se vê como nada. Em relação aos outros humanos, através do dualismo moral. Os membros da comunidade foram escolhidos por Deus para serem seus agentes no mundo, enquanto todos os que estão fora da seita serão alvos do juízo de Deus. Neste caso, há um conflito dentro do fiel, e outro externo ao fiel. É a forma como o membro da seita se situa dentro destes conflitos que lhe confere identidade, ou seja, como ele se vê diante da divindade e diante das outras pessoas (a comunidade *em oposição* às demais pessoas, tanto os outros grupos judaicos quanto pessoas de outras etnias).

O “eu” dos *Hodayot* da Comunidade (a primeira pessoa na qual os textos estão constituídos) forma um poderoso agente na construção da identidade religiosa porque eles combinam aspectos da fala cotidiana e da linguagem literária. Por identidade queremos dizer a forma culturalmente específica na qual o sentido do “eu” é produzido, experimentado e articulado. É a forma como o indivíduo se define diante dos outros indivíduos e do mundo. Durante a recitação dos *hodayot*, o sujeito que fala no texto e o sujeito que lê o texto (ou aquele que recita e concorda em ser representado pelo texto lido) coincidem, reforçando os elementos de auto-definição do indivíduo.

Para Carol Newson, o cultivo dessa linguagem teria sido crucial tanto para a formação da coesão social (sectária) da comunidade de Qumran quanto para a contestação de outras construções de sentido no período do segundo templo judaico (NEWSON, 2004, p.193).

Os *hodayot* poderiam cumprir essa tarefa de conferir identidade em diferentes graus dependendo da forma como eram lidos. Eles poderiam ser recitados como parte de cerimônias religiosas, como textos-base das orações diárias, ou então durante as refeições. Eles poderiam ser usados privadamente ou no contexto do grupo. Assim, diante da questão levantada por García Martínez quanto ao uso individual ou público dos *hodayot*, Newson responde que em ambos os casos ele acabariam construindo e reforçando a identidade de quem o usa. Sua sugestão, entretanto, é que eles eram cânticos de leitura e entoação durante as refeições comunitárias.

Eram estas refeições comunais que forneciam a ocasião nas quais os hinos e orações dos *hodayot* poderiam ser escritos ou recitados. Enquanto uma pessoa lia ou cantava um *hodayot*, cada indivíduo, ao ouvi-lo, entendê-lo-ia como uma expressão da sua própria pessoa e identidade.

É possível até que os *hodayot* não fossem uma coleção fechada de textos, mas uma coletânea de modelos para performance oral. A repetição formal de temas, motivos, conceitos e estruturas sugere que neles estava um modelo para se dar graças a Deus e descrever sua própria experiência e pessoa.

Os *hodayot* não são estruturados como um argumento lógico, mas seu efeito persuasivo em larga escala depende da sua habilidade de gerar uma experiência direta. É como se eles formassem um modelo paradigmático de experiência religiosa. Após ouvi-los, os membros da seita tenderiam a produzir outros *hodayot* autonomamente.

Neste sentido, o hino na primeira pessoa serve para criar uma experiência padronizada para todos os membros da comunidade. A voz dos *hodayot* dá uma descrição de si mesma. Ela é auto-descritiva e auto-reflexiva. É fruto de um exercício de auto-apresentação no qual todos os membros se envolviam, de forma separada e em encontros da comunidade. Como resultado desse contínuo exercício de auto-definição, os muros da seita ficavam cada vez mais rígidos e definidos.

Entoar um *hodayat*, então, não apenas descreve a divindade ou fala com ela, mas dá a ao que canta ou recita o sentido de sua existência, a afirmação de sua identidade. Nos hinos, o fiel expressa o que ele, se ainda não é, pelo menos gostaria de ser.

De grande relevância para a questão das construções identitárias nestes hinos são as passagens que afirmam a crença de que quando uma pessoa se tornava membro da comunidade, tornava-se também parceiro dos anjos na adoração a Deus. O trecho seguinte assim evidencia, extraído de 1QHodayot 11, 19-23:

*Dou-te graças, Senhor,
porque salvaste minha vida da fossa,
e do Xeol Abadão tu me ergueste
a uma altura eterna,
para que ande em uma planura sem fronteiras.
E eu sei que há esperança
para quem tu modelaste da argila
para ser comunidade eterna.
Ao espírito perverso o purificaste
do grande pecado,
para que possa ocupar seu lugar
com o exército dos santos,
e possa entrar em comunhão
com a congregação dos filhos dos céus [...].*

Chamamos a atenção para a referência ao “exército dos santos” e à “congregação dos filhos de Deus”, expressões que parecem apontar para figuras que habitariam com Deus nas regiões celestiais. O membro da comunidade acentua a pertença a uma comunidade que tem acesso a essas esferas especiais. Outra afirmação semelhante aparece em 1QHodayot 14. 9-10:

*Porque todas as suas obras estão na verdade,
e em tua graça os julgas
com grande misericórdia e abundância de perdão.*

*Segundo tua boca os instruis,
e segundo a retidão de tua verdade,
para estabelecê-los em teu conselho por tua glória. [...]*

Um pouco antes, o hino faz referência a “um resto do povo de Deus” (1QHodayot 14, 8). Este resto santo é uma referência à própria comunidade que canta o *hodayat*. Manifestando-se na terceira pessoa, o cântico afirma o estabelecimento da “comunidade eterna” diante do conselho de Deus. Este conselho é uma referência às figuras que estão em torno de Deus nas regiões celestiais. Ou seja, é mais uma referência aos espaços da habitação da divindade, local de estabelecimento do “resto do povo de Deus”.

Estes hinos descrevem os membros da comunidade nos céus como resgatados da existência humana ordinária para uma vida nas alturas celestiais, lugar em que podem partilhar da adoração com os anjos e, ainda experimentar a nova criação, a vida eterna e a remissão dos pecados (FLETCHER-LOUIS, 2000, p.296). Estudiosos como Fletcher-Louis argumentam que esta esperança não é está deslocada para o final dos tempos (típica da apocalíptica judaica), mas é expectativa dos membros desta comunidade para o seu presente.

Num outro hino, o cantor louva a Deus porque “os filhos de teu beneplácito” foram instruídos em mistérios maravilhosos, foram purificados do pecado, santificados das abominações e iniquidades para, desta forma, poder ocupar o seu lugar na presença de Deus junto com “o exército perpétuo e os espíritos eternos” (1QHodayot 19, 9-13). O hino parece terminar definindo o grupo como “uma comunidade de júbilo” (1QHodayot 19, 14). É uma comunidade que canta não apenas como os anjos diante de Deus, mas afirma poder cantar junto com eles nos espaços celestiais.

Um elemento precisa ser destacado. Os *hodayot* descrevem a identidade dos membros da seita como membros dessa congregação celestial, mas não os descrevem em viagens aos céus ou participando da própria liturgia celestial. Os *hodayot* descrevem-nos como habilitados a estar com os anjos, mas não os descrevem no meio dos anjos. Diferentemente de obras como o Apocalipse de João, onde há hinos relatados no contexto do culto celestial (**Apocalipse de João** 4, 11), os *hodayot* são redigidos da perspectiva da terra.

A única exceção entre os *hodayot* parece ser um pequeno trecho de 1QHodayot 26, 24-27, que também apareceu em 4QH 427, fragmento 7, 6-13; 4Q471b e 4Q491c, onde uma pessoa fala em termos exaltados que está “entre os seres celestiais”.

Em partes de um hino, um personagem louva a Deus por suas ações, seus planos e sua misteriosa prudência. Logo em seguida, o texto se desenvolve na primeira pessoa. Esta figura afirma que é contada entre os seres divinos. Segundo suas palavras, “ninguém se compara a ele em glória” ou “prevalecerá contra ele”. Os três primeiros hinos (1QHodayot 26, 24-27; 4QH 427, fragmento 7, 6-13; 4Q471b) são muito parecidos, o que poderia defini-los como cópias de uma mesma recensão. Já 4Q491c parece ser de outra recensão. As duas recensões têm uma estrutura em comum, mas possuem importantes diferenças. Em ambas, um protagonista, falando na primeira pessoa, exalta a si mesmo sobre todos, assevera que ninguém pode se comparar a ele e que está contado entre os deuses ou anjos. Mas a metáfora usada para expressar sua incomparabilidade e sua relação com os anjos é diferente nos dois casos. Ele é amado dos reis, está na companhia dos anjos e tem sua posição com os deuses nos três primeiros; já em 4Q491c, ele é reconhecido entre os deuses, habita na congregação santa e tem sua glória com os santos de Deus. Parece, neste caso, que as três primeiras versões estão relacionadas com os *hodayot*, enquanto a última é relacionada com outro documento de Qumran, denominado pelos estudiosos de Rolo da Guerra, que narra o conflito que se daria no final dos tempos entre os membros da comunidade (os filhos da Luz) e os seguidores de Belial (os filhos das trevas).

Neste caso, na versão relacionada com o Rolo da Guerra (4Q491c) o falante afirma que tem assento em um trono entre os seres divinos (anjos), talvez para promover julgamento. Dentro da narrativa, assim, este “eu” não é um membro da comunidade, mas um anjo de Deus, já que a descrição desta guerra escatológica traz a expectativa de que os anjos lutarão no meio da comunidade no final dos tempos.

Isso levou García Martínez à interessante sugestão de que este mesmo hino, independente da forma como tenha nascido, sobreviveu em repetidas experiências dentro da comunidade, podendo, assim, ter aparecido numa coletânea de cânticos (1QHodayot) ou numa versão do Rolo da Guerra (4Q491c). A versão do Rolo da Guerra seria cantada como um hino de vitória depois da batalha escatológica por um ser celestial (talvez o próprio arcanjo Miguel). Já nos *hodayot*, essa misteriosa figura que

fala em termos tão exaltados de si mesmo seria o líder da comunidade que se vê no céu, num contexto litúrgico, ou mesmo todos os membros da comunidade que se percebem como anjos durante suas atividades cúlticas (GARCÍA-MARTINEZ, 2002, p.321-39).

Este “Hino de Auto-glorificação” parece ser o único momento dentro dos *hodayot* onde alguém entoia um cântico no céu. Isso não significa que não haja outras descrições litúrgicas da participação dos membros da comunidade de Qumran nos céus. Talvez outro grupo de textos, denominados de Cânticos de Sacrifício Sabático (*Shirot Olat Hashabbat*), possam representar esses relatos. Eles foram encontrados inicialmente na caverna quatro (4QShirShab^{a, b, c, d, e, f}),⁵ mas também apresentam uma testemunha na caverna 11 (11QShirShab).⁶

Os *shirot* são formados por orientações de como proceder o sacrifício do sábado. O texto se apresenta explicitamente como um “cântico”, dirigido para um “instrutor”. 4QShirShab^a 1, 1 assim inicia: “Para o instrutor. Cântico para o holocausto do primeiro sábado, o quatro do primeiro mês”. O que se segue, entretanto, não é a descrição de um cântico, nem mesmo formalmente um texto de orientação, e sim um relato do culto celestial na forma como é realizado pelos anjos. A sugestão de Nogueira é que estas instruções litúrgicas apresentam descrições que podem ter se originado de experiências visionárias dos membros da comunidade (NOGUEIRA, 2005, p.24-25.), tornando-as a conexão mais próxima da visão do culto celestial do Apocalipse de João (NOGUEIRA, 2002, p.76).

Nos Cânticos de Sacrifício Sabáticos, não apenas o Templo celestial é concebido em termos paralelos ao Templo de Jerusalém, mas também sua estrutura litúrgica. Todo o ritual do Templo judaico tem um paralelo celestial. No Templo celestial quem exerce o papel sacerdotal são os anjos, idéia que aparece também em outra obra judaica muito importante para a comunidade de Qumran, o Mito dos Vigilantes (1Enoque 15, 2-4).

Estes anjos no papel de sacerdotes celestiais também realizam sacrifícios, conceito subjacente, por exemplo, em 11QShirShab 4, 2-3, que fala do “perfume de suas oferendas” e do “perfume de suas libações”.

As figuras exaltadas dos *shirot*, assim, podem representar a perspectiva de um grupo que tem acesso às realidades celestiais a ponto de descrever o ofício sacerdotal de um grupo de anjos. Ainda que as orientações estejam formalmente dirigidas para os anjos nos céus, elas podem ter sido praticadas pelos membros da comunidade de

Qumran no contexto de seus encontros litúrgicos. Uma segunda possibilidade é que estes cânticos descrevam os próprios membros da comunidade como anjos realizando o sacrifício sabático nos céus em experiências visionárias (FRETCHER-LOUIS, 2000, p.297). O paralelo com o Apocalipse de João, novamente, é muito forte. No seu livro, o visionário de Patmos descreve como foi arrebatado “em espírito” para presenciar uma enorme sucessão de cenas litúrgicas, que começam no seu capítulo quarto e seguem de forma quase ininterrupta até o capítulo onze.

Assim, apesar da coleção dos *shirots* não recitar qualquer cântico, sua descrição dos espaços celestiais nos quais os cânticos deveriam ser entoados pelos anjos ou pelos membros da comunidade reforça o papel que a liturgia tinha para a definição e manutenção da identidade dos membros da comunidade de Qumran.

Em síntese, esse contexto litúrgico parece revelar um grupo que se vê, humanamente, como pequenos e insignificantes diante da grandeza de Deus, mas transformados e transportados para um status exaltado quando reunidos na assembléia ou nos encontros cúltricos da comunidade.

Nossa tarefa agora será analisar a relação entre aspectos identitários e elementos litúrgicos num outro documento. Desta vez tentaremos ligar o Apocalipse de João à liturgia das igrejas. O visionário João, como os autores dos *hodayot* ou dos *shirots*, não apenas usa material litúrgico tradicional de suas comunidades, mas compõe novas peças que representam uma definida perspectiva identitária em novos encontros de culto.

O Apocalipse de João

Em algum momento do primeiro século da Era Comum, um judeu de nome João escreveu um livro para sete igrejas da província romana da Ásia. No seu livro, ele registra experiências visionárias e revelações que teria recebido em Patmos, uma pequena ilha perto da costa do Mediterrâneo.

Irineu, num dos seus escritos, destacou, baseado numa citação de Papias, que “o Apocalipse foi visto não há muito tempo, em nossa própria geração, no fim do reinado de Domiciano” (IRINEU DE LIÃO. **Contras as Heresias**, 5, 30, 3). Seguiu-o também Eusébio de Cesaréia, que argumenta que o Apocalipse nasceu no final do primeiro século: “É tradição que, neste tempo, o apóstolo e evangelista João, que ainda vivia, foi

condenado a habitar a ilha de Patmos por ter dado testemunho do Verbo de Deus” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, **História Eclesiástica**, 3, 8, 1). Ele ainda escreveu: “*Foi então que o apóstolo João, voltando de seu desterro na ilha, retirou-se para viver em Éfeso, segundo relata a tradição de nossos antigos*” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, **História Eclesiástica**, 3, 20, 9).

Isso levou grande parte dos comentaristas da atualidade a situar o livro do Apocalipse de João no contexto do reinado de Domiciano, em meados do fim do primeiro século (KÜMMEL, 1982, p.613-7; VINSON, 2001, p.11).

Isto significa que, se a história dos autores dos cânticos de Qumran terminou um pouco mais cedo, na guerra judaico-romana (66-70 d.C.), o visionário João sobreviveu aos conflitos e escreve quase 30 anos depois. Segundo Adela Collins, é bem provável que ele seja original da Palestina, em função do uso que faz das Escrituras e tradições judaicas, tendo fugido de Jerusalém um pouco antes da destruição da cidade pelos romanos (COLLINS, 1984, p.50). Isto indica, então, que o contexto histórico-social de ambos (João e os autores dos hinos de Qumran) pode ser definido como o período do Segundo Templo judaico. O Templo já havia caído nos dias de João, mas ele é ainda herdeiro deste contexto e devedor de suas tradições, perspectivas culturais e cosmovisão religiosa.

Em termos de relacionamento social, o sectarismo é presença no livro de João e nos hinos de Qumran. Como argumentou Baumgarten, “uma das mais significativas características da vida judaica na Palestina, no período anterior à destruição do Templo pelos romanos foi a proeminência das seitas, nelas incluídos os Fariseus, Saduceus, Essênios, e aqueles que viveram em Qumran” (BAUMGARTEN, 2001, p.387). Às seitas listadas por Baumgarten precisamos incluir, também, os seguidores de Jesus (COHEN, 1987, p.166). O que estes grupos têm em comum? São grupos pequenos e organizados que se separaram de outros grupos judaicos e se entendem como os verdadeiros herdeiros das tradições de Israel. Apenas os membros da seita dão continuidade ao povo da aliança porque apenas eles preservam a autêntica tradição das Escrituras judaicas. Como resultado, os limites desses grupos foram definidos em função do espaço que davam para a possibilidade de conversão, aqui entendida como a possibilidade de quem está fora da seita ingressar para dentro dela, compartilhando de

suas percepções da realidade. Quanto maior essa possibilidade, menos rígidos eram os limites. Quanto menor essa possibilidade, mais rígidos eram os limites.

Os excluídos, entretanto, não são, em termos étnicos, apenas membros de outros povos e nações, mas também aqueles que antes eram considerados como irmãos, e agora se converteram em infiéis. Para o membro de um grupo sectário, não importava se o indivíduo era judeu ou não, mas qual judeu está realmente do lado de Deus e qual copia os costumes das nações (PAGELS, 1996, p.75).

Esta perspectiva está clara no dualismo dos *hodayot*, que opõe os membros da comunidade aos demais seres humanos. Ora, o Apocalipse indica que um comportamento semelhante foi adotado por João. Não se sabe ao certo se ele tem um grupo ao redor de si, ou se é uma voz isolada arregimentando seguidores. Mesmo que ele possua um grupo de seguidores, ainda é difícil dizer se a perspectiva desse grupo é similar à do visionário. O que parece relativamente seguro é que ele possui altos e rígidos ideais de pertença.

A perspectiva religiosa de João, assim, parece compreender três grupos. Um primeiro grupo seria formado dos santos que estão alinhados com ele. Um segundo grupo seria formado dos santos que não estão alinhados. O terceiro grupo é formado pelos demais membros da sociedade, os equivalentes aos estrangeiros ou gentios mencionados nos *hodayot* de Qumran.

Ao relatar suas visões, João começa com a narrativa do aparecimento do Filho do Homem, que o vocaciona a escrever sete cartas para um grupo de igrejas da Ásia Menor: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodicéia. Nestas cartas, a majestosa figura celestial faz ameaças, elogios e promessas, e termina cada carta com um convite para que os leitores se aliem ao grupo dos vencedores. O conflito que precisa ser vencido, entretanto, ainda não está anunciado com clareza nesta seção do seu livro (os três primeiros capítulos).

Na segunda seção do Apocalipse (4,1-11,19), João é levado em espírito por uma porta aberta no céu. Neste lugar, ele presencia uma sucessão de atos litúrgicos. Neste culto celestial, o visionário é apresentado às principais personagens do livro, que o acompanharão até o final: o Ancião sentado sobre o trono, os Quatro Videntes, os Vinte e Quatro Anciãos e vários seres angelicais. A principal personagem, entretanto, se manifesta na figura de um Cordeiro. É ele que, durante uma parte do culto, recebe um

rolo selado com sete selos, que serão quebrados para revelar para João a natureza de eventos que se deram ou se darão sobre a comunidade dos seguidores de Jesus. A cada selo corresponde uma revelação, até o sétimo que, em vez de encerrar a série, se desdobra em outro grupo de sete elementos, desta vez, sete trombetas. Como os selos, cada trombeta está relacionada com um evento, numa escala crescente de intensidade, que culmina com a audição de um hino que comemora o reinado do Cordeiro e a abertura do santuário celestial.

A terceira parte do Apocalipse (12,1-22,21) não se concentra mais no culto (apesar de ainda descrever, vez por outra, cenas litúrgicas no céu), mas numa guerra. O conflito começa quando o Dragão falha tanto em destruir a criança messiânica quanto num confronto com Miguel e seus anjos no céu. Derrotado, foi expulso para a terra. Sua reação é instaurar uma guerra contra os demais filhos da mãe da criança messiânica, “*os que guardam os mandamentos de Deus e apresentam o testemunho de Jesus*” (Ap 12, 17).⁷ Sua estratégia bélica consiste em levantar duas bestas, uma do mar e outra da terra. São elas que implementam o conflito. Os lados do confronto são logo definidos, já que as bestas marcam seus aliados com um número na testa e na mão. Em contrapartida, os aliados do Cordeiro recebem seu selo, o que define também o início da reação na guerra contra o Dragão, as bestas e seus aliados. Sobre o monte Sião, 144.000 homens virgens se reúnem em volta do Cordeiro, prontos para seguir com ele aonde ele for. Do confronto inicial, entretanto, resulta a morte desses guerreiros, cujo sangue é derramado em grande quantidade, descrito como uma ceifa escatológica. Mas suas mortes não representam suas derrotas, já que eles aparecem logo depois como os vencedores sobre um mar de vidro cantando o cântico de Moisés e do Cordeiro. Estas mortes completam o sangue que precisa ser derramado, provocando a ira de Deus sobre a humanidade, na forma de sete taças. Cada taça é derramada sobre elementos da terra, até que a última atinge a própria Babilônia, acusada de derramar o sangue dos profetas, dos seguidores do Cordeiro e de todas as pessoas que morreram. Após o juízo sobre a grande cidade, finalmente, um Guerreiro Celestial desce do céu com suas hostes para enfrentar a coalizão adversária. Sua vitória se dá em duas fases. Na primeira, as bestas são lançadas num lago de fogo, todo seu exército é morto com a espada que sai da sua boca e o Dragão é preso por mil anos. A segunda fase da guerra só se levanta após o término deste período intermediário de paz, quando o Dragão, novamente solto, mobiliza outro

exército. O fim desta coalizão, entretanto, é uma nova derrota, desta vez definitiva, quando o Dragão é jogado no mesmo lago de fogo onde já estavam as duas bestas. Seu exército também é queimado com fogo que cai do céu. Com o fim da guerra escatológica, o visionário finalmente descreve as bodas do Cordeiro, a descida da Nova Jerusalém, o lar final dos santos de Deus.

Os elementos litúrgicos do Apocalipse

Diversos elementos parecem demonstrar a importância da liturgia para o Apocalipse de João, bem como apontam o culto como o contexto vital da obra. Mergulhado nesta atmosfera, o livro foi produzido para ser recitado num culto. Suas expressões litúrgicas, quer compostas por João, quer adaptadas dos cultos de suas comunidades, não apenas comunicariam uma revelação, mas cantariam a forma como os fiéis deveriam se ver no mundo. Abaixo destacamos os principais destes elementos:

- Uma seção inteira do livro foi dedicada ao que parece ser um culto no céu (Ap 4,1-11,19). Nela, João foi transportado para o céu, de onde ele descreve o trono divino e testemunha uma extensa liturgia, recheada de hinos. Somente após o toque da sétima trombeta é que a seção do culto celestial parece terminar. Sua conclusão é doxológica, com a declaração de que o “reino do mundo se tornou do Senhor e seu Cristo” (Ap 11, 15).

- No momento de definir o tempo em que recebera as revelações, o visionário explicitamente faz menção do “dia do Senhor” (Ap 1, 10). Esta é uma referência ao dia em que as comunidades se reuniam para cultuar. Isso pode ser evidenciado pelo Didaqué, um documento escrito um pouco depois do Apocalipse de João: “*Reuni-vos no dia do Senhor para a fração do pão e agradecei, depois de haverdes confessado vossos pecados, para que vosso sacrifício seja puro*” (Didaqué 14, 1). Este “dia do Senhor” é o dia em que Jesus teria ressuscitado. É significativo, então, que João contextualize sua obra no dia em que as comunidades se reuniam para cultuar. Se ele as contextualiza num dia de culto das igrejas, é possível que ele tenha recebido suas visões durante um culto de uma comunidade de seguidores de Jesus que se reunia em Patmos (THOMPSON, 2003, p.27 e 33).

- Independente da configuração formal, podem ser apontados, na segunda e terceira seções do Apocalipse (Ap 4,1-22,5), os seguintes fragmentos litúrgicos: o tríplice santo (Ap 4, 8); as três canções cantadas para Deus ou o Cordeiro, os únicos dignos de serem adorados (Ap 4,11; 5,9-10; 5,12); as três doxologias (Ap 5,13; 7,12; 16,5-7); os sete hinos de vitória (Ap 7,10; 11,15; 11,17-18; 12,10-12; 15,3-4; 19,1-2; 19,6-8); uma exortação para louvar a Deus que é, aparentemente, também um hino (Ap 19,5).

- Em Apocalipse 4, João foi convidado para visualizar o culto diante do trono. O culto celestial era conduzido por seres celestiais, mas em vários momentos o visionário deixa aberta a possibilidade da participação humana neste culto, como parece ser o caso no contexto do episódio do Cordeiro e seus seguidores sobre o monte Sião (Ap 14, 1-5). Não apenas o autor de Apocalipse tinha acesso a este espaço privilegiado de adoração mas, aparentemente, todos os seguidores do Cordeiro quando reunidos em suas assembléias litúrgicas.

- No capítulo 15, após o episódio do Cordeiro sobre Sião, João descreve uma cena litúrgica tendo como personagens os vencedores da besta. Eles cantam um dos mais bem estruturados hinos do Apocalipse. O que João descreve parece estar no seu futuro. De uma perspectiva espacial, algumas coisas são passadas, outras são presentes. Apesar das várias repetições, prolépses e revisões do livro, na estrutura narrativa do Apocalipse ainda há uma reserva escatológica. As futuras ações incluem: a universal adoração da besta, o julgamento dos que adoram a besta, a morte dos mártires, a guerra e a conquista do Cordeiro, a destruição das bestas, o governo do Cordeiro, a destruição de Satã, a habitação de Deus com a humanidade. Os cantores do capítulo 15 são os mártires que não adoraram a besta, e mantiveram o testemunho do Cordeiro até o fim. São aqueles que foram reunidos sobre o monte Sião pelo Cordeiro em Apocalipse 14, 1-5 e derramaram seu sangue, seguindo o mesmo caminho do Cordeiro. Especificamente, estes cantores são idênticos aos 144.000 selados do Cordeiro, mas agora já martirizados. Se esta realmente for realmente a estrutura temporal dentro da qual o visionário se vê, ele espera estar entre aqueles que cantarão o Cântico de Moisés e do Cordeiro diante do trono. Mas cantaria, então, como aquele que já teria participado da vitória sobre as bestas, ao dar o seu próprio sangue pelo testemunho do Cordeiro. Como uma visão do

que estaria por vir, o visionário não apenas se vê dentro dela, mas convida sua comunidade a estar também ali, para empunhar as harpas e cantar diante do trono.

No culto, escatologia realizada

A principal seção do Apocalipse a apresentar o culto é a segunda seção (Ap 4,1-11,19). Ela começa no momento em que o visionário, acessa, por “uma porta que foi aberta no céu”, o Templo celestial.

Aune descreve esta visão de João como um pastiche de imagens e tradições (AUNE, 1983, p. 6). A audiência poderia encontrar nesta visão eco de passagens como Êxodo 24.9-11, Isaías 6, Ezequiel 1, 26-28, Daniel 7, 9-28, 1Reis 22, 19-23, 1Enoque 39 e 2Enoque 20-22, entre outras.

Apesar de João ter subido ao céu com o anúncio do anjo de que lhe mostraria coisas que deveriam acontecer, o que ele vê ao adentrar o santuário celestial é o trono de Deus, e em torno dele um grande ato litúrgico. O início da seção (os capítulos 4 e 5) se detém a descrever, num ritmo muito lento, as cenas e os atores deste culto celestial.

Em torno do trono celestial (ou mesmo do Templo celestial), João descreve elementos típicos de uma teofania da Escritura judaica (Isaías 6, 1-4). Como na visão de Isaías, o trono de Deus é o elemento central. Tudo gira em torno dele. Ao redor do trono estão vinte e quatro tronos, nos quais se assentam vinte e quatro anciãos vestidos com roupas brancas, tendo coroas de ouro na cabeça. Ao redor do trono quatro criaturas denominadas “Quatro Viventes”. Independente da identificação de cada um destes personagens celestiais, o essencial é que todos estão envolvidos em atos litúrgicos. Eles adoram o ancião que se assenta sobre o trono. Os Quatro Viventes, especificamente, têm como missão, sem descanso, dia e noite, expressar adoração (Ap 4, 8).

Dos Quatro Viventes, João ouve:

*Santo, Santo, Santo
Senhor Deus Todo-Poderoso,
o que era,
o que está sendo,
e o que há de vir.*⁸

O hino começa com uma expressão tríplice, originada em Isaías 6, 3: “*E clamavam uns para os outros, dizendo: Santo, santo, santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória.*” No texto de Isaías, ela é uma canção entoada por Serafins, figuras parecidas com serpentes aladas. Esta passagem foi largamente usada em textos apocalípticos para compor as cenas do santuário celestial. Os grupos judaicos do segundo Templo, frequentemente, viam no tríplice “santo” a expressão perfeita do culto dos anjos, deduzindo daí um modelo para o culto na terra (PRIGENT, 1993, p.104).

A expressão denota um ser soberano sobre todos os outros deuses e senhores da terra. Ele é o Senhor dos Exércitos, o Todo-poderoso, o Senhor da terra toda, descrição que leva Fiorenza a definir o conjunto da canção como de natureza política. São expressões que querem responder a questão “quem é o verdadeiro senhor da terra” (FIORENZA, 1991, p.58).

No momento em que os Quatro Viventes cantam a *kedushá*, os Vinte e Quatro Anciãos se prostram diante do que se assenta no trono, depositando aos seus pés suas coroas de ouro. Desta vez, são eles que adoram (Ap 4.11):

*Digno és
Senhor e Deus nosso,
de receber
a glória,
e a honra,
e o poder,
porque
tu criaste todas as coisas
e através da tua vontade passaram a existir e foram criadas.*

Este é um hino de dignidade. A divindade é adorada porque é digna; e é digna em função da sua obra de criação. O hino também levanta a questão de quem é digno de ser adorado. Possivelmente, é uma peça litúrgica que surge em meio à disputa por adoração. Com um hino deste tipo, o Apocalipse tenta apontar quem é digno de adoração e, conseqüentemente, quem não o é.

Estes hinos atuam na identidade da audiência por via indireta. Ao ouvi-los, a audiência acompanha os seres celestiais declarando o senhorio exclusivo de Deus sobre o mundo. Se Deus é o verdadeiro Senhor da Terra, o que se assenta em Roma não o é.

Mas este conhecimento do senhorio de Deus sobre o universo é um conhecimento profundo que somente quem acessa as regiões celestiais conhece.

A afirmação de posse de conhecimento profundo era um instrumento importante para a afirmação de identidade sectária entre os cantores dos *hodayot* (NEWSON, 2007, p.71). De forma bem semelhante, o que estas peças litúrgicas do capítulo 4 de Apocalipse indicam é um tipo de conhecimento que somente os seguidores de Jesus tinham acesso.

Ao afirmar que somente Deus é digno de receber adoração, honra, poder, ele está afirmando a singularidade da figura divina diante das pretensões imperiais romanas; e ao afirmar a singularidade de Deus, o hino também reforça a singularidade de seus adoradores.

Outro hino de dignidade aparece em Apocalipse 5, 9-10, igualmente entoado pelos Vinte e Quatro Anciãos, só que desta vez dirigido ao Cordeiro:

*Digno és de tomar
o livro
e abrir-lhe os selos
porque
foste morto
e compraste para Deus através do teu sangue
pessoas de toda tribo, língua, povo e nação
e os constituíste para o nosso Deus
reino e sacerdotes;
e reinarão sobre a terra.*

Somente o Cordeiro é digno de pegar o livro das mãos de Deus e de abrir seus selos. Somente ele é digno de revelar para o visionário e sua comunidade o conhecimento escatológico. A base desta dignidade é a morte de Jesus. A imagem de um cordeiro imolado já seria evocação suficiente à morte de Jesus, da mesma forma como sua posição em relação ao Trono o afirma vivo e com poder para fazer especificamente duas coisas: comprar para Deus um povo exclusivo; e fazer deste povo um reino e sacerdotes de Deus. São dois elementos identitários importantes aqui reforçados. O hino canta o status real e sacerdotal de João e dos seguidores de Jesus. Dentro da narrativa, o elemento é ainda mais forte pelo fato de que os cantores são os Vinte e Quatro Anciãos diante do Trono no céu. Eles, como figuras celestiais, confirmam a identidade dos fiéis na terra.

A origem dessas pessoas como “de toda tribo, língua, povo e nação” afirma o caráter não mais étnico do povo de Deus. A filiação não é mais uma questão de sangue, mas de compromisso com o Cordeiro.

As formas verbais são bem precisas. Os “santos” já foram comprados e já receberam a investidura real e sacerdotal. São ações já realizadas por Jesus no momento de sua morte e ressurreição. Mesmo assim, uma reserva escatológica se manifesta: eles ainda reinarão sobre a terra. Eles já fazem parte do reino de Deus e seu filho Jesus Cristo, mas este reino ainda não é visto por quem não faz parte dele. O cântico expressa a esperança, verbalizada por João na sua descrição do milênio (Ap 20, 1-4), que na intervenção última de Deus este reinado se materializará.

A cena ganha proporções ainda maiores quando, após este hino, anjos em número de “milhões de milhões e milhares de milhares” também cantam a mesma temática (Ap 5, 12):

*Digno é
o Cordeiro que foi morto
de receber
o poder,
e riqueza,
e sabedoria,
e força,
e honra,
e glória,
e louvor.*

Enquanto a primeira canção de dignidade ao Cordeiro está na segunda pessoa do singular (um hino que fala com o Cordeiro), a canção dos anjos está na terceira pessoa do singular (um hino que fala do Cordeiro). Em ambas as canções, o objeto de adoração é descrito numa linguagem político-religiosa do antigo Israel. Ele é o Leão da Tribo de Judá, a raiz de Davi, que conquistou e, portanto, é digno de abrir o rolo que Deus entregou em suas mãos. Mas é, ao mesmo tempo, um Cordeiro em pé como se tivesse sido morto (BAUCKHAM, 1993, p. 214).

O Leão era usado como símbolo de poder no mundo antigo e se tornou associado com o trono de Davi através da caracterização de Judá feita por Jacó (Gênesis 49, 9). A raiz de Davi é uma metáfora para a linhagem de Davi (Isaías 11, 10) e se tornou símbolo da restauração da monarquia davídica (Jeremias 23, 5). Estas tradições

do restabelecimento do reino de Deus como um ato de força e poder eram tradicionais. Mas esta não é a perspectiva de João, que inverte a imagem. O leão se torna cordeiro. Ele tem poder e tem força para conquistar, mas seus atos de conquista passaram pela sua morte (BARR, 1998, p. 70).

Se Deus é digno por causa de sua obra de criação, o Cordeiro é digno por causa da redenção. Somente ele é digno de abrir os selos porque somente ele venceu a morte. Ao inserir o tema da morte do Cordeiro na tradição messiânica davídica, o visionário insere na esperança messiânica política os aspectos da tradição sacrificial.

As cenas de culto celestial não eram novidades na apocalíptica. Entretanto, a presença do Cordeiro como que morto no Templo celestial, participando, ou mesmo recebendo o culto, é uma grande novidade do visionário João. Um número muito maior de epítetos nestes hinos de dignidade é lançado sobre o Cordeiro do que ao próprio Ancião que estava assentado sobre o trono central do Santuário.

Após a adoração ao Cordeiro, João ainda acrescenta que “toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há” se volta novamente para aquele que se assenta no trono. Sua descrição do culto celestial, assim, extrapola até mesmo os espaços celestiais, pois envolve, também, o âmbito da terra e do mar, bem como todos os seus seres. Toda a natureza aparece envolvida na adoração celestial.

Finalmente, ambos os personagens celebrados no culto celestial recebem, simultaneamente, a adoração. Todas as dignidades de Deus pertencem também ao Cordeiro, que ainda suporta outras. Estes dados sinalizam que, diferentemente das canções dos *hodayot*, no Apocalipse de João, não é Deus a figura principal, mas sim o Cordeiro. Ele é o personagem central da revelação do visionário.

As canções, ainda que na narrativa entoadas por figuras celestiais, afirmam o status exaltado dos seguidores de Jesus. Eles foram comprados para Deus e lhes pertencem agora. Como propriedade exclusiva de Deus, são seus sacerdotes, fazendo parte do reino de Deus e do Cordeiro já no presente tempo. Por isso eles já podem cantar no culto todas as expectativas que as antigas tradições esperavam para a intervenção escatológica divina.

Concretamente, o reinado de Deus e seu ungido se manifesta no espaço sagrado do culto. O Templo celestial, sede do reino de Deus, tem seu equivalente na terra no ajuntamento da comunidade de fiéis em adoração.

De forma quase linear, estes e os demais hinos e expressões de culto do Apocalipse descrevem a derrota do mal como já ocorrida, o reino como já estabelecido, o Cordeiro como governante e digno de adoração, Deus como o rei supremo sobre todo o mundo. O culto celestial é um evento presente; e não apenas presente, mas paralelo ao culto das igrejas na terra. Nos cultos das comunidades de seguidores de Jesus, o Cordeiro já pode ser declarado vitorioso, seu Reino já pode ser percebido como realizado. No contexto do culto, se dá a escatologia realizada do Apocalipse, onde todos os elementos do reinado de Jesus já se mostram efetivamente estabelecidos (BARR, 1998, p.79).

Como Collins argumentou, é no espaço da liturgia que a experiência de vitória dos santos é experimentada (COLLINS, 2001, p.234). Mesmo as narrativas de conflito do Apocalipse foram inspiradas num contexto litúrgico. Cultuar e guerrear são, no Apocalipse, como dois lados de uma mesma moeda. Um é parte inerente do outro. Se no seu cotidiano o santo ainda luta, no contexto da adoração, ele já é vitorioso como seu Senhor exaltado.

Se no plano temporal, o reino de Deus é um evento futuro, no contexto litúrgico é uma realidade presente; e não é presente apenas porque se dá no espaço do culto celestial, mas porque já pode ser experimentada pelos fiéis que ainda não morreram. O culto celestial é um espaço no qual eles já acessam, e neste espaço, o fim já chegou. O Cordeiro já reina e seus seguidores reinam com ele.

No aspecto retórico, o visionário deseja que sua audiência participe já no seu presente deste culto e deste reino. Neste sentido, Gloer argumenta que:

A recitação litúrgica do Apocalipse se torna uma real experiência do Reino de Deus. A liturgia é a manifestação do poder de Deus. Adorar é experimentar o reino de Deus. O Apocalipse, mais do que descrever a vinda do Reino de Deus (a narrativa escatológica), mais que descrever o reino através da adoração (as peças litúrgicas), traz o reino (GLOER, 2001, p.52).

Como anjos diante de Deus

Na discussão da identidade dos sectários de Qumran, Fretcher-Louis fala em “angelomorfismo”. Por esta expressão, ele descreve o fenômeno de pessoas que se consideravam como anjos. Sua pesquisa analisou diversos textos de Qumran onde humanos se vêem angelomórficos, ou seja, angélicos em status ou natureza, embora sem necessariamente ter sua identidade reduzida apenas a de um anjo (FRETCHER-LOUIS, 2000, p.292).

Enquanto cantavam seus hinos e participavam de encontros de culto, os membros da comunidade de Qumran se viam como anjos diante de Deus. Eles podem compartilhar uma comunhão com anjos, porque entendiam que sua vida e as práticas religiosas da comunidade eram uma espécie de espelho do céu.

Louis acredita que na própria Bíblia hebraica já seja possível encontrar textos que indiciariam este fenômeno (1Samuel 29, 9; 2Samuel 14, 17 e 20; Zc 12, 8; Ez 28, 14 e 16). Entretanto, é mesmo na comunidade de Qumran que a exaltação dos fieis ao status angélico é mais bem demonstrada. Nos *hodayot*, os justos cantam sua retirada das profundezas da humanidade para os altos céus, onde eles poderiam relacionar com as hostes de anjos e experimentar a vida da eternidade, a nova criação e, subseqüentemente, o perdão de pecados.

A tese de Fretcher-Louis é que esta visão da humanidade é derivada da leitura de Gênesis 1, segundo a qual a criação de Adão à imagem e semelhança de Deus implica sua formação à imagem dos anjos, ou seja, dos deuses. É desta forma que se compreende que Adão foi criado para carregar a glória de Deus, passando esta glória para o verdadeiro Israel (FRETCHER-LOUIS, 2002, p.97). Como a comunidade de Qumran se entendia o verdadeiro Israel, suas expressões abraçaram então a identidade exaltada da glória de Adão.

No caso do Apocalipse de João, já apontamos evidências de uma identidade exaltada, mas conteria também aspectos de um angelomorfismo como o de Qumran? Quem dá uma resposta positiva para esta pergunta é Daniel Olson (OLSON, 1997, p.492-510), no contexto de sua análise dos 144.000 seguidores de Jesus em torno do Monte Sião (Ap 14, 1-5).

Para este autor, apresentando os seguidores de Jesus como os únicos que podem aprender a canção celestial, João os relaciona com os seres angelicais. Ninguém além

deles pode aprender a cantar esta canção porque esse papel é dos anjos. Os *shirots* de Qumran se esforçam para descrever esta atividade litúrgica dos anjos no céu. Desta forma, no Apocalipse, os fiéis são exaltados não apenas porque foram comprados por Deus e constituem seu reino e sacerdócio, mas também porque são contrastados com os anjos de Deus, a ponto de exercer um papel angelical.

O tema da transformação dos santos em anjos não é freqüente em obras do segundo século, mas ocorre em diferentes tipos de textos. Em todos os casos, a idéia aparece brevemente sem a necessidade de elaboração, exatamente como no Novo Testamento. Olson produziu a seguinte lista de passagens (OLSON, 1997, p.504-5):

- Em Atos de Paulo e Tecla: *“Bem-aventurados são aqueles que temem a Deus, porque eles serão como anjos de Deus”*.

- Em Martírio de Policarpo: alguns mártires já eram “como anjos” durante a morte.

- Em Ascensão de Isaías 8.14-15: o próprio personagem principal do livro se tornou como anjo após a morte.

- Clemente de Alexandria alude a cristãos como anjos, mas não dá qualquer outra informação sobre a idéia.

- Tertuliano fala de cristãos candidatos ao status angélico.

Apesar de curtas, essas passagens indicariam uma idéia persistente nos primórdios do cristianismo de que os santos estão destinados a adquirir status angelical após a morte.

A conclusão de Olson, então, é que João está inserido numa tradição que liga os seguidores de Jesus aos anjos. Esta ligação poderia estar configurada na forma de uma transformação angelical após a morte, ou então na forma de algum ofício angelical ainda em vida. Neste sentido, no Apocalipse, os fiéis que cantam diante do trono exercem o mesmo papel dos anjos. Eles estão participando ativamente de todas as estruturas litúrgicas do culto celestial.

Se estas percepções estiverem corretas, é possível que João, como a comunidade de Qumran, afirme a identidade de um grupo que pode aprender as canções celestiais. Se pode aprender, pode também cantar. Eles são, assim, os guerreiros exaltados do Cordeiro, pois compartilham, já na terra, de uma identidade exaltada como a dos anjos.

Identidade compartilhada nas expressões litúrgicas

Diferente dos elementos ascéticos do Apocalipse, o visionário, através de aspectos litúrgicos, parece reproduzir elementos tradicionais de culto. Os hinos cantados poderiam, inclusive, já serem conhecidos de sua audiência. Mesmo argumentando que os hinos do Apocalipse são de autoria do próprio João, Aune ainda reconhece que ele deve ter recorrido a tradições litúrgicas tradicionais do contexto judaico e das igrejas (AUNE, 1997, p.316).

O fenômeno é similar no caso dos *hodayot*. Apesar de se manifestarem como hinos e expressões típicas de uma comunidade sectária, eles frequentemente recorrem a temas judaicos tradicionais (como os encontrados no livro de Salmos do cânon judaico), adaptando-os ao novo contexto.

Neste sentido, os elementos litúrgicos do Apocalipse de João e de 1QHodayot parecem expressar e confirmar a identidade das suas comunidades. Os elementos neles manifestos indiciam aspectos identitários compartilhados pelo autor ou autores destes textos com suas respectivas audiências. O visionário e aqueles que receberiam seu livro se viam descritos nos hinos do Apocalipse. Igualmente, os autores dos *hodayot*, bem como os seus subseqüentes cantores, se percebiam nos poemas cantados.

Há uma diferença importante entre as igrejas que receberam o Apocalipse e a comunidade de Qumran. O grupo subjacente aos manuscritos do Mar Morto parece formar uma aliança coesa com um grau muito reduzido de conflitos internos, enquanto nem toda a audiência do visionário João compartilha de seus ideais ascéticos.

Há uma crise de liderança nas igrejas para as quais João escreve. São conflitos de diferentes naturezas e distintos tamanhos entre o visionário e as comunidades, variando de comunidade para comunidade. A situação das igrejas não era a mesma, apesar de estarem próximas, geograficamente, uma das outras. A agressividade do texto e as diversas ameaças presentes no Apocalipse indicam a força necessária para que a obra pudesse ser recebida (DUFF, 2001, p.25).

Ao que parece, as expressões litúrgicas do Apocalipse, com seus elementos de status exaltado e escatologia realizada (aspectos compartilhados entre João e sua audiência) funcionam para facilitar a recepção da obra e, simultaneamente, possibilitar à audiência uma audição simpática à perspectiva sectária do visionário. Com o recurso

dos elementos litúrgicos, o visionário deseja se aproximar da sua audiência o suficiente para convencê-la de que ela está em guerra com o mundo.

Conclusão

Os hinos encontrados nos *hodayot* de Qumran descrevem e reforçam a identidade de uma comunidade judaica que se percebe em conflito com a sociedade e com os demais grupos judaicos. Já no Apocalipse de João, eles descrevem a identidade dos seguidores de Jesus para, como instrumento retórico, promover a recepção do livro e do ideal sectário e ascético do seu autor.

O objetivo retórico dos hinos do Apocalipse seria afirmar que aqueles que se recusam a adorar a besta podem cantar no céu. A narrativa, assim, tanto legitima e reforça o status dos seguidores do Cordeiro, quanto aponta para a participação dos mesmos no culto celestial.

Ao analisar algumas expressões litúrgicas de 1QHodayot e do Apocalipse, encontramos uma profunda e coerente formulação identitária. Seus autores se descrevem, bem como suas audiências, como um grupo com participação privilegiada ao Templo Celestial, tendo acesso já no seu presente aos espaços dos anjos e de Deus. Apesar disso, esse status exaltado não os livra de passar, no cotidiano de suas existências, por experiências de provação e tribulação. Ambos os textos recorrem a um dualismo rígido para justificar esse paradoxo. Belial nos *hodayot* e Satã no Apocalipse são os adversários que em algum momento precisarão ser derrotados para que a identidade então vivenciada num contexto litúrgico se torne universal. O que é agora circunstancial e parcial será finalmente definitivo e completo.

LITURGY AND REPRESENTATION OF IDENTITY IN QUMRAN HYMNS AND REVELATION OF JOHN: A COMPARATIVE STUDY

Abstract: *The liturgical expressions have played an important role in identity formation of the hearing of the Revelation of John and members of the Qumran community, particularly through the hymns and prayers. Sing not only describes the deity or talk to her, but it gives the singer his place in the world. In the hymns, the believer expresses what he wants to be. The liturgical expressions of the Revelation of John and liturgical texts of the Qumran community shows an audience that is perceived*

persecuted and oppressed by the dominant society, but transformed and transported to an exalted status when they met in the context of worship.

Keywords: *Hymns of Qumran; Revelation of John; Identity religion; Ancient Judaism, liturgy.*

Documentação Escrita

DIDAQUÉ. 4. ed. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. História Eclesiástica. Trad. Wolfgang Fischer. São Paulo: Novo Século, 1999.

GARCÍA MARTINEZ, Florentino. Textos de Qumran: Edição fiel e completa dos documentos do mar morto. Trad. Valmor da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.

NESTLE, Eberhard; NESTLE, Erwin; ALAND, Kurt (Org.). Novum Testamentum Graece. 27 ed. Stuttgart: Gesamtherstellung Biblia-Druck, 1993.

IRINEU DE LIÃO. Contra as Heresias. Trad. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BÍBLIA VIDA NOVA. Edição Revista e Atualizada no Brasil. 15. ed. São Paulo: Vida Nova.

Referências Bibliográficas

AUNE, D. E. **Revelation 1-5.** Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1997.

_____. The Influence of Roman Imperial Court Ceremonial on the Apocalypse of John. **Biblical Research.** n. 28, p.5-26, 1983.

BARR, D. L. Tales of the End: a Narrative Commentary on the Book of Revelation. Santa Rosa: Polebridge Press, 1998.

BARRERA, J. T.; MARTÍNEZ, F. G. (Ed.). The People of the Dead Sea Scrolls. Danvers: Brill, 1995.

BAUCKHAM, R. The Climax of Prophecy. London: T & T Clark, 1993.

BAUMGARTEN, A. I. Ancient Jewish Sectarianism. In: Judaism. 2001, p.387-403.

CALLAHAN, A. D. The Language of Apocalypse. Harvard Theological Review. v.88, n.4, p.453-70, 1995.

COHEN, S. J. D. **From the maccabees to the Mishnah**. Philadelphia: The Westminster Press, 1987.

COLLINS, A. Y. **Crisis e Catharsis: the Power of the Apocalypse**. Philadelphia: Westminster Press, 1984.

_____. **The Combath Myth in the Book of Revelation**. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2001.

DUFF, P. B. **Who Rides the Beast?** Prophetic Rivalry and the Rhetoric of Crisis in the Churches of the Apocalypse. Oxford: University Press, 2001.

FIORINZA, E. S. **Revelation: Vision of a Just World**. Minneapolis: Augsburg Fortress, 1991.

FLETCHER-LOUIS, C. H. T. Some reflections on angelomorphic humanity texts among the Dead Sea Scrolls. **Dead Sea Discoveries**. v.7, n.3, p.292-312, 2000.

_____. **All the Glory of Adam: Liturgical Anthropology in the Dead Sea Scrolls**. Leiden: Brill, 2002.

GARCÍA MARTINEZ, F. Old Texts and Modern Mirages: The “I” of Two Qumran Hymns. **Ephemerides Theologicae Lovanienses**. v.78, n.4, p.321-39, 2002.

GLOER, W. H. Worship God! Liturgical Elements in the Apocalypse. **Review and Expositor**. n.98, p.35-57, 2001.

GOLB, N. **Quem escreveu os manuscritos de Qumran?**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUMMEL, W. G. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 1982.

NEWSON, C. A. **The self as symbolic space: constructing identity and community at Qumran**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

NOGUEIRA, P. A. S. Culto Extático no Hino de Auto-exaltação (4Q471b, 4Q427, 4Q491c): implicações para a compreensão de um fenômeno cristão primitivo. **Estudos de Religião**. n.22, p.72-84, 2002.

_____. Religião de visionários – O cristianismo primitivo relido a partir de sua experiência fundante. *In*: NOGUEIRA, P. A. S. (Org.). **Religião de visionários: apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo**. São Paulo: Loyola, 2005, p.13-42.

OLSON, D. C. “Those who Have not Defiled themselves with Women”: Revelation 14.4 and the Book of Enoch. **The Catholic Biblical Quarterly**. v.59, p.492-510, 1997.

PAGELS, E. **As origens de satanás: um estudo sobre o poder que as forças irracionais exercem na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

- PRIGENT, P. **O Apocalipse**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Loyola, 1993.
- THOMPSON, L. L. Ordinary Lives: John and his First Readers. *In*: BARR, D. L. **Reading the Book of Revelation**. Atlanta: Society of Biblical Literature, p.25-47, 2003.
- TROMPF, G. W. Introduction I: The long history of Dead Sea Scrolls Scholarship. **The Journal of Religious History**. v. 26, n. 2, p.123-44, 2002.
- VINSON, R. B. The Social World of the Book of Revelation. **Review & Expositor**. v. 98, n. 1, p.11-33, 2001.
- WINSON, E. **Os manuscritos do Mar Morto**. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Notas

¹ *Hodayot* é termo plural, cuja tradução aproximada pode ser “hinos”. Seu singular é *hodayat*. Neste artigo, usaremos o termo *hodayot* e *hodayat* para se referir ao conteúdo de 1QHodayot (o manuscrito como um todo, também conhecido como 1QH).

² Contra a hipótese da existência de uma comunidade subjacente aos manuscritos de Qumran, conferir GOLB, 1996, p.584. Para Golb, Qumran era uma fortaleza e os documentos vieram de uma biblioteca de Jerusalém. A favor da existência dessa comunidade, conferir BARRERA; MARTÍNEZ, 1995, p.270.

³ As citações bíblicas neste artigo, com exceção das passagens do Apocalipse de João, provêm da Bíblia Versão Revisada da Sociedade Bíblica do Brasil.

⁴ As citações de 1QHodayot e dos demais documentos de Qumran neste artigo são da coletânea de García Martínez (GARCÍA MARTÍNEZ, 1995, p.582).

⁵ Também podem ser denominados de 4Q400, 4Q401, 4Q402, 4Q403, 4Q404, 4Q405.

⁶ Também denominado de 11Q17.

⁷ Usaremos, a partir deste ponto, a abreviatura “Ap” para descrever o Apocalipse de João.

⁸ As referências do Apocalipse de João serão traduzidas diretamente do texto grego.

<p>This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.</p>
--

MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA HISTORIA WAMBAE DE JULIANO DE TOLEDO (SÉCULO VII)

Renan Frighetto*

Recebido em: 16/11/2011 Aprovado em: 01/12/2011
--

Resumo: *A relação entre Memória e História é mais que conhecida. Vários estudos foram realizados nos últimos 50 anos, realçando, sempre, o vínculo de ambas com o acúmulo e a difusão do conhecimento aos grupos mais destacados do conjunto das sociedades políticas e históricas. Porém, acreditamos que tanto a Memória como a História, esta última sempre entendida como memória escrita, eram utilizadas com firmes propósitos que iam além do simples acúmulo de erudição. Podemos dizer que o binômio Memória – História destinava-se, entre tantas possibilidades, a configuração de identidades que se amparavam em tradições, memórias e histórias específicas. No presente estudo analisamos a configuração de identidades no reino hispano-visigodo de Toledo a partir da Historia Wambae redigida por Juliano de Toledo no último terço do século VII.*

Palavras-Chave: *Memória e História; identidades; reino hispano-visigodo de Toledo; Juliano de Toledo; Historia Wambae.*

“...quem totius gentis et patriae communio elegit...”
Iul.Tol., Historia Wambae, 2, 3-4.

Introdução

Além de lidar com pressupostos relativos as questões de tempo e de espaço, o historiador se depara com vários conceitos que merecem atenção especial na sua abordagem. E isso porque ao procurar defini-los o historiador deve *olhá-los* a luz do contexto estudado e nunca de acordo com os pressupostos atuais. Por exemplo, a interpretação do conceito de *Império* tem nas fontes romanas e tardo-antigas uma concepção que se diferencia tremendamente daquela geralmente apresentada a partir do século XIX e que envolve uma dimensão territorial que era, de fato, desconhecida para os autores romanos e tardo-antigos. Vale recordar que o *Império* era parte da magistratura consular, sua dimensão militar, equivalente, portanto, a noção de poder

* UFPR – Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Bolsista ID CNPq. E-mail: rfrighetto@hotmail.com.

militar efetivo. A princípio concedido pelo senado na época republicana, o *Império* passou a ser uma atribuição do *princeps* durante o Principado, estendendo-se ao *imperator* na Antiguidade Tardia. Os monarcas romano-bárbaros acabaram por assumi-lo a partir do século V, período no qual iniciou-se a efetiva fragmentação política do *Imperium Romanorum Occidentalis* (ou o poder dos romanos no ocidente), mas sempre com a ressalva de que aos *reges* cabia o *regnum* já que o *Imperium* era próprio unicamente dos romanos¹. Ao lado destes conceitos, comuns a realidade romana e tardo-antiga, encontramos outro que nos interessa particularmente nesta investigação. Com efeito, como os pensadores tardo-antigos interpretavam e compreendiam a noção de *identidade*?

A definição do conceito de *identidade* vem merecendo, nos últimos anos, uma atenção especial por parte da historiografia européia e americana, particularmente entre os historiadores que se dedicam ao estudo da Antiguidade Tardia. Tanto Geary (2005), Noble (2006), como Wood (2008) e Diaz Martinez (2008) revelaram em recentes trabalhos a utilização política deste conceito, especialmente nos séculos XIX e XX, que culminou com uma busca frenética pelas origens identitárias do passado dos estados nacionais europeus, elemento nalguns casos francamente tendencioso e pouco científico. Passado este momento conturbado e a partir do aprimoramento das investigações em finais do século XX e nos primórdios do nosso século XXI, as abordagens relativas ao conceito de *identidade* nos mundos helenístico, tardo-antigo e medieval ganhou a contribuição de outros especialistas que, indubitavelmente, vem trazendo ao debate novas perspectivas, idéias e questões sobre temas por vezes explorados pelos investigadores europeus, mas que receberam olhares distintos, diferenciados e inovadores². Nesta senda é que ingressamos com a perspectiva da criação duma *identidade nobiliárquica* configurada pelas fontes tardo-antigas ocidentais e que segue, em nossa opinião, a proposta presente nos estudos dos historiadores do mundo clássico greco-helenístico-romano que se referem ao conceito de *solidariedade aristocrática* que precederia a constituição da *identidade nobiliárquica* característica nos reinos romano-bárbaros da Antiguidade Tardia.

Apresentado duma forma bastante interessante por Domingo Plácido em trabalho recentemente publicado (PLÁCIDO SUAREZ, 2007, p.127-66), o conceito de *solidariedade aristocrática* está fundamentado sobre as relações políticas existentes no

universo da *polis/ciuitas* greco-romana e baseado num sistema de participação coletiva e tradicional, o *patrios*, que em termos teóricos promoveria a isonomia política entre todos os aristocratas. Ou seja, todos os integrantes da aristocracia, cujo perfil estava associado à prática da guerra, da caridade e da erudição, encontravam-se unidos por um ideal político, social e cultural comum, aspectos que colocavam os *aristoi* como os únicos responsáveis pelas tarefas de governo no ambiente da *polis/ciuitas*. De fato, das suas fileiras saíam os portadores do poder único e pessoal, o *tirano* e o *monarca*, sendo este último considerado por Aristóteles como autêntica manifestação da aristocracia embora, em termos mais estritos, ambos rompessem com a idéia duma *solidariedade aristocrática* coletiva e, teoricamente, paritária. Mas desde Alexandre Magno e com mais intensidade a partir de Augusto, o soberano/*princeps* aparecia nas construções de teoria política greco-romana como o autêntico responsável pela *concordia* das ordens e, principalmente, pelo *consenso universal* amparado, sobretudo, no grupo representado pela aristocracia senatorial romana, também definida pelo termo latino *nobilitas*. Com efeito, como revela Christophe Badel (BADEL, 2005, p.156-64), aquela *nobilitas* aparecia descrita nas fontes romanas como portadora de práticas e atitudes políticas, sociais e culturais que conformavam-na como um grupo único e destacado no ambiente político de Roma. Com o crescimento hegemônico do poder romano pelo mundo mediterrânico e, a partir do século I a.C., para além dele, a incorporação e a aliança política de grupos aristocráticos regionais e locais estabelecidos naquelas áreas que passaram ao *imperium* dos romanos acabou por ampliar e aumentar o conjunto da *nobilitas* mantendo o mesmo perfil e as mesmas virtudes apresentadas como características daquele grupo entre os romanos reforçando a perspectiva de que a condição de *nobile* poderia ser alcançada graças à aliança política com as autoridades imperiais romanas, ao valor do mérito pessoal e a formação individual amparada nos preceitos da *Paidéia – Humanitas* (ALONSO TRANCOSO, 2005, p.198.). Encontramos nesse caso a evidente associação entre *nobilitas* e *ciuitas* onde as virtudes inerentes ao ambiente aristocrático revelavam, acima de tudo, a pertença à civilização em clara oposição a barbárie, esta última comum a todos aqueles que contrariavam o conjunto de virtudes característico dos aristocratas e que participavam do corpo social mais extenso do *populus romanorum* como os integrantes da plebe e os

camponeses rústicos, além dos “bárbaros” estabelecidos nas áreas limítrofes do mundo romano.

Ora, a partir do século II d.C. observamos uma paulatina mudança num dos elementos que estruturavam o perfil do aristocrata integrante do universo senatorial imperial romano, aquele que o colocava como *conductor* à frente dos legionários romanos. As dificuldades defensivas encontradas pela autoridade imperial romana desde Marco Aurélio e os constantes movimentos usurpatórios liderados por integrantes do grupo senatorial até meados do século III culminaram com a proibição imposta no governo de Galieno de acesso aos cargos e funções militares pelos membros da aristocracia senatorial romana³. A partir de então se abriu a possibilidade duma nova via de ascensão política e social no mundo imperial romano através da carreira militar, caminho que foi muito bem utilizado por segmentos socialmente menos favorecidos para se elevarem a um *status* sócio-político e militar destacado. Podemos dizer que se criava, a partir de Galieno, uma nova *nobilitas* militar romana formada por comandantes de extração social humilde provenientes das fileiras legionárias e que se fortalecia com cargos e funções graças as vitórias alcançadas. E neste ambiente começavam a se destacar algumas lideranças “bárbaras” que auxiliavam militarmente os romanos e que passaram a fazer parte daquela nova *nobilitas* militar. Como bem apontou Wirth⁴ os “bárbaros” *dediticii* saem duma condição de “derrotados e subjugados” no século II a uma nova caracterização, a de “aliados” dos romanos no século IV e seus líderes conseguem ingressar tanto na nova *nobilitas* militar como também no espaço da *ciuilitas* romana⁵. Por outro lado, devemos recordar que as lideranças “bárbaras” estavam politicamente amparadas em clãs com uma multifacetada origem, militarmente fortes e resguardadas por uma tradição ancestral bastante próxima daquela existente na aristocracia senatorial romana dos tempos da República. Assim o *sippen* (grupo, clã) “bárbaro” tinha uma direta ligação com a *gens* (grupo, família) aristocrática romana através da concepção do *genus*, da linhagem pautada na ancestralidade e nas façanhas militares realizadas pelos antepassados⁶.

A partir do século IV, ao ingressarem e se estabelecerem de forma definitiva no interior dos territórios imperiais romanos, diversos grupos “bárbaros” e suas lideranças passaram a estreitar ainda mais os laços políticos e militares com os grupos aristocráticos e nobiliárquicos romanos, proximidade que acabou favorecendo a

projeção dos “bárbaros” em termos sociais e culturais no universo da *romana ciuilitas*⁷. A configuração dos *regna* romano-bárbaros enquanto espaços do desenvolvimento da autoridade dos *reges* “bárbaros” num determinado âmbito espacial que englobava os membros da aristocracia romana local e regional, poder a princípio concedido tanto pelos clãs de origem “bárbara” como pela autoridade imperial romana, aparece como decorrência natural daquele processo de interação político-cultural⁸. Desse momento em diante observamos a inserção efetiva de diversos líderes de clãs “bárbaros” no ambiente da *nobilitas* imperial romana exercendo, a princípio, cargos e funções militares. Porém estes chefes “bárbaros”, amparados em ancestrais míticos e no sucesso de suas empreitadas militares, carregavam consigo a perspectiva do pertencimento a uma *gens* que se destacava das demais graças às glórias de seus antepassados e as vitórias obtidas no seu presente histórico. Dessa forma, parece-nos certo observar que a participação dos líderes “bárbaros” no aparato administrativo-militar imperial romano ocidental levou, de forma paulatina, a uma nova configuração da *nobilitas* a partir do século V na medida em que a antiga noção de *solidariedade aristocrática* baseada na relação com os antepassados e com a *gens* e o *genus* criados surgia como elemento de distinção e de mérito pessoal para se alcançar um posto destacado na administração imperial romana. Em nossa opinião, este seria o ponto inicial do que definimos por *identidade nobiliárquica* que teve grande projeção durante a Antiguidade Tardia, configurado pelo grupo responsável pelas tarefas administrativas e militares, personagens que se destacavam no universo da sociedade política dos reinos romano-bárbaros por serem portadores de duas importantes virtudes, a *fidelitas* e a *fortitudo*.

Gentes, fidelitas e fortitudo.

Ao analisarmos o termo *gens* encontramos algumas variantes que devem ser consideradas pela abordagem que se quer oferecer. Em geral a investigação histórica acentua as concepções religiosas⁹ que cercam a configuração da *gens* desde a época clássica amparada, sobretudo, na perspectiva das tradições ancestrais que servem de reforço ao destaque de determinada *gens* no ambiente político-social que se está analisando. Nesse caso a *gens*, termo no singular, representa a *identidade* familiar de um determinado conjunto de famílias com perfil amplamente aristocrático. Como existia

mais que uma *gens* no âmbito da sociedade política romana podemos afirmar sem receios que encontrávamos várias *gentes* que participavam ativamente da vida política no mundo romano, exercendo cargos e magistraturas de destaque na condução dos assuntos republicanos e imperiais. Ou seja, a pluralização do termo, de *gens* a *gentes*, acabou por revelar a atuação dum número considerável de famílias no interior da sociedade política romana, tanto do ponto de vista da ação prática como também da elaboração de construções teóricas que reforçavam a constituição de *identidades* ao mesmo tempo particulares pelo seu formato e coletivas por representarem um conjunto social mais amplo no interior da sociedade romana. Dessa maneira se tentava estabelecer, por um lado, uma hierarquização dos grupos sociais a partir de suas origens ancestrais que indicavam seu pertencimento primeiro ao universo aristocrático. Contudo, a participação das *gentes* nas tarefas administrativas, ao lado da inserção de grupos sociais de menor relevância que ganharam a partir do século II uma projeção social e política mostram a confluência terminológica com a *nobilitas*, esta entendida como grupo específico daqueles que exerciam cargos e funções civis e militares no aparato burocrático do mundo romano nas épocas do Principado e do Império Romano tardio. Assim, podemos dizer que *gentes* e *nobilitas* acabam integrando-se em termos conceituais e revelando a configuração duma *identidade nobiliárquica* maior, coletiva, que será apresentada de maneira comum e característica pelos autores hispano-visigodos de finais do século VI e do século VII.

Exemplo notório dessa aproximação entre os termos *gens* e *nobilitas* pode ser observado na *Crônica* de João de Biclaro redigida logo após a conversão dos visigodos ao cristianismo católico no III Concílio de Toledo de 589¹⁰. Podemos dizer que se tratava duma *Crônica* que exaltava a integração dos visigodos ao universo da *christiana ciuilitas* graças ao papel preponderante do monarca visigodo Recaredo, do bispo Leandro de Sevilha e do abade do Mosteiro Servitano Eutropio que surgem no relato do Biclarense como autênticos mentores e realizadores da conversão¹¹. Mas além destes personagens, João de Biclaro destaca também o importante papel desempenhado pelas *gentes* godas e suevas que, ao se converterem à fé católica, trouxeram a unidade e a paz para toda a comunidade cristã¹², referência certamente vinculada à idéia de união do *regnum* enquanto poder e autoridade do soberano ao lado do conjunto das *gentes*, dos grupos aristocráticos e nobiliárquicos visigodos, que se converteram ao Cristianismo

católico. Surge nesse momento à concepção do compromisso e da confiança entre os *godos* e a fé católica, *fidelitas*¹³ que foi revelada através da intervenção divina na vitória do Duque da *Lusitânia*, Cláudio, sobre os francos que atacaram a *Gália Narbonense*¹⁴ e que será igualmente destacada na ata do Concílio III de Toledo de 589 como responsável pela integração dos visigodos no âmbito da *christiana ciuilitas*¹⁵. *Fidelitas* que também aparece com um claro sentido político, na medida em que os mais destacados integrantes do clero e da nobreza laica de origem visigoda abjuraram a heresia ariana porque “seguiram ao gloriosíssimo rei Recaredo”¹⁶. Estabelecia-se aqui um primeiro limite entre o nobre que permaneceria fiel ao soberano e, conseqüentemente, poderia receber benefícios na forma de cargos e bens patrimoniais, e o infiel que seria visto como autêntico *inimicus regnum*¹⁷. Para tanto, aparecem citados na fonte conciliar os *nascidos dos antepassados*, ou aqueles que eram portadores duma estirpe antiga¹⁸, e os *primeiros da gens gothicae*, os líderes dos clãs visigodos¹⁹. Ambas as citações demonstram a direta relação estabelecida entre os mais destacados integrantes da nobreza visigoda como membros das *gentes* visigodas, herdeiros de antepassados ilustres e reconhecidos por sua força e habilidade militar²⁰, ao mesmo tempo partícipes em cargos e funções administrativas no reino hispano-visigodo de Toledo²¹. Portanto, encontramos uma efetiva vinculação entre os termos *gens/gentes* e *nobilitas*, relação esta que em nossa opinião apresentava uma perspectiva de conjunto do grupo nobiliárquico hispano-visigodo, definindo dessa forma uma *identidade nobiliárquica* coletiva pautada em virtudes morais e militares como a *fidelitas* e a *fortitudo* e que a partir da conversão ao catolicismo abrangeria tanto as grandes famílias de origem visigoda como também as famílias hispano-romanas.

A construção ideológica promotora desta união entre as *gentes* visigodas e os hispano-romanas apresenta a sua forma mais acabada na obra de Isidoro de Sevilha, autentico forjador da unidade hispano-visigoda no primeiro terço do século VII. Com efeito, o hispalense promoveu no *De Laude Spaniae*, que introduz a sua *História dos Godos*, a glorificação da *Hispania* como terra perfeita²² que acolheu no seu interior a estirpe dos godos²³. Sabemos que tal exaltação da *Hispania* havia sido feita pelo panegirista Pacato ao realçar as virtudes e a grandeza do imperador Teodósio, de origem hispânica e que havia vencido o usurpador Magno Máximo no ano de 388²⁴. A associação entre o *imperator uictor* e a *Hispania* revelava, ao menos no campo retórico,

a vinculação duma *identidade hispânica*, formada por princípios e virtudes como a *fidelitas*²⁵ e a *fortitudo*²⁶ possuídas por aquele que provinha da *Hispania*. Ora, tal idealização reaparece na pluma isidoriana, particularmente na sua obra histórica que, como sabemos, tinha uma forte vocação à valorização do passado dos godos, memória esta que serviria para estreitar os laços identitários das *gentes* hispano-visigodas, grupos de nobres godos e romanos já convertidos ao catolicismo que encontravam na *Hispania* o espaço para o exercício de sua autoridade e hegemonia política. Nesse caso, na *Historia Gothorum*, Isidoro buscou homogeneizar a existência de diversos grupos de *gentes*, apresentando a noção de que na *Hispania* encontraríamos uma única grande *gens* hispano-visigoda²⁷. Mas essa imagem, retórica, ideal e perfeita, desaparece no momento em que analisamos certos episódios fundamentais ocorridos no reino hispano-visigodo, como o da ascensão de Sisenando e a conseqüente deposição do até então legítimo soberano Suinthila entre os anos de 629-631.

De fato, é interessante constatar que a descrição dos acontecimentos que envolveram a chegada ao poder de Sisenando foi-nos legada por fontes externas como a *Crônica* franca de Fredegário. Tal constatação já seria suficiente para desenvolvermos uma série de questões relativas aos problemas internos vividos no reino hispano-visigodo de Toledo que culminaram com um silêncio tremendo dos autores hispano-visigodos. Seja por conta da insatisfação interna das *gentes* contra Suinthila, seja pela atitude rebelde tomada pelo então *Dux Narbonensis* contra o rei legítimo, o certo é que os detalhes deste importante fato histórico foram apresentados por um cronista que, em teoria, encontrava-se alheio aos problemas ocorridos no âmbito hispano-visigodo. Mas, talvez, possamos verificar que Fredegário oferece-nos um olhar interessado da parte do então rei franco Dagoberto nos episódios hispânicos, além de demonstrar uma aproximação entre grupos nobiliárquicos, *gentes*, de origem hispano-romana, visigoda e aquitano-romana que revelariam, por sua vez, a constituição duma *identidade nobiliárquica* que excederia os limites e as “fronteiras” dos reinos romano-bárbaros. Nesse sentido é muito sugestiva a informação do cronista franco sobre a chegada ao poder de Suinthila logo após a morte do *clementissimo* Sisebuto no ano de 621²⁸, indicando que o novo rei agia de forma iníqua, atitude que gerou o ódio dos *primatibus*²⁹ do reino que buscaram conselho junto a Sisenando e vários *próceres*³⁰ que, por sua vez, solicitaram o apoio do rei franco Dagoberto³¹. Tal ato, de solicitar auxílio

externo para solucionar problemas internos do reino, lançava a iniciativa de Sisenando no campo da usurpação tirânica³², podendo esta ser uma explicação possível para o silêncio das fontes hispano-visigodas sobre o episódio. Contudo, a postura de confrontação e iniquidade do legítimo rei Suinthila, que contrariaria todos os preceitos teóricos característicos do soberano ideal que devia exercer seu poder em prol do bem-comum, lhe valeria, segundo as *Sentenças* isidorianas, a deposição para buscar-se o *consenso* e a *concordia* do universo nobiliárquico hispano-visigodo e, conseqüentemente, a unidade do reino³³.

Certamente que a via para alcançar-se o *consenso* e a *concordia* foi à motivadora da formulação do famoso cânone 75 do IV Concílio de Toledo do ano de 633. Através dele Isidoro de Sevilha, com certeza seu mentor intelectual, e os integrantes do universo episcopal hispano-visigodo, apresentaram o deposto rei numa forma bastante similar àquela exposta por Fredegário e também pelas construções idealizadoras da figura régia, onde a *infidelidade*, a *iniquidade* e a *maldade* para com os demais integrantes da nobreza surgem como elemento legitimador da deposição³⁴. Desta forma buscava-se a pacificação interna, embora os problemas gerados por Geila³⁵, irmão de Suinthila, entre 631-633 demonstravam uma dificuldade prática para levar-se a cabo tal iniciativa. Mais que isso, esta informação revela-nos a existência efetiva de grupos nobiliárquicos, *gentes* no plural, que resistiam ao poder do novo soberano. Atitude de evidente reação de diversas *gentes* com poderes de caráter regional que temiam a intromissão régia no seu espaço de dominação política, que deve ter motivado o fundamental *juramento sagrado* que tentava impedir novas ações de infidelidade contra o soberano legitimado pela reunião conciliar³⁶. Um clima de conspiração política que se manteve vivo mesmo após a desaparecimento de Sisenando no ano de 636 e que aparece revelado pelas atas do V Concílio de Toledo nas quais se sugeria a tentativa de elementos externos ao reino, sem serem possuidores dum estirpe goda, de se alçarem à condição de monarcas hispano-visigodos³⁷. Problema que seguiu existindo e que uma vez mais foi destacado no Concílio VI de Toledo do ano de 638, impondo vários *impedimenta* aos possíveis candidatos para a eleição régia acusados de “presunção tirânica”, onde se buscava proibir, através da imposição de anátema perpétuo, aos tonsurados, aos decalvados, aos dependentes e aos estrangeiros de tentarem arrebatam o título régio³⁸.

Dirigindo nossa atenção à questão da possibilidade de integrantes de *gentes* consideradas estrangeiras assumirem a condição régia hispano-visigoda, perspectiva aventada pelas informações legadas pelos Concílios V e VI de Toledo, parece-nos evidente que os acontecimentos ocorridos na ascensão de Sisenando encontravam-se na raiz do problema. De fato ao receber apoio externo, como o concedido pelo rei dos francos Dagoberto, Sisenando permitiu a intromissão de segmentos nobiliárquicos estrangeiros num problema interno do reino hispano-visigodo de Toledo. Acusado de ter cometido traição, usurpação e tirania pelo cronista da *Crônica Mozarabe de 754*³⁹, Sisenando obteve apoios incondicionais dentre os *primatibus* e *próceres* da *Galia Narbonense* e, muito provavelmente, entre os setores da nobreza do reino franco unificado de Dagoberto mais próximos daqueles mesmos nobres visigodos estabelecidos na *Narbonense*. Uma possibilidade que ganha corpo ao constatarmos, de acordo com o relato de Fredegário, que o auxílio militar enviado por Dagoberto a Sisenando contou com a liderança de dois duques, Abundantius e Venerandus, que conduziram um *exército tolosano* que amparou o revoltoso duque da *Narbonense* em sua entrada vitoriosa em Zaragoza no ano de 631⁴⁰. Podemos retirar desta informação uma interessante consideração, a da provável proximidade entre os duques aquitanos Abundantius, Venerandus e Sisenando. Para tanto, vale recordarmos os estreitos laços históricos que aproximavam os nobres de origem visigoda fixados na *Narbonense* com aqueles estabelecidos na *Aquitania*, sem olvidarmos que durante um século está última região fora área de dominação hegemônica dos visigodos. O contato de Venerandus com o grupo capitaneado por Sisenando parece ser mais intenso no momento em que Dagoberto envia-o, na companhia do duque Amalgarium, como legado junto ao rei hispano-visigodo para que este cumprisse com o pagamento ao auxílio prestado pelo rei franco⁴¹. Portanto, estamos diante duma possível vinculação entre grupos nobiliárquicos visigodos e aquitanos que poderiam, inclusive, possuir alguma relação familiar e ancestral, aspectos estes que servem-nos como alicerce político, social e cultural da configuração duma *identidade nobiliárquica* reforçada pelos laços identitários existentes entre elementos nobilitados que extrapolavam os limites ou fronteiras artificialmente fixadas dos *regna* tardo-antigos. Talvez a existência desta *identidade nobiliárquica* deva ser interpretada como argumento principal para compreendermos a força da *nobilitas* diante do poder régio, tanto do ponto de vista regional como também

no conjunto do reino hispano-visigodo de Toledo. Daí a necessidade de elaborações históricas, como a de João de Biclaro e de Isidoro de Sevilha, que tentavam estabelecer uma relação entre a *pátria*, a *Hispania*, com o conjunto das *gentes* que nela viviam e que estava assentada na *fidelitas* mútua que tinha como principal motivação o fortalecimento da fé católica e do respeito à autoridade, o *regnum*, possuída pelo soberano hispano-visigodo escolhido pelas *gentes* e reconhecido pelo poder divino. Indiretamente podemos interpretar as mensagens do biclareense e do hispalense no sentido de confirmarem que os nobres hispanos, por sua natureza, seriam os verdadeiros fiéis que defenderiam a instituição régia hispano-visigoda diante das ameaças e dos perigos daqueles considerados como autênticos infiéis e que, pelos acontecimentos narrados, eram oriundos da *Gália Narbonense*. Idéia que encontrou novo fôlego noutra obra histórica composta em finais do século VII, a *Historia Wambae* de Juliano de Toledo.

Gentes e nobilitas na Historia Wambae

Estabelecer um *post quam*, ou o início provável, da redação da *Historia Wambae* de Juliano de Toledo é uma tarefa complexa e bastante discutida pela historiografia. Desde a edição da *Historia* redigida pelo bispo toledano feita por Levinson⁴², passando pelas considerações realizadas por Suzanne Teillet (1984), Gregorio García Herrero (1991, p.201-55) e mais recentemente por Celine Martín (2003, p.18-9) e Jocelyn Hillgarth (2009, p.34-5), podemos estabelecer um lapso cronológico possível para a composição de Juliano de Toledo que variaria, *grosso modo*, entre os anos de 673, data do término da famosa rebelião nobiliárquica da *Narbonense* que deu origem ao escrito, e 683, ano da celebração do XIII Concílio de Toledo que reintegrou parte dos nobres condenados naquela rebelião e também, provavelmente, da morte do ex-monarca Wamba. Para nosso azar a *Uita Iuliani*, biografia escrita por Félix de Toledo, sucessor de Juliano na sede episcopal toledana, acrescenta poucos detalhes ao esclarecimento da datação da *Historia Wambae*⁴³. Contudo algumas descrições, como a do julgamento dos acusados de infidelidade contra o rei Wamba ocorrido no circo máximo de *Nemeausus*⁴⁴, retomado de forma interessante no *Iudicium*⁴⁵, que aparece como complemento da *Historia Wambae*, podem sugerir uma presença efetiva do narrador na

cena descrita. Dessa forma, acreditamos na possibilidade da *Historia Wambae* ter sido elaborada logo após os acontecimentos por ela narrados, sem perdermos de vista a probabilidade de complementos posteriores realizados, certamente, pelo punho do próprio Juliano de Toledo. Assim, colocaríamos o bispo toledano, naquele momento ainda abade do mosteiro de Agali, como provável integrante da expedição militar liderada pelo legítimo soberano contra os usurpadores da *Gália* capitaneados pelo *pérfido* e *infiel* duque Paulo⁴⁶. Logo, as razões que levaram a realização duma *publica utilitas*⁴⁷ estavam amparadas num fato inquestionável, a atitude de *infidelidade* cometida contra o rei que havia sido escolhido pelo conjunto da *gens gothorum* e do universo episcopal⁴⁸, eleição materializada pela *aclamação* dos *seniores* que integravam o ofício palatino⁴⁹ e pela cerimônia da unção sagrada⁵⁰, fazendo de Wamba o verdadeiro representante da unidade política, do *consenso* e da *concórdia* no *regnum* dos hispano-visigodos no olhar de Juliano de Toledo.

Porém, a *infidelidade* contra o soberano começou antes mesmo do envio do duque Paulo à *Gália Narbonense*, tida por Juliano como uma “terra nutrida pela perfidia”, conhecida por sua infâmia e pela inestimável infidelidade⁵¹ que naquele momento ressurgiu nalgumas “mentes nefastas”⁵² e alastrou-se rapidamente. Com efeito, esta descrição da *Gália Narbonense* encontrava o seu reflexo no grupo nobiliárquico formado pelo conde de *Nemeausus* Ilderico, pelo bispo Gumildo de *Magalona* e pelo abade Ranimiro, o primeiro denominado como *tirano* e os demais como seus *sócios*⁵³. É interessante observarmos que a área onde se iniciou o primeiro brote da rebelião, o eixo *Nemeausus – Magalona*, encontrava-se geograficamente nos limites orientais entre a *Galia Narbonense* e a *Franciae* sendo bastante provável alguma participação de nobres desta última na iniciativa tomada por Ilderico e seus aliados, em particular no aprisionamento do bispo de *Nemeausus* Aregio que se opôs frontalmente à iniciativa dos rebeldes⁵⁴. Tal hipótese se amplia de forma considerável se recordarmos que entre 671 e 672 eclodiu uma rebelião na *Aquitania* franca contra o rei da *Neustria* Clotário III e seu prefeito do palácio, Ebroin⁵⁵, comandada pelo duque Lupo⁵⁶, o mesmo personagem apresentado pela *Historia* de Juliano de Toledo que intervirá em auxílio de Paulo e dos demais revoltosos da *Galia Narbonense*⁵⁷. Há nesse caso uma curiosa coincidência, a de um *tirano* apoiar a iniciativa de outro, além da perspectiva da intromissão de *gentes externas* nos problemas do reino hispano-visigodo⁵⁸, aspecto este

que incluía a revolta de Paulo, Ilderico e demais aliados num patamar similar àquela realizada por Sisenando nos anos 629-631.

Por outro lado, Juliano de Toledo acentua a ambição de Paulo como o verdadeiro motor que o conduziu a atitude de rebeldia e tirania contra Wamba, infidelidade que encontrou apoio no conselho de dois outros *nobiles* de grande importância, o duque da *Tarraconense* Ranosindo e o gardingo Hildigiso, ambos indicados como *sócios* pérfidos de Paulo⁵⁹. Assim, verificamos que duas ações tirânicas corriam simultaneamente no reino hispano-visigodo nos primórdios da década de 670, a primeira encabeçada por Ilderico e seus parceiros na *Gália Narbonense* e a segunda promovida por aquele que deveria reprimir a primeira, Paulo, instigado pelos *maus* conselhos de seus *sócios* da *Tarraconense*. A fusão dos dois movimentos tirânicos pode ter sido promovida por conta do grande exército disposto por Paulo⁶⁰, juntamente com a sua *eleição* ocorrida em *Narbona*⁶¹ incitada pela indicação de Ranosindo e prontamente apoiada por Ilderico e seu grupo da *Narbonense*⁶², fato este que mergulhou toda a *Gália* e parte da *Tarraconense* na rebelião contra o legítimo soberano⁶³.

Porém, como apontou Juliano de Toledo, “rei sem signos não pode governar”⁶⁴ reforçando a noção da ilegitimidade da autoridade de Paulo que amparava-se, sobretudo, na infidelidade, na perfídia e na traição⁶⁵, atributos comuns aos traidores e, também, aos habitantes da *Gália*. Uma imagem negativa que tinha como principal motivação projetar os godos detentores de virtudes positivas como a *fidelitas* e a *fortitudo* voltada, principalmente, a defesa da *pátria*, do *regnum* e do soberano⁶⁶ aos quais se havia feito o tradicional *sacramentum fidei* recuperado do cânone 75 do IV Concílio de Toledo de 633⁶⁷. Indubitavelmente os godos dotados de virtude seriam os elementos nobilitados que apoiaram o rei⁶⁸ contra aqueles infiéis que se rebelaram na *Gália* e que contaram com apoio de *gentes* externas, verdadeiros *bárbaros* que romperam o seu pacto, com a sua promessa de fidelidade sagrada e eterna⁶⁹. Ao contrário, os virtuosos godos de Juliano de Toledo aparecem na legislação hispano-visigoda como defensores da *gens Gothorum* e da *patria* contra os inimigos internos e externos⁷⁰ perseverando, conseqüentemente, na *fidelitas* prometida⁷¹.

Mas é interessante observarmos que mesmo os traidores, como Paulo, Ranosindo, Hildigiso, Ilderico, Gumildo e Ranimiro, para citarmos os mais importantes, faziam parte da *gens gothorum* até o momento de sua atitude de perfídia. Em nossa

opinião, Juliano de Toledo tenta corrigir este equívoco ao estabelecer uma separação entre os godos virtuosos e os pérfidos traidores no momento em que apresenta os *Spanos*, associados ao conjunto de todas as virtudes positivas, unidos em defesa da *Spania*⁷² e aliados fiéis do legítimo soberano, em oposição aos *Galos*, identificados como portadores naturais da perfídia e da traição⁷³ que sempre aparecem como aliados dos inimigos externos do reino. Ou seja, podemos dizer que o bispo toledano tentava criar uma nova configuração de *gens* onde os godos são substituídos pelos *spanos*, portadores das mesmas virtudes dos godos como a fidelidade e a força militar, além da piedade que surge como antagônica a crueldade comum dos *galos*⁷⁴. É possível, inclusive, que Juliano de Toledo tenha recuperado em parte a argumentação apresentada por Isidoro de Sevilha no *De laude Spaniae*, sendo no caso do toledano a *Spania* uma terra sem igual habitada e conquistada por *gentes* extraordinárias, os *Spanorum*, que eram portadoras de virtudes excepcionais e que tornavam-nas únicas e incomparáveis no cenário das monarquias romano-bárbaras ocidentais.

Conclusões parciais

Com isso, verificamos que Juliano de Toledo oferece-nos uma perspectiva inovadora em relação à caracterização da *gens* em finais do século VII, transformando a noção de uma *gens gothorum* a uma *gens spanorum* dotada das mesmas virtudes e valores positivos que caracterizavam a primeira desde os tempos de Isidoro de Sevilha. Contudo, o relato do bispo toledano apontou, mesmo que de forma indireta, a existência de várias *gentes* no interior do reino hispano-visigodo de Toledo, grupos nobiliárquicos que ora se aliavam ao poder régio, ora se voltavam contra o mesmo. Os exemplos representados pelo grupo de Ilderico, Gumildo e Ranimiro, juntamente com o de Paulo, Ranosindo e Hildigiso, reforçam a efetiva constatação de que vários grupos de nobres formavam um conjunto de *gentes* que disputavam o poder político regional com a autoridade régia legítima. *Gentes* que, em teoria, deveriam ser fiéis ao rei, a *pátria* e a *natio* segundo os juramentos sagrados feitos e reconhecidos pelas legislações laica e conciliar, mas que na prática seguiam as vinculações de fidelidade em termos regionais e locais, elemento este que explica a existência de uma *identidade nobiliárquica* comum aos espaços e ambientes políticos mais próximos da área de atuação do nobre e de seu

grupo de apoio. Isso pode explicar-nos a aliança entre os grupos liderados por Ilderico e Paulo na ação tirânica contra Wamba centrada na *Gália Narbonense* e também a intervenção a favor dos traidores levada a cabo por membros da nobreza franca e aquitana, como no caso do duque Lupo. Pragmatismo que ultrapassaria a devoção presente nas atas conciliares e nos relatos históricos, fontes interessadas em apresentar uma unidade centrada na relação consensual entre o rei, a *gens*, a *pátria* e a *natio* que, como sabemos, tinham a clara intenção de oferecer uma legitimação do poder régio como resultado da *concordia* entre todos os integrantes da sociedade política. Seja como for, a constatação da existência duma *identidade nobiliárquica* que fortalecia *de fato* o conjunto das *gentes*, grupos de famílias e clãs amparados em costumes e tradições ancestrais, pode servir de ponto de partida para compreendermos as motivações que levaram à desestruturação e desaparecimento do reino hispano-visigodo de Toledo nos primórdios do século VIII.

MEMORY, HISTORY AND IDENTITIES: CONSIDERATIONS FROM HISTORIA WAMBAE OF JULIAN OF TOLEDO (SEVENTH CENTURY)

Abstract: *The relationship between Memory and History is more than known. Several studies were conducted in the last 50 years, highlighting, always, the relationship both with the accumulation and dissemination of knowledge to the most prominent of all the political and historical societies. However, we believe that both the Memory and History, the latter always understood to be written memory, were used with firm purpose that went beyond the mere accumulation of learning. We can say that the binomial Memory – History was intended, among many possibilities, the configuration of identities that are founded on traditions, memories and special stories. This study analyzes the configuration of identities in Hispanic – Visigothic kingdom of Toledo from the Historia Wambae written by Julian of Toledo in the last third of the seventh century.*

Keywords: *Memory and History; identities; Hispanic-visigothic kingdom of Toledo; Julian of Toledo; Historia Wambae.*

Abreviaturas de Fontes

. *Chron.Moz.,a.754* = CHRONICA MOZARABICA, ANO 754. In: LOPEZ PEREIRA, J. E., **Cronica Mozarabe de 754. Textos Medievales 58**. Zaragoza: Anubar Ediciones, 1980.

- . *Conc.* = CONCILIUM, *In*: VIVES, J.; MARÍN, T.; MARTÍNEZ, G., **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona-Madrid: CSIC, 1963.
- . *Fel.Tol.,Vit.Iul.* = FELIX TOLETANUS; VITA S. JULIANI. *In*: MIGNE, J. P., **Patrologiae Latinae, Tomus 96**. Turnholti: Brepols, 1975, p.445-54.
- . *Fred.,Chron.* = FREDEGARIII SCHOLASTICI, CHRONICUM. *In*: MIGNE, J.P., **Patrologiae Latinae Cursus Completus, Tomus LXXI**. Paris: D'Enfer, 1849, p.606-64.
- . *Ioan.Bicl.,Chron.* = IOANNES BICLARENSIS, CHRONICON. *In*: CAMPOS, J., **Juan de Biclaro. Obispo de Gerona. Su vida y su obra**. Madrid: CSIC, 1960.
- . *Isid.,Etym.*= ISIDORUS HISPALENSIS, ETIMOLOGIARUM LIBRI XX, *In*: OROZ RETA, J.; MARCOS CASQUERO, M. A. **San Isidoro de Sevilla. Etimologías (Edición Bilingüe)**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, 2v.
- . *Isid.,H.G.; De Laud.Span.* = ISIDORUS HISPALENSIS, HISTORIA GOTHORUM, *In*: RODRÍGUEZ ALONSO,C. **La Historia de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla**. Leon: Colegiata de San Isidoro, 1975.
- . *Isid.,Sent.* = ISIDORUS HISPALENSIS, SENTENTIARUM LIBRI III, *In*: **Santos Padres Españoles II. San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro. Reglas Monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las "Sentencias"**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, p.226-525.
- . *Iul.Tol.,H.W.;Iud.;Ins.* = IULIANUS TOLETANUS, HISTORIA WAMBAE, *In*: LEVISON,W., Sancti Ivliani Toletanae sedis episcopi Historia Wambae regis. *In*: **Corpus Christianorum. Series Latina CXV**. Turnholti: Brepols, 1976, p.218-55.
- . *L.V.* = LEX VISIGOTHORUM. *In*: ZEUMER,K. **Lex Visigothorum. Monumenta Germania Historica. Legum sectio I, Leges nationum germanicarum I**. Hannover-Leipzig: MGH, 1902.
- . *Mirac.Martial.* = MIRACULA MARTIALIS. *In*: WAITZ, G. **Monumenta Germaniae Historica. Scriptores Rerum Merovingicarum XV**. Hannover: 1887, p.280.
- . *Pac.,Paneg.Theod.* = PACATO DREPANII, PANEGYRICUS THEODOSIO AUGUSTO DICTUS *In*: GALLETIER, (Ed.). **Panégyriques Latins. Tome III (XI-XII)**. Paris: Les Belles Lettres, 1955, p.67-114.

. *Pas.Leod.* = PASSIO LEODEGARI. *In:* KRUSCH, B. **Corpus Christianorum, Series Latina CXVII.** Turnholti: Brepols, 1957, p.527-644.

Documentação Escrita

CHRONICA MOZARABICA, ANO 754. *In:* LOPEZ PEREIRA, J.E. **Cronica Mozarabe de 754. Textos Medievales 58.** Zaragoza: Anubar Ediciones, 1980.

CONCILIUM. *In:* VIVES, J.; MARÍN, T.; MARTÍNEZ, G. **Concilios Visigoticos e Hispano-Romanos.** Barcelona-Madrid: CSIC, 1963.

FELIX TOLETANUS, VITA S. JULIANI. *In:* MIGNE, J. P. **Patrologiae Latinae, Tomus 96.** Turnholti: Brepols, 1975, p.445-54.

FREDEGARI SCHOLASTICI, CHRONICUM. *In:* MIGNE, J. P. **Patrologiae Latinae Cursus Completus, Tomus LXXI.** Paris: D'Enfer, 1849, p.606-64.

IOANNES BICLARENSIS, CHRONICON. *In:* CAMPOS, J. **Juan de Biclaro. Obispo de Gerona. Su vida y su obra.** Madrid: CSIC, 1960.

ISIDORUS HISPALENSIS, ETIMOLOGIARUM LIBRI XX. *In:* OROZ RETA, J.; MARCOS CASQUERO, M. A. **San Isidoro de Sevilla. Etimologías (Edición Bilingüe).** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, 2v.

ISIDORUS HISPALENSIS, HISTORIA GOTHORUM. *In:* RODRÍGUEZ ALONSO, C. **La Historia de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla.** Leon: Colegiata de San Isidoro, 1975.

ISIDORUS HISPALENSIS, SENTENTIARUM LIBRI III. *In:* **Santos Padres Españoles II. San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro. Reglas Monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las "Sentencias".** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, p.226-525.

IULIANUS TOLETANUS, HISTORIA WAMBAE. *In:* LEVISON, W. Sancti Ivliani Toletanae sedis episcopi Historia Wambae regis. *In:* **Corpus Christianorum. Series Latina CXV.** Turnholti: Brepols, 1976, p.218-55.

LEX VISIGOTHORUM. *In:* ZEUMER, K. **Lex Visigothorum. Monumenta Germania Historica. Legum sectio I, Leges nationum germanicarum I.** Hannover-Leipzig: MGH, 1902.

MIRACULA MARTIALIS. *In*: WAITZ, G. **Monumenta Germaniae Historica. Scriptores Rerum Merovingicarum XV**. Hannover: 1887, p.280.

PACATO DREPANII, PANEGYRICUS THEODOSIO AUGUSTO DICTUS. *In*: GALLETIER (Ed.). **Panegyriques Latins. Tome III (XI-XII)**. Paris: Les Belles Lettres, 1955, p.67-114.

PASSIO LEODEGARII. *In*: KRUSCH, B. **Corpus Christianorum, Series Latina CXVII**. Turnholti: Brepols, 1957, p.527-644.

Referências Bibliográficas

ALONSO TRANCOSO, V. La *paideia* del príncipe y la ideología helenística de la realeza. **Revista Gerión, Anejos**. Madrid, v.IX, 2005.

BADEL, Christophe. **La noblesse de l'Empire Romain. Les Masques et la Vertu**. Mayenne: Champ Vallon, 2005, p.156-64.

CAMPOS, Julio. **Juan de Biclara. Obispo de Gerona. Su vida y su obra**. Madrid: CSIC, 1960.

DIAZ MARTINEZ, Pablo de la Cruz. Los godos como epopeya y la construcción de identidades en la historiografía española. **Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**. Buenos Aires, v.40, p.25-73, 2008.

FRIGHETTO, Renan. Da antiguidade clássica à idade média: a idéia de *Humanitas* na antiguidade tardia ocidental. **Temas Medievales**. Buenos Aires, v.12, p.147-64, 2004.

_____. De la *barbarica gens* hacia la *christiana ciuilitas*: la concepción de *regnum* según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII). **Anuario del Centro de Estudios Históricos 'Profesor Carlos S.A.Segreti'**. Córdoba, v.7, p.203-13, 2008.

_____. Considerações sobre o conceito de *gens* e a sua relação com a idéia de *identidade nobiliárquica* no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). **Imago Temporis**. Lérida, v.6, 2012 (inérito).

_____. *Imperium et orbis*: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). *In*: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (Org.). **Facetas do Império na História. Conceitos e métodos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p.147-55.

____. Infidelidade e barbárie na *Hispania* visigoda. **Gerión**. Madrid, v.20, n.1, p.499 e ss, 2002.

GALÁN SANCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, pp.81-172.

GARCÍA HERRERO, Gregório. Julian de Toledo y la realeza visigoda. *In: Antigüedad y Cristianismo VIII – Arte, Sociedad, Economía y Religión durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía*. Murcia: Ediciones Universidad de Murcia, 1991, p.201-55.

GARCIA MORENO, Luis A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Catedra, 1989.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações. A invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad livros, 2005.

HEATHER, Peter. The barbarian in Late Antiquity: image, reality and transformation. *In: MILES, R. (Ed.). Constructing identities in Late Antiquity*. London-New York: Routledge, 1999.

HILLGARTH, J. N. **The Visigoths in History and legend**. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2009.

KING, P. D. **Derecho y sociedad en el reino visigodo**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

MARTIN, Céline. **La Géographie du pouvoir dans l'Espagne Visigothique**. Paris: Septentrion Presses Universitaires, 2003.

NOBLE, Thomas.F. X. Introduction. Romans, barbarians, and the transformation of the Roman Empire. *In: From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. London-New York: Routledge, 2006.

PLÁCIDO SUAREZ, Domingo. Las formas del poder personal: la monarquía, la realeza y la tiranía. **Revista Gerión**. Madrid, v.25, n.1, p.127-66, 2007.

ROUCHE, Michel. **L'Aquitaine. Des Wisigoths aux Arabes. 418-781. Naissance d'une région**. Paris: EHESS, 1979.

TEILLET, Suzanne. **Des Goths à la nation gothique: les origines de l'idée de nation an Occident du Ve au VIIe siècle**. Paris: Les Belles Lettres, 1984.

WIRTH, Gerhard. Rome and its germanics partners in the fourth century. *In: POHL, E. (Ed.). Kingdoms of the Empire. The integration of barbarians in Late Antiquity*. Leiden-New York-Köln: Brill, 1997.

WOLFRAM, Herwig. **History of the Goths**. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1990.

WOOD, Ian. Barbarians, Historians, and the construction of national identities. *In: Journal of Late Antiquity*. Chicago, v.1, n.1, p.61-81, 2008.

Notas

¹ *Isid., Etym., IX, 3, 14: Imperatorum autem nomen apud Romanos eorum tantum prius fuit apud quos summa rei militaris consisteret, et ideo imperatores dicti ab imperando exercitui: sed dum diu duces titulis imperatoriis fungerentur, senatus censuit ut Augusti Caesaris hoc tantum nomen esset, eoque is distingueretur a ceteris gentium regibus...*; ver también FRIGHETTO, R. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. *In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (Org.). Facetas do Império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p.147-55.

² Cf. FRIGHETTO, R. Considerações sobre o conceito de *gens* e a sua relação com a idéia de *identidade nobiliárquica* no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). *In: Imago Temporis*. Lérida, v.6, 2012 (inédito).

³ *Aur. Vic., De Caes., 33: ...Et patres quidem praeter communi Romani malum orbis stimulabat proprii ordinis contumelia, quia primus ipse metu socordiae suae, ne imperium ad optimos nobilium transferretur, senatum militia vetuit et adire exercitum...*

⁴ Cf. WIRTH, Gerhard. Rome and its germanic partners in the fourth century. *In: POHL, E. (Ed.). Kingdoms of the Empire. The integration of barbarians in Late Antiquity*. Leiden-New York-Köln: Brill, 1997, p.34 e ss.. "...It is beyond doubt that there were *dediticii* of barbarian origin, without a known state of origin in the Empire, who had come from outside and who were already an important factor in the social stability, economy and particularly in the defense of the third century Empire(...). The traditional criteria that were used for *dediticii* and the implications of these criteria, inevitably led to the creation of a caste of soldiers..."

⁵ Para P. Heather, "...The inherited rhetoric was flexible enough, moreover, to encompass a variety of situations. There was no overriding ethnic content, for instance, to concept of *Romanitas*: 'Romanness'. Through education it was, notionally at least, available to all, many provincials had themselves by the fourth century graduated from barbarism to *Romanitas*, and any particular barbarian individual might, through virtue, rise above the general state of the society which produced him..." (1999, p.241).

⁶ Segundo H. Wolfram, "...Words such as *gens*, *genus*(...)*genealogia* and *natio*, refer to a community of biological descent(...). In addition, the sources attest the polyethnic character of the *gentes*..." (1990); para L. A. Garcia "...al unirse nuevos y étnicamente heterogéneos fragmentos populares al núcleo atesorador de las tradiciones 'nacionales', compuesto por los jefes y representantes de los más esclarecidos clanes familiares (*Sippen*)..." (1989, p.29); segue o mesmo raciocínio P.J. Geary, "...Certamente, ao longo dos séculos IV e V, quando os indivíduos tentavam se estabelecer em posições de domínio, alegavam vínculos a essas tradições ou se associavam a famílias lendárias e gloriosas ou a heróis mitológicos. Dessa forma, tentavam fazer com que sua história fosse tida como a história de seu povo..." (2005, p.94).

⁷ Para tanto, ver FRIGHETTO, R. Da antiguidade clássica à idade média: a idéia de *Humanitas* na antiguidade tardia ocidental. *Temas Medievales*. Buenos Aires, v.12, 147-64, 2004.

⁸ Sobre esta questão, FRIGHETTO, R. De la *barbarica gens* hacia la *christiana ciuilitas*: la concepción de *regnum* según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII). *Anuario del Centro de Estudios Históricos 'Profesor Carlos S.A. Segreti'*. Córdoba, v.7, p.203-13, 2008.

⁹ Como, por exemplo MARTIN, C. *La Géographie du pouvoir dans l'Espagne Visigothique*. Paris: Septentrion Presses Universitaires, 2003, p.363, "...Dans la suite du chapitre Isidore relate, en reprenant Augustin, la création des différentes nations à partir de leur origine biblique. Cette référence à l'Ancien Testament est sans doute le principal élément à retenir de la notion isidorienne des *gentes*..."

¹⁰ Sobre a Crônica de João de Bicláro ver o clássico estudo de CAMPOS, J. **Juan de Bicláro. Obispo de Gerona. Su vida y su obra.** Madrid: CSIC, 1960; e mais recentemente GALÁN SANCHEZ, P. J. **El género historiográfico de la chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda.** Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, p.81-172, que afirma na p.83 “...El Biclarense concluyó su *Chronica* hacia 590. La fecha es prácticamente segura...”.

¹¹ *Ioan.Bicl.,Chron.,a.590,1:...memoratus Christianissimus Reccaredus, ordinem conversionis suae et omnium sacerdotum vel gentis Gothicae professionem tomo scriptam manu sua episcopis porrigens et omnia, quae ad professionem orthodoxae pertinent, innotescens cuius tomi ordinem decrevit Sancta episcoporum synodus canonicis applicare monimentis, summa tamen synodalis negotii penes sanctum Leandrum Hispalensis ecclesiae Episcopum et beatissimum Eutropium monasterii Seruitani abbatem fuit...*

¹² *Ioan.Bicl.,Chron.,a.587,5: Reccaredus(...)quam imperio converti ad catholicam fidem facit gentemque omnium Gothorum et Suevorum ad unitatem et pacem revocat Christianae ecclesia...; idéia similar em Conc.III Tol.,a.589,Tomus:...quae licet suorum pravitate doctorum a fide hactenus vel unitate ecclesiae fuerit catholicae segregata, toto nunc tamen mecum adensum concordans eius ecclesiae communioni participatur...*

¹³ *Isid.,Etym.,V,24,17:...Nam fides dicta eo quod fiat...; Isid.,Etym.,X,98: Fidelis, pro eo quod fit ab eo id quod dicit promittit bonum...*

¹⁴ *Ioan.Bicl.,Chron.,a.589,2: Francorum exercitus a Gonteramno rege transmissus Bosone duce in Galliam Narbonensem obveniunt et iuxta Carcassonensem urbem castra metati sunt cui Claudius Lusitaniae dux a Reccaredo rege directus obviam inibi occurrit. Tunc congressione facta Franci in fugam vertuntur et direpta castra Francorum et exercitus a Gothis caeditur. In hoc ergo certamine gratia divina et fides catholica, quam Reccaredus Rex cum gothis fideliter adeptus est...; Isid.,H.G.,54: Egit etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei suscepto auxilio. Francis enim sexaginta fere milia armorum Gallias inruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso triumphauit euentu...*

¹⁵ *Conc.III Tol.,a.589,Prolog.:...Quum pro fidei suae sinceritate idem gloriosissimus princeps omnes regiminis sui pontifices in unum convenire mandasset, ut tam de eius conversione quam de gentis Gothorum innovatione in Domino exultarent et divinae dignationi pro tanto munere gratias agerent...*

¹⁶ *Conc.III Tol.,a.589,Tomus:...Officii nostri cura et fidelissimi atque gloriosissimi principis admonitione propellimur diligenter a vestra caritate perquirere(...): Licet hoc quod fraternitas atque paternitas vestra a nobis cupit audire vel fieri, iam olim conversionis nostrae tempore eregimus, quando sicuti gloriosissimum dominum nostrum Reccaredum regem ad Dei ecclesiam transivimus, et perfidiam Arrianam cum omnibus supprestitutionibus suis anathematizavimus pariter et abieccimus...*

¹⁷ Para tanto vide FRIGHETTO, R. Infidelidade e barbárie na Hispania visigoda. In: **Gerión.** Madrid, v.20, n.1, p.499 e ss., 2002.

¹⁸ *Conc.III Tol.,a.589,Tomus:...vel maiores natu ex haerese Arriana conversos...; para Isid.,Etym.,IX,5,13: Stirps ex longa generis significatione vocatur. Gnatus dictus quia generatus...; 31:...sicut maiores dicimus, post patris, avi, proavi, abavi, atavi, tritavique vocabulum...*

¹⁹ *Conc.III Tol.,a.589,Tomus:...Tunc episcopi omnes una cum clericis suis primoresque gentis Gothicae(...) et totius gentis Gothicae seniorum...; Isid.,Etym.,X,207:...et primus quasi praeminens...; Isid.,Etym.,IX,4,8: Senatui nomen aetas dedit, quod seniores essent...*

²⁰ *Conc.III Tol.,a.589,Tomus:...Adest enim omnis gens Gothorum incluta et fere omnium gentium genuina virilitate opinata...*

²¹ Idéia que parece encontrar eco em *Conc.III Tol.,a.589,c.18:...Iudices vero locorum vel actores fiscalium patrimoniorum (...): a sacerdote vero et a senioribus deliberetur, quid provincia sine suo detrimento praetare debeat iudicium...*

²² *Isid.,De Laud.Span.: Omnium terrarum, quaequae sunt ab occiduo usque ad Indos, pulcherrima es, o sacra semperque felix principum gentiumque mater Spania...*

²³ *Isid.,De Laud.Span.:...tu decus atque ornamentum orbis, inlustrior portio terrae, in qua gaudet multum ac largiter floret Geticae gentis gloriosa fecunditas(...)denuo tamen Gothorum florentissima gens...*

²⁴ *Pac.,Paneg.Theod.,a.389,IV: Nam primum tibi mater Hispania est, terris omnibus terra felicior...*

²⁵ Em nossa opinião virtude associada ao “compromisso” descrito em *Isid.,H.G.,70:...sed postquam Sisebutus princeps regni sumpsit sceptrum, ad tantum felicitatis uirtutem sunt, ut non solum terras, sed et ipsa maria suis armis adeant subactusque seruit illis Romanus miles, quibus seruire tot gentes et ipsam Spaniam uidet.*

²⁶ Virtude que aparece claramente definida em *Isid.,H.G.,2: Interpretatio autem nominis eorum in linguam nostram tectum quod significatur fortitudo, et re uera: nulla enim in orbe gens fuit Romanorum*

Imperium adeo fatigauerit...; e 67: Populi natura pernices, ingenio alacres, conscientiae uiribus freti, robore corporis ualidi, staturae proceritate ardui, gestu habituque conspicui, manu prompti, duri uulneribus, iuxta quod ait poeta de ipsis: 'mortem contemnunt laudato uulnere Getae'. Quibus tanta extitit magnitudo bellorum et tam extollens gloriosae uictoriae uirtus ut Roma ipsa uictrix omnium populorum subacta captiuitatis iugo Gothicis triumphis adcederet et domina cunctarum gentium illis ut famula deseruiet.

²⁷ Como em *Isid., H.G., I: Gothorum antiquissimam esse gentem...*

²⁸ *Fred., Chron., LXXIII: ...Defuncto Sisibudo, rege clementissimo, cui Sintela ante annum circiter successerat in regnum...*

²⁹ Para tanto, vide nota 26.

³⁰ Como indica *Isid., Etym., IX, 4, 17: Proceres sunt principes civitatis, quasi procedes(...). Hinc ad primores facta translatio, quod a cetera multitudine prominent.*

³¹ *Fred., Chron., LXIII: ...cum esset Sintela nimium in suis iniquus, et cum omnibus regni sui primatibus odium incurreret, cum consilio caeterorum Sisenandus quidam ex proceribus ad Dagobertum expetit ut ei cum exercitu auxiliaretur...*

³² De acordo com *Ioan. Bicl., Chron., a. 579, 3: ...Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assumens in Hispali civitate rebellione facta recluditur, et alias civitates atque castella secum contra patrem rebellare facit...; problema que se agrava com a intervenção de forças externas, conforme Ioan. Bicl., Chron., a. 583, 1: Liuuigildus rex civitatem hispalensem congregato exercitu obsidet et rebellem filium gravi obsidione concludit, in cuius solatio Miro Suevorum rex ad expugnandum Hispalim advenit ibique diem clausit extremum...; mais breve e objetivo o relato de *Isid., H.G., 49: ...Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannidem obsessum exsuperavit...**

³³ Especialmente *Isid., Sent., III, 50, 8: Saepe unde mali reges peccant, inde boni iustificantur, dum praecedentium cupiditatem et malitiam corrigunt...*

³⁴ *Conc. IV Tol., a. 633, c. 75: ...De Suintilane vero qui scelera propria metuens se ipsum regno privavit et potestatis fascibus exiit id quum gentis consultu decrevimus: Ut neque eundem vel uxorem eius propter mala quae commisserunt neque filios eorum unitati nostrae unquam consociemus, nec eos ad honores a quibus ob iniquitatem deieci sunt aliquando provemus...*

³⁵ *Conc. IV Tol., a. 633, c. 75: ...Non aliter et Geilanem memorati Suintilani et sanguine et scelere fratrem, qui nec in germanitatis foedere stabilis extitit nec fidem gloriosissimo domo nostro pollicitam conservavit...*

³⁶ *Conc. IV Tol., a. 633, c. 75: ...Quod si haec admonitio mentes nostras non corrigit et ad salutem communem cor nostrum nequaquam perducit, audite sententiam nostram. Quiquumque igitur a nobis vel totius Spaniae populis qualibet coniuratione vel studio sacramentum fidei suae, quod patriae gentisque Gothorum statu vel observatione regiae salutis pollicitus est, temptaverit aut regem nece adtrectaverit aut potestatem regni exuerit aut praesumptione tyrannica regni fastigium usurpaverit, anathema sit in conspectu Dei Patris et angelorum...*

³⁷ *Conc. V Tol., a. 636, c. 3: ...quapropter quoniam inconsiderate quorundam mentes et se minime capientes, quos nec origo ornat nec virtus decorat, passim putant licenterque ad regiae potestatis pervenire fastigia(...): Ut quisquis talia meditatus fuerit, quem nec electio omnium provehit nec Gothicae gentis nobilitas ad hunc honoris apicem trahit...*

³⁸ *Conc. VI Tol., a. 638, c. 17: ...Rege vero defuncto nullus tyrannica praesumptione regnum adsummat, nullus sub religionis habitu detonsus aut turpiter decalvatus aut servilem originem trahens vel extraneae gentis homo, nisi genere Gothus et moribus dignus provehatur ad apicem regni: temerator autem huius praeceptionis santissimae feriatur perpetuo anathemate.*

³⁹ *Chron. Moz., a. 754, 17: ...Sisenandus in era DCLXVIII (...) per tyrannidem regno Gothorum inuaso quinquennio locatus est solio...*

⁴⁰ *Fred., Chron., LXXIII: ...Cumque in Spania divulgatum fuisset exercitum Francorum auxilium Sisenando aggredere, omnis Gothorum exercitus se ditioni Sisenandi subegit. Abundantius et Venerandus cum exercitu Tholosano tantum usque Caesaraugustam civitatem cum Sisenando accesserunt, ibique omnes Gotthi de regno Spaniae Sisenandum sublimant in regnum...*

⁴¹ *Fred., Chron., LXIII: ...Dagobertus legationem ad Sisenandum regem, Amalgarium duces et Venerandum dirigit, ut missorum illum quem promiserat eidem dirigerit...*

⁴² *Sancti Iuliani Toletanae sedis episcopi. Historia Wambae regis. Corpus Christianorum series latina CXV (Ed. W. Levison). Turnholt: Brepols, 1976, p. 218-55.*

⁴³ *Fel. Tol., Uit. Iul., 10: Item librum historiae de eo quod Wambae principis tempore Galliis extitit gestum...*

⁴⁴ *Iul.Tol.,H.W.,27: Tertia iam post uictoriam uictoribus aduenerat dies, et Paulus ipse onustus ferro cum ceteris consedenti in throno principi exhibetur(...), deinde coram exercitibus cunctis adiudicatur cum ceteris, quum uniuersorum iudicio et mortem exciperent, qui mortem principi praeparassent...*

⁴⁵ *Iul.Tol.,Iud.,1: Perfidorum denotata transgressio ideo debetur acrius percuti, quo illicitis uidetur ausibus perpetrari. Habebant ergo confusionis propriae signum, quibus contingit fidei uiolare promissum...*

⁴⁶ Para tanto, a título de exemplo, *Iul.Tol.,H.W.,7: ...Sicque Paulus in Sauli mente conuersus, dum pro fide noluit proficere, officere conatus est contra fidem. Regni ambitione illectus, spoliatur subito fide...; 26: ...Cumulauerat enim nefandissimus ipse Paulus peccato peccatum, dum tyrannidi adiungeret sacrilegium...*

⁴⁷ Que possui um duplo significado: militar, que segue descrito pela *L.V.,IX,2,8(Wamba rex): ...et sub hac occasione aut qui prestare debuit publicis utilitatibus(...) pro gentis et patrie utilitatibus...*; ou aquele apresentado por KING, P. D. **Derecho y sociedad en el reino visigodo**. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p.88, "...La publica utilitas no puede tener significado militar aqui, porque la Iglesia y sus servidores no estaban exentos de las obligaciones militares. Pero la expresión *publica utilitas* se emplea en otros lugares en relación con los impuestos...", com a intenção de restituição do patrimônio indevidamente usurpado, como apresenta-se em *Iul.Tol.,H.W.,26: ...Vnde factum est, ut uasa argenti quam plurima de thesauris dominicis rapta et coronam illam auream, quam diuae memoriae Reccaredus princeps ad corpus beatissimi Felicis obtulerat, quam idem Paulus insano capiti suo imponere ausu est...*

⁴⁸ *Iul.Tol.,H.W.,2: Adfuit enim in diebus nostris clarissimus Wamba princeps, quem digne principari Dominus uoluit, quem sacerdotalis unctio declarauit, quem totius gentis et patriae communio elegit...*

⁴⁹ *Iul.Tol.,H.W.,2: ...Qui clarissimus uir, dum decidentis Recesuindi principis morte exequiale funus solueret et lamenta, subito una omnes in concordiam uersi, uno quodammodo non tam animo quam oris affectu partier prouocati, illum se delectanter habere principem clamant: illum se nec alium in Gothis principari unitis uocibus intonant et cateruatim...*

⁵⁰ *Iul.Tol.,H.W.,4: At ubi uentum est, quo sanctae unctionis uexillam susciperet, in praetoriensi ecclesia, sanctorum scilicet Petri et Pauli, regio iam cultu conspicuus ante altare diuinum consistens, ex more fidem populis reddidit. Deinde curbatis genibus oleum benedictionis per sacri Quirici pontificis manus uertici eius refunditur et benedictionis copia exhibetur...*

⁵¹ *Iul.Tol.,H.W.,5: Huius igitur gloriosis temporibus Galliarum terra, altrix perfidiae, infami denotatur elogio, quae utique inextimabili infidelitatis*

⁵² *Iul.Tol.,H.W.,5: ...Etenim dum multo iam tempore his februm diuersitatibus ageretur, subito in ea unius nefandi capitis prolapsione turbo infidelitatis adsurgit, et consensio perfidiae unum ad plurimos transit.*

⁵³ *Iul.Tol.,H.W.,6: Huius enim caput tyrannidis Ildericum fama sui criminis refert, qui Neumasensis urbis curam sub comitali praesidio agens, non solum nomen, sed titulum et opus sibimet infidelitatis, adsciuit adiunctis sibimet prauitatis suae socios Gumildum Magalonensis sedis detestatum antestitem et Ranimirum abbatem...*

⁵⁴ *Iul.Tol.,H.W.,6: ...His igitur criminis caput, dum per diuersos ignem suae infidelitatis accenderet, Nemeausensis urbis episcopum beatae uitae Aregium ad perfidiae notam trahere nitebatur. Quem casto ore constantique corde repugnantem suis consiliis cernens, et ordinis et loci dignitate pribatum, pondere uinculorum honustum, in Franciae finibus Francorum manibus tradidit inludendum...*

⁵⁵ *Pas.Leod.,I,12: ...eiusdem germanus suus Gaerenus nomine, qui ob metum supradicti Ebroini cum aliis fugauerat ex Francorum procerebus Vaccaeorum lustraverat partibus, iusso regis gloriosi Theuderici ac principes Ebroini decretum est ad palatium reuerti...*

⁵⁶ *Mirac.Martial.,73: ...Eo defuncto, antedictum Luponem principem super se omnes statuerunt(...), ut regem Francorum debellaret et in sedem regiam se astare faceret...; detalhes desta revolta liderada pelo Duque Lupo na Aquitania são apresentados por ROUCHE, M. **L'Aquitaine. Des Wisigoths aux Arabes. 418-781. Naissance d'une région**. Paris: EHESS, 1979, p.102-4.*

⁵⁷ *Iul.Tol.,H.W.,27: ...Vbi cum aduentum hostium sustineret, subito praecurrenti nuntio audit, unum e ducibus Franciae nomine Lupum in Beterrensi territorio hostiliter accessi(...). Sed Lupus ipse iuxta uillam cui Asperiano uocabulum fertur regressum principis audiens...; 28: Vnde comperto princeps, quod Lupum cum ceteris inuenire non posset...*

⁵⁸ *Iul.Tol.,H.W.,8: ...Vbi dum Paulus perfidiae suae socios numerosiores efficere uellet, prolati promissisque muneribus, Francorum Vasconumque multitudines in auxilio sui pugnaturas...; 24: ...quae partibus Franciae coniunguntur, ut libera et expedita bellantium manus eo tutius decertandi praecepta perficeret, quod nihil aduersum ab externis gentibus pensassisset(...). Dein omnis illa insolens multitudo Galliarum atque Francorum, quae hinc inde contra nostros pugnatura confluerant...*

⁵⁹ *Iul.Tol.,H.W.,7:...Agit haec arcano quodam consilio, ut affectatum fastigium regni ante queat uideri quam sciri, allectis sibi perfidiae suae sociis Ranosindum Tarraconensis prouinciae ducem et Hildigisum sub gardingatus adhuc officio consistentem...*

⁶⁰ *Iul.Tol.,H.W.,7:...Qui Paulus tepenti cursu cum exercitu gradiens...*

⁶¹ *Iul.Tol.,H.W.,7:...subito praepropero cursu Paulus cum exercitu Narbonensem urbem ingrediens...*

⁶² *Iul.Tol.,H.W.,8:...Cui unus ex coniuratis, maligni ipsius consilii socius, Ranosindus Paulum sibi regem designat(...). Nam Ildericum, Gumildum uel Ranimirum non difficili opere suae perfidiae sociavit...*

⁶³ *Iul.Tol.,H.W.,8:...Omnis Galliarum terra subito in seditionis arma coniurat nec solum Galliae, sed etiam pars aliqua Tarraconensis prouinciae cuturnum rebellionis adtemptat...*

⁶⁴ *Iul.Tol.,H.W.,16:...regem sine signis non posse procedere...*

⁶⁵ *Iul.Tol.,Iud.,1: Perfidorum denotata transgressio ideo debetur acrius percuti, quo inlicitis uidetur ausibus perpetrari. Habeant ergo confusionis propriae signum, quibus contingit fidei uiolare promissum...*

⁶⁶ *Iul.Tol.,H.W.,16:...Haec est enim tantum Gothorum illa famosissima uirtus, quae se uenire ad superandos nos solita temeritate iactabat(...).Famosa siquidem uirtus eorum ante fuit et suis in defensionem et aliis gentibus in terrorem...*

⁶⁷ *Iul.Tol.,Iud.,7: His excursis atque perlectis, canonum est prolata sententia ex concilio Toletano era LXXV, ubi ad locum sic dicit: Quicumque amodo ex nobis uel totius Spaniae populis qualibet coniuratione uel studio sacramentum fidei suae, quod pro patriae gentisque Gothorum statu uel conseruatione regiae salutis pollicitus est, temerauerit, et cetera...*

⁶⁸ *Idéia presente em L.V.,IX,2,8 (Wamba rex):...Nam iustum est, ut qui nobilitatem sui generis et statim patriae, quod prisce gentis adquisiuit utilitas...*

⁶⁹ *Iul.Tol.,H.W.,21:...peccauimus in caelum et coram te, sacratissime princeps. Non sumus digni, quibus euentus pietatis tuae occurrat, quibus uenia conlata subueniat, qui et promissam tibi maculauimus fidem...*

⁷⁰ *L.V.,IX,2,8 (Wamba rex):...defensionem gentis vel patriae nostre prestus cum omni uirtute sua(...)et ad prestitum vel vindicationem gentis et patriae exire vel intendere contra inimicos...*

⁷¹ *L.V.,IX,2,8 (Wamba rex):...et statim ad vindicationem aut regis aut gentis et patriae vel fidelium presentis regis(...)omnem tamen suam uirtutem in adiutorio episcoporum vel clericorum adque fratrum suorum sinceriter pro utilitate regie potestatis gentis et patriae fideliter...*

⁷² *Iul.Tol.,Ins.,4:...quibus non tam partem Spaniae, sed totam Spaniam uni pugillo tuo ad resitendum...*

⁷³ *Iul.Tol.,Ins.,3:...nam insuper ne tantae calamitatis flagitio aliquid uideretur deesse, regem habens, alium tibi regem statuis, astu, non ordine, fraudibus, non uirtute...; 5:...sic infida in promisso, facilis in periurio exortum in te infidelitas ignem non solum non perimis, sed accendis...*

⁷⁴ *Iul.Tol.,Ins.,8:...Admirandus est ergo alternantium iste partium ordo, quanta in te crudelitas, quanta in Spanis pietas fuerit(...). Quin potius, si perlata nuntiorum fama aut ab hoste obsessam aut hostium incursionem te detritam edixit armata illico ad defensionem tui Spanorum manus se citatam exhibuit et propria postponendo pericula cum hostibus tuis confligebat...*

<p>This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.</p>
--

A ALDRAVA DE MARÍLIA DE DIRCEU. AUTORIDADE E TRADIÇÃO LITERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO MUSEOLÓGICO

Rafael Zamorano Bezerra*

Recebido em: 23/11/2011 Aprovado em: 09/12/2011
--

Resumo: O texto analisa a partir do conceito de “função autor” (e seu corolário, “autoridade”) o processo de canonização das letras nacionais através da monumentalização de um objeto museológico do acervo do Museu Histórico Nacional. Trata-se de uma aldrava retirada da casa onde, supostamente, teria morado Maria Dorothea, a Marília de Marília de Dirceu, musa inspiradora de Tomás Antônio Gonzaga. O artefato escolhido tem duas particularidades. A primeira a ser destacada, é o tratamento que lhe foi dado, inicialmente, como relíquia histórica. A segunda é sua relação com o poema *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, poeta canonizado pela história literária como um dos principais representantes da “escola mineira”, entendida por muitos como precursora da literatura nacional.

Palavras-chave: Museu Histórico Nacional; tradição literária; autoridade; Marília de Dirceu; objeto histórico.

Considerações iniciais

As antologias poéticas organizadas a partir do século XIX desempenharam um papel fundamental na constituição de uma tradição literária brasileira. A escrita da história da literatura era considerada como um ramo da história nacional por estabelecer fatos literários que subsidiariam aquela empreitada. Esses “parnasos fundacionais”, usando aqui as palavras de Hugo Achugar, “realizaram um gesto, pretenderam dar corpo e letra a um sentimento, tencionaram a construir um imaginário, uma nação” (SENNA, 2006).

As antologias são coletâneas. O termo “coletânea” possui proximidade semântica com “coleção”, visto que ambos estão relacionados ao ato de selecionar. Desde o final do século XVIII, as antologias literárias visavam, fundamentalmente, à exemplaridade e à formação escolar, aspectos vinculados ao projeto de construção de uma história nacional. Francisco Adolfo Varnhagen, historiador intrinsecamente vinculado a este objetivo, ao escrever seu *Florilégio da poesia brasileira*, justificou sua seleção de autores da seguinte maneira: “O leitor perdoará a pretensão do título que vai

* Historiador - Museu Histórico Nacional. Mestre em Ciência Política (UFRJ) e doutorando em História Cultural pelo PPGHIS/UFRJ, sob orientação da Prof.^a Dra. Andrea Daher. Bolsista do Capes.

no rosto. Intitulamos este livro, mas repetimos que não queremos por isso dizer, que o oferecemos o melhor desta, porém sim o que por mais americano tivemos” (Id. p. 38).

Em sua tese de doutorado, Janaína Senna mostra como os primeiros antologistas no Brasil se voltaram para as letras coloniais em busca das bases de sustentação de marcos iniciais de uma genealogia, de uma constituição de patrimônio literário, que poderia ser pensado, tal como para Ferdinand Denis, como um ponto de partida dos primeiros esforços da nação brasileira a bem das letras. Assim, os antologistas do final do século XIX estabeleceram os cânones que viriam a constituir o ponto de partida de uma literatura nacional, o que implicava, também, nas primeiras manifestações do sentimento nacional. Daí a importância dada ao nativismo dos escritores ditos “coloniais”, no sentido de estabelecer o elo perdido que permitiria ligar a colônia à nação independente. A literatura progressivamente brasileira era percebida como marcha linear e progressiva que articulava o passado, o presente e o futuro da nação.

A partir do conceito de “função autor” (e seu corolário, “autoridade”) pretende-se analisar o processo de canonização das letras nacionais através da monumentalização de um objeto museológico do acervo do Museu Histórico Nacional. Foi selecionada para a análise uma aldrava retirada da casa onde, supostamente, teria morado Maria Dorothea, a Marília de *Marília de Dirceu*, musa inspiradora de Tomás Antônio Gonzaga. O artefato escolhido tem duas particularidades. A primeira a ser destacada, é o tratamento que lhe foi dado, inicialmente, como relíquia histórica. A segunda é sua relação com o poema *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, poeta canonizado pela história literária como um dos principais representantes da “escola mineira”, entendida por muitos como precursora da literatura nacional.

Selecionamos três trabalhos de história literária, nos quais a chamada “escola mineira” é vista como um momento inicial da literatura brasileira. Tratam-se dos livros *História da Literatura Brasileira* (1888), de Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira* (1915), de José Veríssimo e a *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos* (1957), de Antonio Candido.

Antes, porém, cabe tecer algumas considerações sobre os procedimentos de seleção do discurso museológico.

A palavra “patrimônio” tem usos distintos, de ordem jurídica, econômica,

ambiental e cultural. Porém, o patrimônio associado aos bens móveis e imóveis de caráter artístico e histórico é considerado por diversos autores como uma categoria moderna, vinculada à formação dos Estados nacionais, ao desenvolvimento de uma cultura humanista e ao colecionismo. Autores como Françoise Choay, Dominique Poulot, Krzysztof Pomian e Francis Haskell, mostram que a valoração de patrimônios relaciona-se ao universo letrado. Nas palavras de Jacques Thuillier,

[...] a escrita até aqui desempenhou um papel determinante e podemos até dizer que foi ela que implementou o panorama [...] com relação aos períodos antigos, a repartição das pinturas e das esculturas conservadas acabou por corresponder praticamente ao esquema dos artistas e das obras citadas pelos historiadores antigos. [...] Salvo raras exceções, a resistência das escolas e das obras foi resultado da presença dos livros e das datas nas quais foram publicados. A realidade acabou se conformando à escrita. (Apud. POULOT, 2009, p.37)

David Lowenthal e Dominique Poulot ressaltam que o patrimônio não guarda relação *strito sensu*, com as categorias de “verdadeiro” e “falso”, reivindicada pelas ciências, por mais que estas busquem atestar, por vezes, sua autenticidade. Para Poulot, a razão patrimonial do ocidente vincula-se à retórica das lutas identitárias, e às “evocações do passado não coincidem [...] com as análises do historiador, do etnólogo ou do arqueólogo” (Id. Ibid. p.16).

Para tornar-se parte de um acervo museológico o objeto precisa ser considerado um patrimônio cultural, o que implica um processo de seleção daquilo que é ou não patrimônio. Parte da consciência ocidental sobre patrimônio é tributária do direito romano, que o entende como conjunto de bens considerados não segundo seu valor pecuniário, mas segundo sua condição portadora de algo a transmitir. O termo patrimônio, portanto, remete a herança, que não evoca *a priori* um tesouro ou obra prima (embora também possa evocá-los), mas uma reivindicação por genealogia (POULOT, 2003,).

Neste caminho, pode-se afirmar que seleção e valoração de acervos “históricos” não são pautadas somente pelas exigências de uma escrita da história científica. Isso porque a criação de patrimônios sofre pressões de diferentes demandas, como as lutas pelo controle e o domínio da memória, os processos de valorização do turismo nos museus, a centralidade da discussão patrimonial nas políticas públicas culturais e

relações políticas e pessoais observáveis no interior do campo do patrimônio. Assim, a formação de um acervo museológico é resultado da vitória e da derrota de diferentes discursos, que se materializam não somente nas exposições, mas também nos demais serviços técnicos que caracterizam as instituições de memória e patrimônio.

Partimos do pressuposto que o discurso museológico, principalmente aquele relacionado ao objeto histórico, é delimitado por certos dispositivos de valoração histórica que atuam como procedimentos de exclusão e delimitação do discurso. Para Michel Foucault, a produção do discurso na sociedade ocidental é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 1996, p.18). Foucault identificou três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade

Identificou, também, procedimentos internos de delimitação do discurso, que são o comentário, o autor, a disciplina e o ritual. Sobre a categoria “autor” observa que “[...] autor não entendido, [...] como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Id. Ibid. p.26-7). Assim:

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento do discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos [...]. Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso. (FOUCAULT, 2001. p.44-5)

Tal como as antologias e em trabalhos de crítica e história literárias, a função autoral desempenha o papel de seleção e de monumentalização de elementos ordenadores do discurso museológico.

Autoridade e autor

A formação de um acervo museológico envolve – na maior parte dos casos – pessoas com algum tipo de treinamento ou saber especializado. É o caso, por exemplo, do conhecimento dos antiquários, numismatas, historiadores da arte, antropólogos, folcloristas, bibliófilos, historiadores etc., na identificação e coleta de artefatos, o que implica o estabelecimento de uma autoridade sobre a gestão desses acervos.

A literatura política mostra que autoridade e poder não devem ser confundidos como sinônimos. A palavra “poder” tem origem latina de *potestas*, e significa potência, capacidade de fazer, ter permissão ou estar habilitado para fazer algo. “Autoridade” vem de *auctoritas* e significa ser gerador de qualquer coisa ou alguém, fonte ou origem, autor ou artífice. Autoridade tem correspondência com o termo *autor*, que significa, desde fins do século XVIII, o criador, aquele que é promotor e inventor de oportunidades. A raiz de ambas as palavras é *augere*, que significa aumentar, crescer, ampliar, acelerar, fazer crescer, propor, sustentar, desenvolver, autorizar, consentir (Cf. ABBAGANO, 2007. p.113-5, BOBBIO, 1989, p.44-57).

Para Hanna Arendt,

[...] a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é utilizada, a autoridade por si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante processo de argumentação [...] Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através dos argumentos. (ARENDR, 2000, p.129)

Arendt mostra que o conceito de autoridade, presente em boa parte da história ocidental, é de origem platônica. Platão, crítico da democracia ateniense, queria buscar uma alternativa para a maneira persuasiva – representada na figura do sofista – dos gregos lidarem com os assuntos públicos na *polis*. Argumentou com base nos modelos das relações existentes na vida cotidiana, como as metáforas do pastor e suas ovelhas, do médico e seu paciente, do timoneiro e seu barco e do senhor e seu escravo. Em todos esses casos o conhecimento especializado infunde confiança, de modo que nem a força nem a persuasão são necessárias para obter a aceitação dos homens. Nas palavras de Arendt, Platão buscava “uma relação em que o elemento coercitivo repousasse na relação mesma e fosse anterior à efetiva emissão de ordens: o paciente torna-se sujeito à autoridade do médico quando se sente doente e o escravo cai sob o domínio de seu senhor ao se tornar escravo” (Id. Ibid. p.131). Isso implica uma clara separação entre “saber o que fazer” e “fazer”, e a autoridade tem aqui seu fundamento baseado na distinção “natural” entre os homens.

O termo “autoridade” é, na realidade, de origem romana, pois “nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer

conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica” (Id. Ibid. p.142). No contexto romano, a autoridade era vinculada ao saber, mas também ao caráter sagrado da fundação de Roma. Participar da política significava preservar a fundação da cidade. Como já foi dito, se “autoridade” deriva do verbo *augere*, “aumentar”, aquilo que a autoridade romana constantemente aumentava era a própria fundação de Roma. Para Cícero, a autoridade tinha suas raízes no passado e na experiência, não havendo desigualdade natural entre os homens. Não é à toa que os anciãos eram possuidores de autoridade e a fórmula *historia magistra vitae* é ciceroneana e, portanto, romana. Nesse sentido, Arendt atenta para o fato de que os exemplos e os feitos dos antepassados tinham um caráter coercitivo, na medida em que, o quer que acontecesse, se tornava um exemplo, uma *auctoritas maiorum*. O passado era santificado através da tradição, legando de uma geração a outra o testemunho dos antepassados que inicialmente presenciaram e criaram a sagrada fundação.

Os patrimônios culturais são representativos da relação entre autoridade e tradição. Os museus históricos, apesar de toda reformulação crítica dos últimos anos, estão vinculados ao culto das tradições nacionais. A ação de “homens de letras” na criação e formação de coleções museológicas é bastante comum, como não deixaria de ser o caso dos dois principais museus de história do Brasil, o Museu Paulista e o Museu Histórico Nacional. Seus fundadores, Afonso Taunay e Gustavo Barroso, respectivamente, foram historiadores consagrados em seus meios e usaram suas “autoridades” para recolher objetos, tanto para documentar o passado como para celebrar a Nação e seus heróis. Dentre o infindável universo de artefatos produzidos pelos homens, eles selecionaram aqueles que, de alguma forma, se relacionavam com os personagens e os acontecimentos consagrados por determinada produção textual da qual eram, eles mesmos, os autores. Obviamente, nem todo objeto museal relaciona-se dessa forma com os textos, visto a existência de outros determinantes, como os atributos estéticos, que envolve a própria antiguidade, e as relações políticas e sociais dos agentes envolvidos nas instituições. Porém, naqueles objetos tidos como relíquias históricas, a relação entre autor e autoridade é mais presente, dada a necessidade de comprovação de autenticidade.

A eleição dos poetas mineiros como figuras fundacionais de uma literatura

nacional

De acordo com Paulo Franchetti, a história literária desfrutou, de finais do século XVIII até a primeira metade do século XX, de enorme prestígio, a ponto de sua confecção ser o coroamento da carreira de um homem de letras. Hoje a disciplina é alvo de críticas e certo desprestígio, sendo Hans Jauss um dos críticos mais contundentes (FRANCHETTI, [2001]).

O principal método da história literária é a abordagem contextual e historicista das obras, selecionadas segundo critérios estéticos, com a construção de cânones e a busca de um quadro totalizante do passado. A narrativa proposta por esse tipo de história literária tem como vetor do “processo histórico a adaptação da literatura europeia às condições brasileiras e a adaptação das condições brasileiras ao modelo europeu” (Id. Ibid. p.10). Isso implica uma busca pela “nacionalidade”, pelas circunstâncias históricas que favoreceram o “florescimento” de uma literatura nacional, identificada com determinado estilo ou conjunto de influências. Ou seja, é uma eleição de cânones.

Em vários manuais de história da literatura brasileira, a chamada “escola mineira” é vista como um momento inicial da “literatura nacional”, nas penas de Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Manoel Inácio da Silva Alvarenga, todos envolvidos na Inconfidência Mineira, dado que reforça a sua “brasilidade”. Estes quatro ícones constam, inevitavelmente, de três importantes histórias literárias: as de Silvio Romero, de José Veríssimo e de Antônio Cândido. A *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero é dividida em duas partes. Baseia-se numa teoria de determinismos raciais e geográficos. A primeira parte veicula os elementos de uma história natural das letras brasileiras, na qual o autor estuda as condições de uso do “nosso determinismo literário, as aplicações da geologia e da biologia às letras” (ROMERO, 1888, p.11). Assim,

[...] a história da literatura brasileira não passa da descrição dos esforços diversos do nosso povo para produzir e pensar por si; não é mais que a narração das soluções por ele dadas a este estado emocional; não é mais, em uma palavra, do que a solução do problema do nacionalismo. (Id. Ibid. p. 213)

A outra parte do livro é dedicada às quatro grandes fases da literatura brasileira,

identificadas por Romero: período de formação (1500-1750), período de desenvolvimento autonômico (1750-1830), período de transformação romântica (1830-1870) e período de reação crítica (de 1870 em diante). O período de 1750 a 1830 é o da “escola mineira”, e é visto como um momento de autonomia da literatura nacional. Romero, já na introdução, explica o que entende por “brasileiro”,

Deve ser contemplado na história da literatura brasileira um Antônio José, por exemplo, que do Brasil só teve o nascimento? Por outro lado, portugueses houve que, mudados para a América, aqui ficaram e se desenvolveram. Devem ser contados entre os nossos autores um José de Anchieta e um Antônio Gonzaga? Não trepido em os incluir no número dos nossos; os primeiros porque beberam no berço esse quid indefinível que imprime o cunho nacional, e porque suas obras, de torna viagem recebidas com simpatias, vieram aqui influir; os segundos, porque, transformados ao meio americano, viveram dele e para ele. (Id. Ibid. p. 8-9)

Para Silvio Romero, uma literatura de caráter nacional, é algo que “não se procura, não se inventa, não se escolhe; nasce espontaneamente, bebe-se com o leite da vida, respira-se no ar da pátria” (Id. Ibid. p. 214). Nesse sentido, a Inconfidência foi para ele um “desejo, um anelo de poetas, abençoados sonhadores que tiveram ânsias de criar para si uma pátria livre, que tiveram a coragem de sofrer e morrer por ela [...]”. (Id. Ibid. p. 220)

Ao tratar da “escola mineira”, Romero afirma que Claudio Manoel da Costa, “no soneto é talvez o primeiro escritor da nossa língua” (Id. Ibid. p. 269). Mais adiante: “nele sente-se a alma brasileira [...]” (Id. Ibid. p. 273). O segundo é Alvarenga Peixoto, cujo poema mostra o “doce sentimento da família e a grande intuição da independência do Brasil”, dotado de um “brasileirismo ativo e brilhante” (Id. Ibid. p. 277). Sobre Tomás Antônio Gonzaga afirma ser “o mais célebre poeta mineiro, e que o insigne poeta teve o sonho revolucionário; este grande título deve ser-lhe religiosamente conservado pela História [...] Dirceu quis o levante, quis a República, quis a independência [...] é por isso que ele tem sido e continuará a ser um dos guias imortais do povo brasileiro” (Id. Ibid. p. 291). Fechando a lista dos quatro vultos da Escola Mineira, indica Manuel Ignácio da Silva Alvarenga como “um mestiço, mais brasileiro dos escritores do século passado” (Id. Ibid. p. 291).

Por sua vez, José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, publicada

em 1915, procura compreender a “evolução” da literatura nacional, como se fosse possível encontrar o “elo perdido” entre a literatura portuguesa, produzida, de acordo com o autor, nos primeiros anos do período colonial, e a brasileira. Veríssimo indica várias obras em que o sentimento nativista é presente, como em Gregório de Matos e o padre Nuno Marques Pereira. Todavia, nessa literatura, “salvo notadas manifestações de nativismo, não nos deparam ainda indícios suficientes para separá-la da portuguesa” (VERÍSSIMO, 1915). A separação só viria ocorrer, de acordo com Veríssimo, com os poetas mineiros do século XVIII.

São todos árcades de escola ou de inspiração poética, e a maioria deles pertenceu às Arcádias portuguesas contemporâneas. Todos estes poetas, inclusive o português Gonzaga, conscientemente ou não, inspiraram-se também do Brasil e de coisas brasileiras, cantaram-nas ou deixaram sinais de influxo delas no seu estro. Embora ainda o fizessem sem premeditação de autonomia, o talento e a sinceridade com que o fizeram, a novidade dos seus assuntos americanos e do tom liberal do seu cantar, destacaram-nos na poesia portuguesa de então o bastante para criar e legitimar aspirações ou veleidades da independência. [...]

O Uruguai, de Basílio da Gama, o Caramuru, de Durão, os Sonetos e outras obras de Cláudio da Costa, a Marília de Dirceu, de Gonzaga, os Poemas, de Alvarenga Peixoto e de Silva Alvarenga, são sem dúvida os primores da nossa literatura colonial e contam-se ainda entre as obras-primas da nossa poesia. Estes poetas estabelecem a transição desta literatura ainda em suma portuguesa para aquela a que já podemos sem impropriedade chamar de brasileira. (Id. Ibid. [s.p.]

O livro de Antônio Cândido *A formação da literatura brasileira - momentos decisivos*, de 1957 é uma das grandes referências da história literária brasileira. Cândido, logo nas primeiras linhas da introdução, explica que busca “estudar a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particulares” (CÂNDIDO, [s.d], p. 23). Nessa formação haveria momentos decisivos, que diferenciariam “manifestações literárias da literatura propriamente dita, considerada aqui como um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem conhecer as notas dominantes numa fase” (Id. Ibid.). Em sua proposta, a literatura é um sistema, o que implica uma continuidade, uma influência entre autores e escolas, ou seja, uma tradição. Nesses termos a literatura se apresenta como um aspecto orgânico da

civilização.

Para Cândido, nos primeiros anos da colonização até as academias do século XVIII houve no Brasil apenas manifestações literárias, pois a imaturidade do meio dificultava a formação de uma tradição literária com autonomia, um sistema articulado de autores e obras (Id. Ibid. p. 24-25). Isto, para Cândido, teria ocorrido a partir de meados do século XVIII, com maior nitidez na primeira metade do XIX: “É com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados que surgem homens de letra formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer uma literatura brasileira” (Id. Ibid.). O ponto de partida desse sistema é Cláudio Manoel da Costa, poeta “mineiro”, inconfidente e amigo de Tomás Antônio Gonzaga.

O profundo amor de Cláudio pela terra mineira teria passado em parte ao luso-brasileiro Gonzaga. Por ocasião da contenda com o Governador Luis da Cunha Menezes, o sentimento de justiça e o ardor combativo mais reforçariam o apego nascente, que haveria de contribuir para interessá-lo na Inconfidência, onde parece ter tido papel vagamente marginal, se é que teve algum. (Id. Ibid. p. 120-121)

É interessante observar que Cândido apresenta os quatro vultos mineiros na mesma sequência apresentada por Silvio Romero. Primeiro Cláudio Manoel da Costa, depois Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Manuel Ignácio da Silva Alvarenga. No prefácio da 1ª edição, diz o seguinte:

[...] desejo aqui mencionar um tipo especial de dívida em relação a duas obras bastante superadas que, paradoxalmente, pouco ou quase nada utilizei, mas devem estar na base de muitos pontos de vista, lidas que foram repetidamente na infância e na adolescência. Primeiro a História da Literatura Brasileira, de Silvio Romero [...] foi bem cedo uma das minhas fascinações na estante paterna, tendo sido o livro que mais consultei entre os dez e quinze anos, à busca de excertos, dados bibliográficos e os saborosos julgamentos do autor. (Id. Ibid. p. 12)

E mais adiante:

Só mais tarde, já sem paixão de neófito, li a História, de José Veríssimo, provavelmente a melhor e, ainda hoje, mais viva de quantas se escreveram; a influência desse crítico, naqueles primeiros tempos em

que se formam as impressões básicas, recebi-a através das várias séries dos Estudos de Literatura. (Id. Ibid.)

Cândido considera “bastante superadas” as obras de Romero e Veríssimo. Realmente, sua proposta afasta-se da dos outros dois. No entanto, Cândido aproxima-se dessas referências na própria seleção dos cânones da arcádia mineira. Há de comum também a crença na possibilidade de conduzir uma narrativa que leve às origens da nação. Nesse aspecto, Paulo Franchetti afirma ser “uma aposta em que é possível compor uma narrativa em que uma personagem suprapessoal, relevante para a definição dos contornos da nação, apareça como herói [...] A forma profunda desse discurso é, sem dúvida, épica” (FRANCHETTI, op. cit. p. 8).

Valoração e crítica de objetos

O saber especializado no âmbito dos patrimônios culturais, de modo geral, é produtor de autoridade, utilizada para atestar e legitimar a autenticidade histórica ou artística. Como mostra Poulot, a implementação e a gestão de acervos são acompanhadas de saberes eruditos e especializados, que as legitimam e as subsidiam.

[...] é um trabalho cujo status e cuja ambição dependem concretamente, segundo os momentos históricos, da posição que antiquários, arqueólogos, historiadores da arte, entre outros, ocupam no seio da comunidade intelectual nacional – especialmente em relação a seus pares linguísticos, folcloristas ou arquivistas. (POULOT, op. cit., p. 26)

Com a fundação do Museu Histórico Nacional não foi diferente. Criado em 1922, na ocasião das comemorações do Centenário da Independência, teve Gustavo Dodt Barroso como idealizador e diretor durante 35 anos. Cearense, radicado no Rio de Janeiro, é autor de mais de 120 livros, entre os quais se destacam os livros sobre folclore, história e história militar. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e sócio do IHGB. O discurso adotado por Barroso filiava-se à narrativa histórica produzida por este Instituto, no final do século XIX e início de XX.

Aline Montenegro Magalhães atenta para o fato de que, embora haja poucas referências a Francisco Adolfo de Varnhagen nos Anais do Museu Histórico Nacional, a representação histórica exposta no Museu em muito se aproximava daquela produzida pelo Visconde de Porto Seguro (MAGALHÃES, 2006). Varnhagen acreditava na

superioridade cultural do branco sobre índios e negros, e também na da civilização ocidental sobre a “barbárie” das sociedades indígenas. Em sua *História do Brasil* a lei, a ordem, a religião e a autoridade seriam fundamentais para a formação de uma nação civilizada.

Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhai para o próprio brasão d'armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do Estado, e nele também vereis a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país.
(VARNHAGEM, 1857. p. XXV)

Os objetos recolhidos por Gustavo Barroso parecem legitimar a citação acima: armas; moedas; pinturas de história; imaginárias; fragmentos de construção; prataria, mobiliário; condecorações etc. A busca das “origens da nação” também é presente na seleção dos artefatos coletados para as coleções do museu. Assim, objetos identificados a movimentos “nativistas” são abundantes no MHN, como um tacape atribuído ao índio Tibiriçá – personagem mítico da fundação de São Paulo – e objetos referentes às guerras contra as chamadas invasões estrangeiras (holandesas e francesas).

Vejamos então o caso da aldrava da Casa de Marília. Como se tornou histórica? Uma relíquia? Como a função autor funciona na valoração histórica desse objeto?

Primeiramente, não fosse o papel ocupado na tradição literária brasileira pelos poetas mineiros, a aldrava da porta da Casa de Marília certamente teria desaparecido junto com a demolição do imóvel para a construção de uma escola. A relação da valorização dos poetas mineiros com os patrimônios históricos de Ouro Preto é tão marcante que os nomes árcades “Marília” e “Dirceu” nomeiam largos e chafarizes da cidade, bem como o do poeta Cláudio Manoel da Costa.

A aldrava foi retirada da casa em supostamente viveram pelo próprio Gustavo Barroso, em 1926, ao se deparar com a precária situação física do local. O objeto foi exposto, nesse mesmo ano, pela primeira vez, no MHN, na vitrine relativa a D. João VI. Na exposição de 1976, a aldrava foi exposta na sala “Brasil Colônia III”. Atualmente, está na reserva técnica.

Segundo François Choay, a atitude de retirar dos monumentos fragmentos para compor coleções era praticada pelos antiquários, que, pautados por outros padrões de conservação, guardavam consigo uma parte daquela relíquia (CHOAY, 2006, p.89-90).



Aldrava, século XVIII, retirada da Casa de Marília por Gustavo Barroso, em 1926. Acervo do MHN.
Foto: Aline Montenegro.

Aline Montenegro observa que, em 1921 e princípios de 1922, membros do IHGB solicitaram a preservação dos monumentos de Ouro Preto ao Presidente Epitácio Pessoa, tendo em vista a proximidade das comemorações do centenário da Independência. Como já foi assinalado, os poetas árcades mineiros eram entendidos como os precursores da independência, seja política – por meio de uma república – seja pela originalidade dos poetas – pela configuração de uma literatura nacional. Não é à toa que Barroso refere-se a Ouro Preto como “preciosa relíquia, [...] onde as circunstâncias de tempo e lugar favoreceram-na e pôde nossa Pátria custodiar no seu seio esse padrão do que foi a energia construtiva dos criadores do Brasil” (BARROSO, 1944, p.14-7).

A solicitação feita pelo IHGB foi liderada pelo secretário Jonatas Serrano. O Conde Afonso Celso, então presidente do Instituto, redigiu uma carta ao Presidente da República, em que dizia o seguinte:

Ouro Preto, a Cidade Inconfidente, é um desses raros sítios a que o progresso [...] as obras de melhoramento, ainda não lograram tirar o encanto do cenário antigo, dos aspectos pitorescos e característicos da era colonial. Tudo ali são recordações do século XVIII, dos mártires da Inconfidência, do abnegado precursor do ideal republicano [...] Assim, nas vésperas do primeiro centenário da Independência, vem o Instituto Histórico para esclarecimento do espírito de V. Ex [...] a fim de que se envidem eficazes esforços e sejam tomadas urgentes medidas capazes de salvar da próxima ruína e total desaparecimento a casa de Marília e os demais edifícios estreitamente vinculados à história da Inconfidência.
(CELSONO, **Carta ao presidente Epitácio Pessoa com cópia para o**

presidente de Minas Gerais e o presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, 1921)

Ainda de acordo com Montenegro, o assunto foi levado à Comissão Executiva do Centenário da Independência, que deveria se encarregar de tomar as devidas providências. A Comissão iniciou seus trabalhos pedindo aos pesquisadores do IHGB informações minuciosas sobre:

1º a quem pertencem atualmente a Casa de Marília, a dos Inconfidentes, a dos Contos, a de Cláudio Manoel e outros edifícios vinculados à Inconfidência.

2º em quanto importaria, aproximadamente, a despesa com a aquisição dos que sejam próprios particulares.

3º qual o local exato onde existiu a Casa de Tiradentes, afim [sic] de se promover a colocação de uma lápide ou placa comemorativa.

*De posse das informações necessárias, a Comissão do Centenário, em cumprimento à determinação do Sr. Presidente da República, poderá sugerir as medidas. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Ofício n. 3292.**)*

De acordo com os resultados dessa pesquisa, a casa de Marília havia sido comprada pelo Ministério da Guerra para ser demolida e dar lugar a um quartel. No final das contas, a casa foi efetivamente demolida, dando lugar a uma escola, o Grupo Escolar Marília de Dirceu. Já a chácara “dos Inconfidentes” foi comprada pelo Senador Paulo de Frontin. A Casa dos Contos pertencia à União e lá funcionava a Agência dos Correios. A casa de Cláudio Manoel, que logo após a Inconfidência passou a ser de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, estava, na ocasião, sob posse da família de Marciano Pereira Ribeiro, que a recebera de herança. A casa de Gonzaga também pertencia à União e estava alugada para os frades franciscanos, desde quando estes venderam a casa de Marília. No local onde se encontrava a residência de Tiradentes, havia um imóvel em ruínas, construído logo após a Independência (MAGALHÃES, 2004. p.88).

Ao retirar a aldrava, Barroso teve a cautela de produzir uma ata de autenticação, um modo de legitimar o ato e, ao mesmo tempo, afirmar a autenticidade histórica do artefato. Vale observar que o único civil a assinar a ata foi o próprio Gustavo Barroso, o que indica, talvez, que quisesse dar também legalidade ao ato, por meio da autoridade de militares, todos oficiais, de modo que a retirada da aldrava se deu sem a

jurisprudência necessária.

Na ata consta, também, a retirada de uma pedra do Morro da Queimada. Vejamos a transcrição do documento.

Ata de autenticação duma aldrava de bronze da porta de entrada da casa de residência de d. Maria Dorothea de Seixas, conhecida na nossa história como Marília de Dirceu, e duma pedra retirada das ruínas do povoado de Paschoal de Minas [...], mandado incendiar pelo Conde de Assumar, local hoje conhecido como Morro da Queimada.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e vinte e seis, nesta cidade de Ouro Preto, no bairro de Antonio Dias, na soleira da casa de residência de Marília de Dirceu, em nossa presença, pelo Dr. Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, foi dito que atendendo ao estado de ruína desse edifício, tão ligado ao nosso passado, e receando que numa jurisprudência pelos meios legais seria talvez tardia devido ao afundisso do respectivo prédio, resolvia retirar, para ser recolhido ao museu que dirige, a aldrava da porta principal [...]. A aldrava é uma peça de bronze trabalhado, mostrando usura e um todo as características do estilo barroco-colonial, sendo certo se tratar da que sempre serviu a essa porta. Declarara mais os presentes que pelo mesmo Dr. Gustavo Barroso foi retirado no morro da Queimada [...] das minas duma das casas do arraial de Paschoal de Moraes [...] mandado incendiar e destruir pelo Conde de Assumar, uma pedra, que recolhemos como sendo a mesma que a esta acompanha.

Peço que se lavre a presente ata que vai devidamente assinada e rubricada.

Ouro Preto, trinta e um de agosto de mil novecentos e vinte e seis.

Gustavo Barroso - diretor do MHN

Coronel [nome ilegível]

Major José [nome ilegível]

Capitão Evaristo Jaques da Silva

Capitão Tenente [nome ilegível]

Capitão Tancredo [nome ilegível]

Capitão Tenente [nome ilegível]

2º Tenente Jose Moreira Maria (da armada). (BRASIL. MUSEU

HISTÓRICO NACIONAL. Ata de autenticação)

Barroso afirma que “todos” que escreveram sobre Ouro Preto se referiam àquele “edifício singelo e vasto, de biqueira, que se erguia acima da pequena esplanada dominadora, além da famosa ponte romana, como sendo a verdadeira residência da noiva de Tomás Antônio Gonzaga.” A identificação daquela casa como sendo a de Marília é indicada pelas próprias liras de Gonzaga:

*Entra nessa grande terra,
Passa a primeira ponte,
Passa a segunda e terceira:
Tem um palácio defronte.* (Apud. BARROSO, 1944, p. 15)

No entanto, mais adiante, Barroso faz a seguinte afirmação:

[...] visitando, uma noite, em sua residência, o ilustre professor Baeta Neves, prefeito da cidade, tive dolorosa surpresa. Estava eu em companhia do meu amigo Odorico Neves e ouvi do provento mestre que a Casa de Marília não passava duma lenda. Talvez ela tivesse existido ali; mas aquela que toda a gente considerava como tal era muito mais moderna e tinha sido erigida pelo Barão de Ouro Branco.

Comentando com outro amigo, no dia seguinte, [...] tive o prazer de travar relações com um jovem engenheiro, o dr. Jerson Dias, que fora encarregado da triste demolição. Disse-me ele julgar não se tratar mesmo da casa de Marília, pois encontrara ripas e madeiramentos das taipas pregos modernos, desses de maço, fabricados recentemente. Ora, se se tratasse de moradia construída nos tempos coloniais os pregos deveriam ser de forja, pois eram os únicos usados naquela época (BARROSO, 1944, p. 16)

E continua:

Não tenho competência para afirmar se a casa que foi posta abaixo foi ou não a autêntica da noiva de Gonzaga [...] Embora me faleçam os meios de tomar parte na mesma, julgo que os historiadores, críticos e eruditos mineiros devem se ocupar do caso, ventilá-lo, decidir de vez se a casa demolida era ou não a de Marília. (Id. Ibid. p. 17)

Se a autoridade do especialista serve para autenticar o valor histórico dos objetos, o mesmo vale para o processo inverso. A análise do engenheiro sobre os pregos

encontrados é um elemento que coloca em dúvida a autenticidade da casa e, portanto, da aldrava do MHN. Por outro lado, outras autoridades, como a dos historiadores, críticos e eruditos, deveriam, de acordo com Barroso, se prestar a analisar o caso e definir se a casa demolida foi ou não de Marília.

Considerações finais

Independentemente do caráter autêntico da aldrava, este objeto é hoje tombado como patrimônio histórico nacional, visto que todo o acervo do MHN foi inscrito no Livro de Tombo histórico do IPHAN.

A valoração de objetos históricos relaciona-se, assim, à autoridade dos especialistas – cujo saber autentica objetos – e à função autor na delimitação dos discursos e na canonização de determinados acontecimentos e personagens.

A canonização dos poetas mineiros como precursores de um “sentimento nacional” vincula-se à constituição de uma tradição literária por meio das antologias e histórias literárias, e é reforçada por inúmeros manuais de literatura adotados na formação escolar. Cabe ressaltar que, na historiografia do século XIX, principalmente aquela produzida pelos membros do IHGB era voltada para a invenção de “brasileiros ilustres”. Nela, a atividade literária é, de fato, primordial. Como ressalta Armelle Enders, é bem provável que os historiadores do IHGB tenham feito suas conferências tendo por referência o livro *The hero as a man of letters*, de Thomas Carlyle, em que o historiador escocês fazia do “poeta a voz das nações” (ENDERS, 2000. p.51). Assim, a independência nacional se faz primeiro nas Letras, sendo, portanto, a literatura o *locus* privilegiado para identificação da gênese da nação.

A valoração da aldrava como uma relíquia histórica relaciona-se, então, ao caráter nativista da poesia mineira do século XVIII. Dá-se, também, através da autoridade de especialistas, como Gustavo Barroso. Nesse sentido, autor e autoridade e tradição estão estritamente vinculados à formação dos acervos históricos: a função autor como delimitadora e ordenadora dos discursos; a autoridade do especialista ou do “homem ilustre” como elemento de legitimação; e a tradição inventada de modo a fundamentar a continuidade entre passado e presente, permitindo uma unidade cuja autonomia se justifica, antes de tudo, pela marca distintiva que a caracteriza como nacional.

THE KNOCKER OF MARÍLIA DE DIRCEU. LITERARY AUTHORITY AND TRADITION IN THE CONSTRUCTION OF A MUSEUM OBJECT

Abstract: *According to the author function (and authorship) this article analyses the process of national letters' canonization through a museologic object of National Historic Museum's collection. It is a knocker supposedly belongs to Marília de Dirceu's house, muse and poetical inspiration of Tomás Antônio Gonzaga. This artifact has two particularities. First is an object identified as historical relic. Second is its relationship with the poem Marília de Dirceu of Tomás Antonio Gonzaga. This poet is considered exponent of "escola mineira" considered by many experts as precursor of national's literature.*

Keywords: *National Historic Museum; literary tradition; authorship; Marília de Dirceu; historical object.*

Documentação Escrita

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Ofício n. 3292**, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao IHGB, 31/03/1922. Coleção Instituto Histórico, lata 341, pasta 46, IHGB.

BRASIL. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Dicop. **Ata de autenticação**. 024.970, n. do catálogo, 3823. documento 2.

Referencias bibliográficas

ABBAGANO, Nicola. Autoridade. *In: _____*. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 113-115.

ARENDT, Hannah. O que é autoridade. *In: _____*. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 127-187.

BARROSO, Gustavo. A casa de Marília. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, p.14-7, 1944.

BOBBIO, Norberto. Poder/Autoridade. *In: Enciclopédia Einaudi*, v. 14, Lisboa: Imprensa Nacional, 1989. p.44-57.

CÂNDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). v. 1. (1750-1836). São Paulo: Martins, 4º ed., [s.d]

CELSO, Afonso. **Carta ao presidente Epitácio Pessoa com cópia para o presidente de Minas Gerais e o presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto**. Rio de Janeiro, 22/12/1921. Coleção Instituto Histórico, lata 341, pasta 46, IHGB.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

ENDERS, Arnelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 41-62, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O que é um autor? *In*: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. **Revista Semear**. [online] [2001] Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/Catedra/Revista/7Sem_18.html> Acesso em: 15 de abril de 2011.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando Relíquias...** Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais. Dissertação de mestrado em História Social – PPGHIS / UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Culto da saudade na casa do Brasil**. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 37.

_____. Museu, nação, acervo. *In*: BITTENCOURT, José Neves. BENCHETRIT, Sarah. Fassa. TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **A história representada. O dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.25-62.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Tomo primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

SENNA, Janaína. Guimarães. **Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário**. Tese de doutorado em História Social da Cultura. PPGH – PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Leammert, 1857.

VERÍSSIMO, Luís. História da literatura brasileira. (primeira edição 1915) Disponível em:

<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/JoseVerissimo/histlitbras.htm>> Acesso em: 13 de abril de 2011. [Arquivo em HTML, s. p.]

<p>This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.</p>
--

**PARA O ESTUDO DA MEMÓRIA DO PCB: A INFLUÊNCIA DO
PENSAMENTO ANTIDIALÉTICO DE MAO TSE-TUNG NA ESTRATÉGIA
POLÍTICA DO PCB (“DECLARAÇÃO DE MARÇO” DE 1958, RESOLUÇÕES
DO 5º E 6º CONGRESSOS)**

*Anita Leocadia Prestes**

Recebido em: 05/11/2011 Aprovado em: 09/12/2011
--

Resumo: *A partir da análise e da comparação do pensamento antidialético de Mao Tse-Tung sobre as contradições com as teses da dialética materialista enunciadas por C.Marx, F.Engels e V.Lenin, é abordada a influência das concepções do líder da Revolução Chinesa na estratégia política do PCB, expressa, a partir de 1958, em seus principais documentos.*

Palavras-chave: *Mao Tse-Tung, Lenin, contradições, dialética marxista, PCB.*

Nos escritos de Mao Tse-Tung ocupam um lugar de destaque suas teses sobre a *contradição*, entendidas pelos seguidores do líder revolucionário chinês como uma contribuição significativa para o desenvolvimento da teoria marxista-leninista e, em particular, para o aprofundamento das concepções filosóficas dos clássicos do pensamento marxista, C. Marx, F. Engels e V. Lenin.

A comparação cuidadosa das concepções filosóficas presentes nos escritos de Mao Tse-Tung com as desenvolvidas nas obras dos clássicos do marxismo nos revela, entretanto, algo distinto. Para Mao, a *contradição* é entendida como uma simples contraposição de tendências opostas, uma descrição simplista e empírica de elementos opostos, esvaziando a dialética materialista (marxista) do seu verdadeiro sentido, definido por Marx, Engels e Lenin. Mao não percebeu que a luta dos contrários não só condiciona o movimento de todos os fenômenos como garante o processo de desenvolvimento, que se dá não apenas através da transformação da quantidade em qualidade, como de um *movimento em espiral*. Em outras palavras, da luta dos contrários surge algo novo, que não é uma simples afirmação de um dos contrários ou daquele contrário *novo* e mais avançado, mas uma síntese inovadora, que, em certa medida, conserva elementos de ambos os contrários do fenômeno em questão. Trata-se da *negação da negação*.

* Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ.

Mao nega a *lei da dialética da negação da negação*, afirmada por Marx, Engels e Lenin. Como muitos críticos da dialética marxista, identifica a lei da *negação da negação* com a tríade (tese, antítese e síntese) de Hegel, esta, sim, uma concepção idealista. Como veremos, recorrendo aos clássicos, a lei da *negação da negação* na dialética marxista tem caráter materialista e, portanto, expressa a reviravolta realizada por Marx na dialética hegeliana. Como é sabido, Marx, a partir da dialética idealista de Hegel, fundou a dialética materialista. Mao rejeita abertamente a lei da *negação da negação*. Chega a dizê-lo explicitamente, declarando sua discordância com Engels:

Engels falou sobre as três categorias, mas eu não acredito em duas delas. (A unidade dos contrários é a lei mais básica, a transformação mútua de qualidade e quantidade é a unidade dos contrários qualidade e quantidade, e a negação da negação não existe.) A justaposição, no mesmo nível, da transformação da qualidade e quantidade uma na outra, da negação da negação, e a lei da unidade dos contrários é “triplicismo”, não monismo. A coisa mais básica é a unidade dos contrários. A transformação de qualidade e quantidade uma na outra é a unidade dos contrários qualidade e quantidade. (MAO, 2008, p.225; grifos meus)

Observe-se que Mao está se contrapondo à explanação de Engels, no **Anti-Dühring**, da lei da dialética materialista da *negação da negação*. Para Mao, os contrários, ao interagirem entre si, um liquida o outro, e aquele que é o novo e o vitorioso, vai constituir a nova unidade de contrários. Mao desmente a dialética materialista, que, conforme os clássicos do marxismo, se caracteriza pelo fato de a luta dos contrários num determinado fenômeno constituir o processo de transformações quantitativas, que, num determinado momento, leva a um salto de qualidade, cujo resultado é o surgimento de um outro fenômeno com características distintas do primeiro, mas que não é simplesmente a repetição (e/ou a vitória de um dos contrários) do fenômeno anterior, mas um novo fenômeno que repete algumas características do anterior, ou seja uma nova síntese. Trata-se de um *movimento em espiral*, que caracteriza justamente o desenvolvimento de acordo com a dialética materialista.

Dando continuidade à sua crítica de Engels, Mao escreve:

Não existe a negação da negação. Afirmação, negação, afirmação, negação... No desenvolvimento das coisas, cada elo na cadeia de eventos

é ao mesmo tempo afirmação e negação. A sociedade escravista negava a sociedade primitiva, mas com referência à sociedade feudal ela constituía, por sua vez, afirmação. A sociedade feudal constituía a negação em relação à sociedade escravista, mas era por sua vez a afirmação com referência à sociedade capitalista. A sociedade capitalista era a negação em relação à sociedade feudal, mas é, por sua vez, a afirmação em relação à sociedade socialista. (Idem, p.225; grifos meus)

Neste trecho transparece a concepção distorcida da dialética marxista apresentada por Mao. Assim, ele não reconhece, por exemplo, que a sociedade capitalista, embora resulte das contradições presentes no feudalismo, não é uma simples negação deste último, mas uma nova síntese, em que estão presentes aspectos das sociedades anteriores, mas transformados, num nível distinto, num movimento em espiral, que justamente se dá de acordo com a lei da *negação da negação*.

O *simplismo* de Mao evidencia-se, por exemplo, quando ele escreve a respeito da *síntese*:

O que é a síntese? Todos vocês presenciaram como os dois contrários, o Koumintang e o Partido Comunista, foram sintetizados no campo. A síntese ocorreu assim: os exércitos deles vieram, e nós os devoramos, pedaço a pedaço. Não foi o caso de dois se combinando em um (...) Uma coisa comendo a outra, o peixe grande comendo o peixe pequeno, isso é síntese. (...) (Idem, p. 222, 223)

Numa palavra, uma devora a outra, uma derruba a outra, uma classe é eliminada, outra surge, uma sociedade é eliminada, outra aparece. (Idem, p.226)

Pode-se perceber que, para Mao, a luta dos contrários significa que um deles liquida o outro e, dessa maneira, vai determinar o fenômeno novo com novos contrários. Mao não percebe a interação dialética entre os contrários, interação esta que acarreta transformações quantitativas no fenômeno em questão, as quais, num determinado momento provocam uma mudança de qualidade, um *salto qualitativo*. Surge, então, um novo fenômeno com novos contrários, mas este fenômeno novo preserva aspectos do anterior, mas em um novo nível: é o desenvolvimento em forma de espiral, é a *negação da negação*.

A leitura de outros textos de Mao revela essa concepção distorcida da dialética marxista, mas de forma menos explícita, o que, por vezes, dificulta sua observação. Em **Sobre as contradições**, Mao escreve:

O que significa o aparecimento de um novo processo? A velha unidade, com seus contrários constituintes, cede lugar a uma nova unidade, com seus contrários constituintes, em que um novo processo aparece para substituir um antigo. O velho processo termina e o novo começa. O novo processo contém novas contradições e começa sua própria história do desenvolvimento das contradições. (Idem, p. 93)

Engels, no **Anti-Dühring**, dedica todo um capítulo à *negação da negação*, onde, por sinal, cita amplamente Marx em **O Capital**. Entre outras citações de Marx:

O regime capitalista de produção e de apropriação, ou, o que vem a significar a mesma coisa, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho do próprio produtor. A negação da produção capitalista surge dela própria, pela necessidade imperiosa de um processo natural. É a negação da negação. (ENGELS, 1990, p.114; grifos meus)

Engels escreve sobre a *negação da negação*:

É uma lei extraordinariamente geral e, por isso mesmo, extraordinariamente eficaz e importante, que preside ao desenvolvimento da natureza, da história e do pensamento; uma lei que, como já vimos, se impõe no mundo animal e vegetal, na geologia, nas matemáticas, na história e na filosofia. (Idem, p.120)

A seguir, rebatendo argumentos dos metafísicos (e pareceria que respondendo a Mao), Engels escreve:

Negar, em dialética, não consiste pura e simplesmente em dizer não, em declarar que uma coisa não existe, ou em destruí-la por capricho. (...) Não se trata apenas de negar, mas de anular novamente a negação. Assim, a primeira negação será de tal natureza que torne possível ou permita que seja novamente possível a segunda negação. (Idem, p. 120-121; grifo do autor)

Engels dá alguns exemplos e acrescenta:

Mas é evidente que não pode sair nada de um processo da negação da negação que se limite apenas à puerilidade de escrever num quadro negro um A, e logo depois apagá-lo, ou a dizer que uma rosa é uma rosa para, logo em seguida, dizer que não é. Somente se poderia provar, dessa forma, a idiotice de quem se entrega a tais divagações. (...) Hegel nada mais fez que formular nitidamente, pela primeira vez, esta lei da negação da negação, lei que atua na natureza e na História, como atuava, inconscientemente, em nossos cérebros, muito antes de ter sido descoberta. (Idem, p. 121; grifo do autor)

Lenin, em **Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas?** (1894), com base no **Anti-Dühring** de Engels, escreve: “Todo aquele que tenha lido a definição e a descrição do método dialético que oferece Engels (...) ou Marx (...) terá visto que em absoluto não se fala ali das tríades de Hegel” (LENIN, 1975, v.1, p.165), afirmando ainda : “(...) como é absurdo acusar o marxismo de dialética hegeliana” (Idem, p.175)¹.

Da mesma forma, Lenin, em **Um passo adiante, dois passos atrás** (1904), ao examinar a luta de tendências que se desenrolava no POSDR (Partido Operário Social-Democrata Russo), afirmava:

Nada podrá entender-se en nuestra lucha sin estudiar las condiciones concretas de cada batalla. Y, al estudiarlas, veremos bien claro que, en efecto, su desarrollo sigue la via dialéctica, la via de las contradicciones: la minoría se convierte en mayoría, la mayoría en minoría; cada beligerante pasa de la defensiva a la ofensiva y a la inversa: “se niega” el punto de partida de la lucha ideológica (artículo primero), cediendo su puesto a las querellas, que lo llenan todo, pero luego empieza “la negación de la negación”, y “congeniando” mal que bien, en los diversos organismos centrales, con la mujer que Dios le ha dado a uno, volvemos al punto de partida de la lucha puramente ideológica. Pero esta “tesis” está ya enriquecida por todos los resultados de la “antítesis” y se ha elevado a síntesis superior, cuando el error aislado y casual del artículo primero se ha convertido en un casi-sistema de concepciones oportunistas sobre el problema de organización, cuando para todo el mundo es cada vez más evidente la relación que guarda este fenómeno con la división fundamental de nuestro partido en ala revolucionaria y ala oportunista. En una palabra, no sólo crece la cebada a lo Hegel, sino que los socialdemócratas rusos luchan entre si también a lo Hegel. (LENIN, 1961, t.1, p. 461-462)

Vejamos ainda o que Lenin escreve, em **Carlos Marx** (1914), sobre a *idéia do desenvolvimento*, da evolução, formulada por Marx e Engels:

Es un desarrollo que parece repetir las etapas ya recorridas, pero de outro modo, sobre una base más alta (la “negación de la negación”); un desarrollo que no discurre en línea recta, sino em espiral, por decirlo así; un desarrollo a saltos, a través de catástrofes y de revoluciones, que son otras tantas “interrupciones en el proceso gradual”, otras tantas transformaciones de la cantidad en calidad; impulsos internos del desarrollo originados por la contradicción, por el choque de las diversas fuerzas y tendencias que actúan sobre um determinado cuerpo o en los limites de um fenómeno concreto, o en el seno de una sociedade dada; interdependencia e íntima e inseparable concatenación de todos los aspectos de cada fenómeno (con la particularidad de que la historia pone constantemente de manifiesto aspectos nuevos), concatenación que ofrece un proceso único y lógico universal de movimiento: tales son algunos rasgos de la dialéctica, doctrina del desarrollo mucho más compleja y rica que la teoría corriente. (Idem, v. 1, p. 31-32; grifo do autor)

Lenin em **Sobre a questão da dialética** (1915), ao expor sinteticamente a dialética marxista (materialista), assinala:

O conhecimento humano não é (...) uma linha reta, mas uma linha curva, que se aproxima infinitamente a uma série de círculos, a uma espiral. Todo fragmento, segmento, seção dessa linha curva pode ser transformado (unilateralmente transformado) em uma linha reta autônoma, inteira, que (se por trás das árvores não se enxergar o bosque), leva então ao pântano, ao obscurantismo clerical (em que ela é consolidada pelo interesse de classe das classes dominantes). (LENIN, 1977, v.29, p. 322; 1º grifo meu; 2º grifo do autor)²

Ao compararmos os escritos de Mao *sobre as contradições* com os dos clássicos, evidencia-se sua concepção antidialética da filosofia marxista, uma vez que o dirigente chinês não parte da compreensão *materialista dialética* do processo de desenvolvimento de todos os fenômenos e, em particular, dos fenômenos sociais. Vale lembrar que Marx, Engels e Lenin escreveram sobre *classes antagônicas* e não sobre *contradições antagônicas*. Consultando, por exemplo, as **Obras Completas** de Lenin, encontramos referências a “classes antagônicas” (v.1, p. 138), ao “antagonismo do regime capitalista”, (v.1, p. 465), ao “aguçamento e ampliação” das contradições do capitalismo

(v.2, p. 180), à “natureza antagônica” do capitalismo (v.3, p. 599), ao “antagonismo de classe entre o proletariado e outras classes” (v.4, p. 332), ao “antagonismo entre a burguesia e o proletariado” (v. 25, p. 264)³. Mas, nas obras dos clássicos do marxismo, não encontramos a separação e, inclusive, a hierarquização das contradições sociais, conforme postula Mao Tse-Tung.

Na realidade, as diversas contradições estão sempre profundamente entrelaçadas entre si, sendo impossível separá-las, com o intuito de resolvê-las por partes, por etapas, segundo o pensamento de Mao, para quem as contradições podem ser subdivididas em antagônicas e não antagônicas, principais e fundamentais, assim como não fundamentais, etc. (Cf. MAO, 2008, “Sobre a contradição”).

Um bom exemplo desse entrelaçamento das contradições presentes numa estrutura social pode ser o existente na realidade brasileira. No Brasil, ao lutar-se contra o imperialismo se está lutando contra o capitalismo e também contra todo tipo de relações pré-capitalistas ainda existentes. Apreciar as contradições da sociedade brasileira separadamente seria artificial e não contribuiria para o desenvolvimento do processo revolucionário. Este certamente irá transcorrer através da *transformação quantitativa* dos diversos conflitos presentes na sociedade até que seja possível o *salto qualitativo (a revolução)*, que superará tais conflitos, gerando outros. *Será a negação da negação*. Tentar separar e hierarquizar as contradições para resolvê-las por etapas é cair na metafísica, significa, em nome da dialética, tentar justificar uma determinada política (em geral reformista). O pensamento de Mao é tautológico, limita-se à descrição de uma série de conflitos, à afirmação de truísmos, sem, entretanto, explicar o processo de desenvolvimento dos fenômenos sociais, o processo materialista-dialético.

O exemplo brasileiro é significativo. Devido à enorme repercussão da Revolução Chinesa nos países do Terceiro Mundo, nos anos 1950/60, a influência generalizada do pensamento de Mao Tse-Tung contribuiu decisivamente para que o PCB adotasse uma estratégica política baseada na separação e na hierarquização das contradições da sociedade brasileira, de acordo com as concepções antidialéticas do líder chinês.

Quando se compara a “Declaração de Março” de 1958 (PCB, 1980), aprovada pela direção do PCB, com alguns dos seus mais importantes documentos anteriores, como as Resoluções do 4º Congresso (1954) e o Programa do partido (PRESTES, 1954; **PROGRAMA DO PCB**, 1954), percebemos que tal preocupação com a classificação

das contradições da sociedade brasileira, ausente em 1954, adquire grande destaque após a realização do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, ocasião em que seu prestígio ficou profundamente abalado, provocando grave crise no movimento comunista internacional. Surgiam assim as condições propícias para que as teorias advindas do líder de um processo revolucionário vitorioso como o chinês adquirissem especial aceitação.

Na “Declaração de Março” de 1958 afirmava-se:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais. (PCB, 1980, p. 12-13; grifos meus)

A separação das contradições e a sua hierarquização levava o PCB a justificar uma *etapa específica* dentro do processo revolucionário brasileiro, nos marcos da qual deveriam ser eliminados dois supostos obstáculos ao desenvolvimento da sociedade brasileira: o imperialismo norte-americano e as “relações de produção semifeudais na agricultura”. Reconhecia-se ainda a presença de uma *terceira contradição*, “entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas”. Mas, a seguir, declarava-se que “esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.” (Idem, p. 13)

A partir de semelhante análise, marcada pelas concepções antidualéticas do pensamento maoísta sobre as contradições, o PCB traçava sua estratégia política:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de

trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. (Idem, p. 13; grifos meus)

Dessa forma, justificava-se uma estratégia baseada na ideologia *nacional-libertadora*, ou *nacional-desenvolvimentista*, de acordo com a qual seria viável um capitalismo autônomo no Brasil. Não se percebia que a burguesia industrial brasileira havia se associado, em posição subordinada, aos grupos monopolistas estrangeiros, tornando inviável, como os acontecimentos posteriores acabariam mostrando, qualquer aposta em um desenvolvimento independente para o Brasil (PRESTES, 2010, p.151).

No mesmo documento, afirmava-se ainda que “a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a *contradição principal* da sociedade brasileira”. Considerava-se, portanto, que entre as duas supostas contradições *fundamentais* uma seria *principal*. A conclusão disso decorrente era formulada da seguinte maneira: “O golpe principal das forças nacionais progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam” (PCB, 1980, p. 13).

Estamos diante de uma teorização consagradora da visão etapista da revolução brasileira, de acordo com a qual não se percebia algo que havia sido levantado ainda no final da década de 1920 por José Carlos Mariátegui: o caráter socialista da revolução na América Latina, embora o revolucionário peruano registrasse a necessidade de considerar as peculiaridades do capitalismo em cada país do nosso continente e defendesse a luta por um socialismo que não fosse “nem cópia nem decalque, mas sim invenção heróica” dos nossos povos (MARIÁTEGUI, 2008, p.153). A respeito, escrevia Mariátegui:

Sin prescindir del empleo de ningún elemento de agitación anti-imperialista, ni de ningún medio de movilización de los sectores sociales que eventualmente pueden concurrir a esta lucha, nuestra misión es explicar y demostrar a las masas que sólo la revolución socialista opondrá al avance del imperialismo una valla definitiva y verdadera. (Idem, p. 51)

Sem negar que a revolução socialista constitui um processo, que em cada país terá suas particularidades, Mariátegui verificara que, no século XX, o imperialismo

penetrara profundamente e se articulava estreitamente com as diversas relações de produção existentes em cada nação do continente latino-americano. Tornara-se, portanto, impossível derrotar o imperialismo sem avançar no caminho da revolução socialista. O problema era, e continua sendo, *como*, na prática, empreender tal caminho sem desviar-se para o etapismo e o conseqüente reformismo, de acordo com o qual a solução revolucionária acaba sendo abandonada (BORON, 2010).

As principais teses presentes na “Declaração de Março” de 1958 seriam reafirmadas no 5º Congresso do PCB, realizado em 1960, e no seu 6º Congresso, realizado em 1967. Na Resolução Política do 5º Congresso, repetia-se, com ligeiras mudanças, o que se afirmava em 1958:

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. (PCB, 1980, p.47-8; grifos meus)

Nessa Resolução Política, destacava-se, como supostamente “*principal, dominante*” a uma das duas contradições fundamentais nomeadas: “a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos”. (Idem, p. 49; grifos meus) Mas considerava-se que “a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma *contradição fundamental* da sociedade brasileira”. Dessa forma, afirmava-se a presença de *três contradições fundamentais*, sendo que a terceira não exigiria “solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas”. Como conclusão, reafirmava-se a estratégia política definida em 1958: “Em sua atual etapa, a revolução brasileira é *anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.*” (Idem, p. 48; grifos meus)

Na Resolução Política do 6º Congresso do PCB (1967), as teses sobre as contradições da sociedade brasileira, ligeiramente reformuladas, são reafirmadas:

A contradição fundamental entre as necessidades de desenvolvimento e o sistema de dominação imperialista e a exploração latifundiária deve ser

resolvida para possibilitar o avanço progressista da sociedade brasileira. O maior empecilho à solução dessa contradição é a aliança política entre o imperialismo e a reação interna. (PCB, 1980, p. 172; grifos meus)

Também é reafirmada a estratégia da revolução brasileira:

A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. (Idem, p. 172; grifos meus)

A influência do pensamento antidialético de Mao Tse-Tung nas formulações dos documentos partidários, a partir de 1958, contribuiu para a afirmação do reformismo nas fileiras do PCB, o qual “se explicitava, principalmente, por meio da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e da concepção da revolução em etapas” (PRESTES, 1980, p.162, 55-9). Como advertiu E. Hobsbawm, “o perigo real para os marxistas é o de aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, ao invés de encará-lo realisticamente como um fato, uma condição de sua luta como socialista” (HOBSBAWM, 1980, p.310).

FOR THE STUDY OF THE MEMORY OF PCB (BRAZILIAN COMMUNIST PARTY): THE INFLUENCE OF MAO ZEDONG’S ANTI-DIALECTIC THINKING IN THE POLITICAL STRATEGY OF THE PCB (“MARCH DECLARATION” OF 1958, RESOLUTIONS OF THE 5th AND 6th CONGRESSES)

Abstract: *Based on the analysis and comparison of the anti-dialectic thinking of Mao Zedong on the contradictions of the materialistic dialectic thesis of C. Marx, F. Engels and V. Lenin, the influence of the concepts of the leader of the Chinese Revolution on the political strategy of the PCB is addressed, as expressed in its principal documents since 1958.*

Keywords: *Mao Zedong; Lenin; contradictions; Marxist dialectics; PCB.*

Referências Bibliográficas

- BORON, Atílio. Estudio introductorio. *In*: LUXEMBURGO, R. **Reforma social o revolución?** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. Nacionalismo e marxismo. *In*: Pinsky, J. (Org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, p.294-323.
- LENIN, V.I. **Obras Completas**. (Em russo). 5ª edição. Moscou: Editora de Literatura Política, 1975, v.1; 1977, v.29.
- _____. **Obras Escogidas en tres tomos**. Moscú, Editorial Progreso,1961, t.1.
- MAO, Tse-tung. **Sobre a prática e a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. Sobre a contradição. *In*: Mao Tse-Tung, **Sobre a prática e a contradição**. Op. cit., p.83-126.
- _____. Sobre a prática: sobre a relação entre conhecimento e prática, entre saber e fazer. *In*: Mao Tse-Tung, **Sobre a prática e a contradição**. Op. cit., p.64-82.
- _____. Sobre o modo correto de lidar com as contradições em meio do povo. *In*: Mao Tse-Tung, **Sobre a prática e a contradição**. Op. cit., p.161-203.
- _____. Conversa sobre questões de filosofia. *In*: Mao Tse-Tung, **Sobre a prática e a contradição**. Op. cit., p.207-30.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Escritos fundamentales**. Buenos Aires, Acercádonos Ediciones, 2008.
- PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (documentos)**. São Paulo, LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2010.
- PRESTES, Luiz Carlos. Sobre o Programa do PCB (Informe ao Pleno do CN, dez./1953). **Problemas**, n. 54, fevereiro de 1954, p.29 a 43.
- PROGRAMA DO PCB**. **Problemas**, n.64, dezembro de 1954, p.19 a 46.

Notas

¹ Tradução do russo feita pela autora do artigo.

² Tradução do russo feita pela autora do artigo.

³ Tradução do russo feita pela autora do artigo.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

OS VENTOS QUE SOPRARAM DO LESTE: O PCB ENTRE O FIM DA HISTÓRIA E O MARXISMO

Hiran Roedel*

Heitor Cesar R. de Oliveira**

Recebido em: 13/10/2011 Aprovado em: 16/11/2011
--

Resumo: *Este artigo tem como objeto comparar a luta político-ideológica ocorrida no PCB e que gerou a criação do PPS, com o processo de mudanças manifestas na antiga URSS e no Leste Europeu. Visto de forma dialética, o impacto de tais mudanças, associado à dinâmica histórica do Brasil nos anos 80 do século XX, resulta em caminhos distintos para os comunistas brasileiros que desembocam na divisão em dois partidos.*

Palavas-chaves: *PCB; Política; História do Brasil; Comunismo; Revolução.*

Breves comentários iniciais

Essa reorganização, evidentemente, não pode ser feita de acordo com figurino ou modelos, supor que a Perestroika porque vai fomentar o interesse material, a iniciativa de cada um e avaliar os resultados dessa economia – levará inevitavelmente a um modelo capitalista, isso é arrematada tolice. (MALINA, 1988).

Ao se estudar o PCB, é preciso estabelecer um conjunto de conexões para além do PCB e do próprio Brasil, já que se trata de uma organização comunista referenciada no marxismo, ideologia/teoria que se propõe universal cujos laços internacionais são em muitos momentos determinantes. Torna-se, assim, impossível dar conta da “evolução” do PCB no cenário político brasileiro sem relacioná-la aos acontecimentos mundiais e, em particular, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a antiga URSS. Compreende, pois, nesta e em seu modelo, não somente de revolução, como seu quadro teórico – prático, bem como organizativo, a matriz política, ideológica e teórica do PCB. Realizemos, pois, em linhas gerais, algumas considerações sobre esse modelo.

* Doutor em Comunicação.

** Mestrando em História – Unirio.

O cenário referencial

Quando em Outubro de 1917 a seção dos Bolcheviques, liderada por Vladimir Lênin, assumia o poder político na Rússia, recém-liberta do regime Czarista, não apenas quebrava a corrente internacional do capitalismo, como quebrava também a corrente do movimento marxista até então estabelecida.

O grupamento político liderado por Lênin surgia como uma dissidência dentro da II Internacional, com fortes críticas dirigidas à cúpula do prestigiado corpo dirigente da Social Democracia Européia, como fica claro no polêmico “A Falência da II Internacional”, de Lênin:

A Falência da II Internacional exprimiu-se com especial clareza na traição escandalosa, pela maioria dos partidos social-democratas oficiais da Europa, de suas convicções e de suas resoluções... Mas essa falência, que marca a vitória total do oportunismo, além da transformação dos partidos social-democratas em partidos operários nacional-liberais, não é senão o resultado de toda a época histórica da II Internacional, do final do Século XIX ao começo do Século XX. As condições objetivas dessa época de transição – que vai do encerramento das revoluções burguesas e nacionais na Europa Ocidental ao princípio das revoluções socialistas – engendraram e alimentaram o oportunismo. Em certos países da Europa, pudemos observar, no decorrer desse período, uma cisão do movimento operário e socialista, cisão que se produziu, no seu conjunto, em função do repúdio à linha oportunista... A crise gerada pela guerra ergueu o véu, varreu as convenções, rebentou o abscesso já de há muito maduro e mostrou o oportunismo no seu verdadeiro papel de aliado da burguesia. (LÊNIN, 1979, p.70).

Assim, apontava-se a irreconciliável possibilidade de unidade na II Internacional nucleada, até então, pelo forte Partido Social Democrata Alemão de Kautsky. Tal dissidência, além do próprio Lênin, líder do Partido Bolchevique Russo, teve vários outros membros de Partidos Socialistas e sociais democratas, inclusive no interior do próprio Partido Alemão, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. (ROCHA, 2006, p.156).

Tais críticos da doutrina oficial do Marxismo na Europa ganharam força com o advento da Grande Guerra Mundial (1914–1918). Evento no qual os Partidos Sociais democratas da Europa em consonância com as lideranças da II Internacional assumiram a defesa de seus países, inclusive participando da organização da Guerra ao lado das respectivas burguesias nacionais, como evidencia Lênin ao colocar o caráter

extremamente vantajoso da Guerra para as burguesias e a postura de Kautsky em omitir o real caráter da Guerra:

A Guerra trouxe à classe dos capitalistas não apenas benefícios fabulosos e magníficas perspectivas de novas pilhagens (Turquia, China etc.), novas encomendas calculadas em bilhões, novos empréstimos com taxas de lucro majoradas, mas também trouxe à classe dos capitalistas vantagens políticas bem superiores, dividindo e corrompendo o proletariado. Kautsky ajuda nessa corrupção (LÊNIN, 1979, p.47).

A Grande Guerra foi um evento que marcou profundamente a Europa. Não havia acontecido, até então, um conflito de tamanha proporção em violências em que, a partir dele, novas armas mudaram para sempre a lógica das guerras que o mundo vivera até então. Porém, não se limitando ao cenário do capitalismo, a guerra marcaria a definitiva ruptura no interior do movimento comunista, fortalecendo a crítica da falência da II Internacional, que ao cumprir o papel de unificador nacional durante a guerra, demonstraria suas limitações em conduzir o movimento do proletariado em momento de revoluções e rupturas, diante das novas características do capitalismo, o imperialismo, sua fase superior (ROCHA, 2006, p.158).

É na Rússia, marcada pelo atraso e por uma Guerra fracassada, onde os comunistas, tendo à frente Lênin, Zenoviev, Kamanev, Trotsky, Bukarin e outros bolcheviques, começaram a construir não apenas o regime socialista, como a reorganizar o movimento comunista, agora através de uma nova internacional, a Internacional Comunista (Komintern). O avanço da luta revolucionária proporcionou, também, a união de vários países e territórios e novos Partidos comunistas que nasciam no âmbito da Revolução, transformando a Rússia, o primeiro país socialista do mundo, na União das Repúblicas Socialistas Soviética, URSS.

Lênin, ao discursar na ocasião do 4º aniversário da Revolução de Outubro, destaca:

Esta primeira vitória não é ainda a vitória definitiva, e a nossa revolução de Outubro alcançou-a com privações e dificuldades inauditas, com sofrimento sem precedentes.... Pela primeira vez depois de séculos e milênios, a promessa de responder à guerra entre escravistas com a revolução dos escravos contra toda espécie de escravista foi cumprida até o fim... e é cumprida apesar de todas as

dificuldades. Nós começamos esta obra. Quando precisamente, em que prazo os proletários de qual nação culminarão esta obra – é uma questão não essencial. O essencial é que se quebrou o gelo, que se abriu caminho, que se indicou a via. (LÊNIN. Obras Escolhidas, V. III. 1980, p.548).

Agora, a corrente Internacional do Marxismo estava também rompida. O marxismo ganharia alguns aspectos novos em relação ao ideário da II Internacional, com uma releitura da própria obra de Marx e Engels acrescida pela teoria e prática do Partido Bolchevique, agora Partido Comunista. O modelo soviético de construção do socialismo, mais tarde codificado por Stalin como marxismo-leninismo, seria a nova mola propulsora do movimento comunista internacional (MCI), assim como também sua nova ideologia oficial, com uma nova Internacional, a III Internacional (Internacional Comunista ou Komintern) e reordenação dos comunistas, uns rompendo com a social democracia e construindo um Partido Comunista, outros com o acúmulo de seus próprios movimentos operários, ora anarquistas, ora de natureza já comunista. Surgia outra denominação e outra cultura política no cenário internacional, os PCs, e um novo centro revolucionário, Moscou, capital da URSS.

O novo movimento, agora sob o signo da III Internacional, diferenciava-se muito nas esferas político e organizativo da II Internacional, se esta possuía ares de uma federação, a III Internacional possui características de um só partido comunista internacional, um forte centro político de atribuições ampliadas, Moscou pretendia ser agora a irradiadora da Revolução Mundial, um centro nervoso do movimento comunista:

Atualmente já possuímos uma experiência internacional bastante considerável, experiência que demonstra, com absoluta clareza, que alguns aspectos fundamentais da nossa revolução não têm apenas significação local, particularmente nacional, russa, mas revestem-se, também, de significação internacional... (LÊNIN, 1960, p.9).

Em pouco tempo partidos comunistas, inspirados de toda forma no recém-fundado Partido Comunista Russo¹, surgiam no cenário internacional, até onde o movimento operário ainda não possuía força, organizações de caráter comunistas, voltadas ao exemplo soviético se multiplicavam. Ganhava força dentro do MCI o conjunto de proposta da Revolução como uma tomada violenta do Estado Burguês, sua

demolição a partir da construção do novo regime (LÊNIN, **Obras Escolhidas** V, v. II, 1980).

Lênin, líder e principal teórico do processo que se desenvolveria agora na nascente União Soviética, apresentava a possibilidade do socialismo não apenas como o sucessor histórico do capitalismo, algo que surgiria após o esgotamento das possibilidades revolucionárias do capitalismo, mas sim como uma alternativa ao modo de desenvolvimento capitalista. O socialismo não necessariamente surgiria nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas poderia, diante da nova realidade advinda da fase imperialista do capitalismo e do desenvolvimento desigual dos países capitalistas, surgir num elo fraco da corrente internacional do capitalismo (LENIN, **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**, 1979).

O peso dessa análise influenciaria fortemente as teses dos Partidos Comunistas e, ao mesmo tempo, seria um grande impulsionador nos Partidos Comunistas dos países periféricos do capitalismo mundial. Estes, agora, passariam a ver a possibilidade da construção do socialismo dentro de suas próprias fronteiras. Porém, a ascensão de Stalin ao poder na URSS e o erguimento do stalinismo ofereceriam o outro caminho revolucionário para o socialismo.

Razões e crítica ao stalinismo

O stalinismo é resultante da conquista do poder na URSS por Stalin, em 1927. A partir de uma intensa luta política contra Trotsky pela liderança do processo revolucionário, sua ascensão levaria, igualmente, à divisão do movimento comunista internacional.

No ano seguinte o stalinismo iniciava sua configuração, cujo ato de fundação foi o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal em que a essência era a “revolução a partir de cima”. Excluía-se, portanto, a participação da sociedade organizada que era substituída pelas direções ditadas pelo Estado a partir de um modelo que trazia em si a gênese da primazia da coerção.

Encontrava-se, nesse aspecto, um ponto crucial do rumo da revolução socialista soviética e que se expandiria como orientação para os partidos comunistas em todo o mundo. Ou seja, o controle político dos aparelhos burocráticos fosse do Estado ou do partido passaria a ser o prioritário e, nesse sentido, o debate teórico deveria ser abafado,

pois significaria ameaça ao poder burocrático dos funcionários. Diante disso, um ponto importante e justificador do princípio do stalinismo era “de que o Estado deve ser muito fortalecido antes que se possa esperar o seu ‘desaparecimento’ de acordo com a doutrina marxista” (D P M, 1988, p.365).

A burocracia é vista, assim, como uma questão central, o que Stalin já apontava em seu texto datado de junho de 1925 (*Perigos de Degenerescência do Estado Soviético*), no qual afirma, defendendo a aliança no domínio administrativo e político, que a

realização da democracia soviética na cidade e no campo, a fim de simplificar e tornar menos oneroso o aparelho de Estado, de o limpar do ponto de vista moral, de eliminar dele o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa, de o ligar estreitamente às mais vastas massas, é esse o caminho que deve seguir o Partido se quiser reforçar a aliança no domínio administrativo e político. (www.marxists.org. STÁLIN, 1925).

O teor do texto enuncia a decadência do Estado soviético e constrói seus argumentos, no campo da moral e da ideologia – por ele entendida –, definindo seus responsáveis. Com isso, Stalin lançava as bases, primeiro, da classificação de seus opositores ligados ao Estado, quando afirma ser necessário “de o limpar do ponto de vista moral, de eliminar dele o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa”. Além do viés moralista, as acusações deveriam, para justificar tal eliminação de quadros opositores, pautar-se não somente na corrupção, mas no seu aspecto supostamente ideológico: o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa, cuja enunciação apontava para o desvio ideológico.

O exercício discursivo utilizando o sufixo “ismo” determina, portanto, o caráter pejorativo da burocracia burguesa e de seus seguidores, porém sem, por motivos óbvios, defender a não existência de um amplo aparelho burocrático. É justo que este aparelho burguês é que deve ser eliminado, pois ameaça a construção do novo Estado revolucionário. Por isso, logo em seguida Stalin aponta o caminho da eliminação, quando define que o novo Estado deve se “ligar estreitamente às mais vastas massas”. Contudo, deixa claro que o sujeito do processo deve ser liderado e, portanto, definido os parâmetros, pela burocracia partidária ao destacar que é esse o caminho que deve seguir

o Partido se quiser reforçar a aliança no domínio administrativo e político. Com tal diretiva reforçava, paradoxalmente, a alienação política no Estado socialista.

Prosseguindo, Stálin continua seu raciocínio definindo os parâmetros do Estado socialista que se encontra vinculado à ideia de ditadura do proletariado.

A ditadura do proletariado não é um fim em si. Ela não é senão o meio de realizar o socialismo. Mas o que é o socialismo? O socialismo é uma transição da sociedade de ditadura do proletariado para uma sociedade sem Estado. E para percorrer essa etapa é preciso alterar o aparelho estatal, de forma a assegurar a transformação efetiva da sociedade de ditadura do proletariado em sociedade comunista. Este objetivo é atingido através de palavra de ordem de revitalização dos soviets, de realização da democracia soviética nas cidades e nos campos, do chamamento dos melhores elementos da classe operária e do campesinato a participar diretamente no governo do país. Sem a colaboração constante e ativa das massas, será impossível transformar o aparelho de Estado de alto a baixo, eliminar dele os fatores de burocracia e corrupção, aproximá-lo das massas e assegurar-lhe a sua simpatia. Mas essa colaboração constante e ativa das massas será impossível, por sua vez, se os melhores elementos operários e camponeses não forem chamados a intervir nos órgãos de governo, se não for estabelecida uma ligação estreita entre o aparelho de Estado e as grandes massas trabalhadoras (STALIN op. cit.).

Observa-se aqui, mais que a defesa da ampliação do aparelho burocrático estatal, tendo em vista que o Partido assume a condição de condutor do processo revolucionário, defende-se a ideia de que os melhores quadros e, portanto, os militantes partidários devem ser incorporados ao governo. Se o objetivo é revitalizar os soviets como condição de “realização da democracia soviética nas cidades e nos campos”, ele se trai ao demonstrar que o seu conceito de democracia é extremamente seletivo, pois se encontra condicionado ao “chamamento dos melhores elementos da classe operária e do campesinato a participar diretamente no governo do país”. Os soviets, que eram conselhos populares em sua origem, são transformados, pelo entendimento de Stálin, em máquina burocrática de afirmação da política de governo.

Ao confundir e misturar partido e Estado, transformando o primeiro em defensor exclusivo da política de governo, elege os “melhores” militantes a uma espécie de verdadeiros revolucionários responsáveis por “mediarem” a burocracia e as massas, pois, caso assim não seja, a

colaboração constante e ativa das massas será impossível, por sua vez, se os melhores elementos operários e camponeses não forem chamados a intervir nos órgãos de governo, se não for estabelecida uma ligação estreita entre o aparelho de Estado e as grandes massas trabalhadoras (idem).

Mas é óbvio que Stálin não é o idealizador “genial” dessa fórmula centralizadora de Estado coercitivo. Afinal, a tradição no império czarista era de modelo absolutista, por isso tanto a centralização quanto o personalismo, este, inclusive, outra importante característica do stalinismo, já pautavam o imaginário social russo.

Não custa muito lembrar, e é sempre oportuno, de que ao se valer dos “limites da consciência possível” dessa sociedade, a revolução que Stálin se apresentava para liderar se encaminhava para uma encruzilhada. Observando a questão do ângulo da pertinência científica de suas proposições, conforme Marx apontava na segunda tese sobre Feuerbach, pode-se colocar os termos no seguinte patamar:

*A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica. (MARX, **Teses sobre Feuerbach**)*

Desse modo, a questão é saber se o modelo stalinista implicou em um avanço rumo à revolução ou se significou um atraso para esta. Nesse sentido, o recurso à base do imaginário remetia ao personalismo e ao autoritarismo reinante na formação social russa, fruto de séculos de domínio absolutista. Portanto, tal recurso, ao invés de gerar um ambiente favorável à produção de uma nova consciência, nega justamente o que Marx apregoava que,

tanto para a produção massiva desta consciência comunista como para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa revolução; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a derruba só numa revolução consegue

sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade. (MARX, K. **A Ideologia Alemã**).

Parece, diante disso, que a concepção de “revolução a partir de cima” ao invés de revolucionar, ou “sacudir dos ombros toda a velha porcaria”, assenta-se justamente no oposto. Mantém afastado do poder de decisão a sociedade civil, na concepção gramsciana, e, reforçando a presença do Estado-Partido, inibe a destruição da hierarquia social.

Mas se a hierarquia que habitava o imaginário russo era pautada na relação político-ideológico de origem feudal e pela propriedade privada da terra, principalmente, no novo regime proposto por Stálin é certo que tal relação se modificara, porém não a extinguiu. O socialismo stalinista fundava a hierarquia em novas bases, agora na estrutura burocrática do Estado-Partido. Ou seja, as relações de poder se deslocavam para o campo da burocracia e, desse modo, não chegariam ao ponto de criar rupturas, mas, pelo contrário, tornara-se incapaz “de uma nova fundação da sociedade.”

Erguia sobre a sociedade um aparelho burocrático que não só se pretendia onipresente, portanto regulador do cotidiano social, mas também onisciente – pela necessidade de tudo saber para melhor se manter; ou ainda, para a garantia da perpetuação das novas relações de poder, deveria ser entendido como onipotente e, desse modo, capaz de agir em nome de todos para se tornar permanente.

Um Estado-Partido que se fazia existir a partir da vigilância e da coerção, levou Gramsci a desenvolver severas críticas ao observar que

nas sociedades onde a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política é entendida dialeticamente (na dialética real e não apenas conceitual), e o Estado é concebido como superável pela ‘sociedade regulada’, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à ‘sociedade regulada’, na medida em que absorve ambas em si, para superá-las, não para perpetuar a contradição entre elas. (COUTINHO, 1999, p.141).

Nesse sentido, Gramsci, ao tematizar a dissociação política da sociedade, no modelo stalinista, do controle burocrático do poder, encontrava na crítica à estadolatria

seu ponto radical. Assim, observava que “a ‘estadolatria’ não deve ser deixada a seu livre curso, deve ser criticada” (Ibidem:139).

Contudo, a conjuntura histórica favoreceu o desenvolvimento do stalinismo como modelo hegemônico. A afirmação da URSS nos anos 30 já como um regime consolidado, devido à eliminação de seus opositores internos, e a emergência de regimes intervencionistas tanto nos limites do liberalismo quanto no nazi-fascismo, permitiu que a centralização soviética fosse vista de forma mais naturalizada. Afinal, não era o modelo soviético o inimigo a ser combatido naquele momento pelos comunistas.

A 2^a Guerra deu fôlego e poder ao stalinismo. Com o término do conflito, a URSS assumiu a hegemonia do bloco geopolítico do socialismo real no Leste Europeu e de sua posterior expansão para a Ásia e África. Desse modo, o modelo do Estado-Partido, hierarquizado, passou a se constituir como a principal referência para os demais partidos comunistas no mundo, bem como para a maioria dos processos revolucionários.

O mundo se encontra, a partir de então, bipolarizado. A prioridade da URSS se desloca da luta de classes para a geopolítica. É nesse contexto, mesmo após o XX Congresso do PCUS, que a conjuntura da Guerra Fria se consolida e passa a orientar as políticas internacionais soviéticas, levando esta a optar pela estratégia da *guerra de posição* no campo político-ideológico.

Desse modo, a Guerra Fria desloca os conflitos militares, responsáveis por consolidarem as relações de poder e de dominação na lógica da geopolítica, para a periferia. O mundo deixara, com isso, de ser visto de modo dialético para ser entendido como sistema de poder das grandes potências. Assim, no que concerne às disputas entre as duas principais potências mundiais, o ponto central se tornou a ampliação de áreas de influência e os embates ideológicos.

Na disputa dos aparelhos ideológicos, a política soviética buscou atrair para seu campo a intelectualidade inclusive no meio acadêmico. Tornava-se questão estratégica para a esquerda a difusão do marxismo nos mais variados espaços.

Ora, aí residem duas importantes questões. Primeiro, o equilíbrio de força internacional em decorrência da corrida armamentista; segundo, a submissão teórica imposta ao campo do marxismo decorrente do legado do stalinismo.

Se por um lado a constituição da URSS como potência militar impediu durante décadas o avanço do regime do capital e permitiu conquistas sociais e trabalhistas também no Ocidente, por outro a subordinação teórica comunista à lógica da política externa soviética inibiu o desenvolvimento da crítica marxista no mundo. Ou seja, a questão geopolítica e sua defesa assumem a condição prioritária nos debates políticos.

A crise do modelo e suas ramificações

Com a crise do modelo dos regimes do chamado Socialismo Real,² fruto do conjunto de crises geradas/potencializadas pelo processo de transformação desencadeada na URSS nos princípios dos anos 1980, os partidos comunistas repercutiram em seu interior todo o conjunto de debates e discussões acerca dos rumos e de suas possibilidades de enfrentamento dessa situação. A resposta à estagnação econômica e à crise teórica/política se anunciou, dentro de novos paradigmas, rompendo os princípios fundantes do marxismo e da Revolução de Outubro.

Debates acerca de um mundo íntegro, onde a luta de classes passaria a ser cada vez mais secundarizada diante de novas demandas “universais”, do tipo: como evitar a extinção da humanidade, como salvar o meio ambiente³ e demais lutas que demandavam uma “união” em prol da humanidade, para além dos interesses de classes.

Não obstante esse conjunto de debates, uma nova discussão começava a correr no mundo comunista e nos Partidos Comunistas, sobre novas formas de intervenções nesse mundo em acelerada transformação, gerada pelo avanço das tecnologias de comunicação que possibilitavam novas intervenções, porém, cujas estruturas políticas dos PCs apresentavam insuficiências práticas. Uma conjuntura que potencializaria a discussão se tais insuficiências estavam no instrumental teórico analítico ou nas próprias organizações em si.

Na ocasião do aniversário de 70 anos da revolução soviética, as transformações iniciadas com a *Perestroika* (reestruturação) estavam presentes em todos os níveis da sociedade e um novo termo vinha a se juntar a este termo: *Glasnost* (transparência). Estava lançada a ideia do Estado Socialista de Direito, no qual as instituições do Estado passariam a ganhar mais autonomia em relação ao PCUS. Iniciava assim, ou pelo menos se tentava, o processo de separação entre Estado e Partido, rompendo com o modelo stalinista.

Nesse clima, ocorreu a XIX Conferência Nacional do PCUS, em junho de 1988. A conferência possuía um caráter de balanço, uma extensa avaliação sobre o curso das realizações do XXVII Congresso de 1986, assim como uma discussão acerca das novas perspectivas de aprofundamento da *Perestroika*. Outra questão importante levada à discussão do plenário seria a necessidade de se fazer uma profunda e radical reforma política na URSS.

Em relatório apresentado ao plenário da Conferência, Mikhail Gorbachev realiza uma avaliação sobre a aplicação e os impasses sobre as resoluções do XXVII Congresso, no qual aponta que parte “considerável dos setores básicos da economia já aplica plenamente os princípios da autogestão e do financiamento, em obediência à lei de empresa Estatal” (PCUS, 1988:15).

Parte das propostas apresentadas à Conferência já eram conhecidas internacionalmente através do livro “Perestroika”, de Gorbachev, lançado em 1987. Neste livro, Gorbachev levanta questões sobre a reforma não apenas da URSS, mas, segundo ele, novas ideias para a URSS e para o mundo. Apontava a necessidade de se levar até as últimas consequências as reformas da *Perestroika* e a explica como algo além de reformas econômicas superficiais:

De acordo com nossa teoria, a revolução significa construção, mas também envolve demolição de tudo aquilo que ficou obsoleto, estagnado e que acaba por emperrar o progresso. Sem ela não se pode limpar o local para a nova construção. A Perestroika também significa eliminação decidida e radical dos obstáculos que prejudicam o desenvolvimento social e econômico, dos métodos antiquados de administração econômica e da mentalidade estereotipada e dogmática. (GORBATCHEV, 1987, p.56).

Gorbachev procurava implementar as reformas “revolucionárias” em todas as esferas da vida soviética. Em seu livro, onde apresentou ao mundo o conjunto de suas formulações, utiliza o mesmo tom de críticas que marcaria seu relatório à conferência do PCUS de 1988. Sobre a *Glasnost*, esta era apresentada como necessária para a sobrevivência e sucesso da *Perestroika*:

A democratização da sociedade e as mudanças sociais e econômicas em grande parte estão ganhando impulso graças ao desenvolvimento da glasnost. Não é preciso dizer que a política do partido é a base desse

processo. As coisas não começarão a mudar, no entanto, se o curso político não for seguido de maneira compreensível para as massas. (GORBATCHEV, 1987, p.83).

Ou seja, a visão de Gorbachev era de que sem as transformações no plano político, as transformações da *Perestroika* estavam condenadas a se estagnarem. Outra questão a ser levantada é o fato de que constantemente Gorbachev procurava utilizar referenciais de Lênin, com uma releitura de suas principais obras e práticas, em especial sobre a Nova Política Econômica (NEP).

Ainda sobre a conferência do PCUS, os resultados positivos da economia eram todos atribuídos à implementação da *Perestroika*, e os fracassos à resistência de “setores” da sociedade e do PCUS as reformas. Assim sendo, era necessário a retirada de tais setores para a garantia e sucesso da *Perestroika*.

É descrito por Gorbachev o processo crescente de burocratização da vida soviética, suas consequências na estagnação da vida político-econômica e sua necessária superação:

O sistema político existente revelou-se incapaz de nos proteger contra os crescentes fenômenos de estagnação na vida social e econômica durante os últimos decênios e condenou ao fracasso as reformas empreendidas naquele período. Tornou-se prática usual a concentração cada vez maior nas mãos da direção político-partidária das funções de gestão econômica. Ao mesmo tempo cresceu o papel do aparelho executivo. O número de pessoas eleitas para os diferentes órgãos estatais e sociais chegou a representar um terço da população adulta do país...

No período de estagnação, o aparelho administrativo, que chegou a ter até cem ministérios e departamentos federais e 800 republicanos, começou na prática a ditar sua vontade tanto à economia como à política...

A estatização desmedida da vida social foi outra grave deficiência do sistema político que se criou. (PCUS, p.50).

A crítica à crescente burocratização procura explicar a ausência da participação popular na política soviética através de um agigantamento desmedido do Estado, não como esfera administrativa, mas sim como aplicador da política do PCUS.

o sistema político estabelecido ao longo de dezenas de anos foi-se adaptando à função cuja essência não consistia em organizar a vida

*pública no âmbito da lei, mas principalmente em fazer cumprir ordens e diretrizes impostas pela força ...
É precisamente neste sistema anquilosado de poder e nos métodos autoritários que se localizam os principais entraves à Perestroika...*
(PCUS, p.51).

Dessa maneira, Gorbachev procurava levantar a questão da necessidade do estabelecimento de um Estado Socialista de Direito, fortalecendo *sovietes*, onde as decisões deveriam ser discutidas e não apenas referendadas as decisões da cúpula partidária. Assim se evidenciava que os próximos passos das reformas seriam no plano político, garantindo, segundo Gorbachev, o sucesso da *Perestroika*.

Nesse sentido, foi aprovada uma lei que acabava com os cargos vitalícios na esfera do Estado, somente podendo ser ocupado por dois mandatos consecutivos. Porém, reviravolta profunda ocorreria no ano seguinte, em 25 de março 1989, quando ocorreriam eleições para o novo legislativo soviético.

A reforma do sistema político começava a se materializar numa reunião plenária do PCUS em novembro de 1988, na qual se determinou mudanças estruturais e uma nova ordem dos organismos representativos do poder estatal. Tais encaminhamentos foram aprovados em sessão do *soviete* supremo que ratificou as mudanças na Constituição como expressa a revista “Em Foco”, publicação sobre o cotidiano político, econômico e social soviético.

A Reforma política em curso na URSS é o elemento mais importante da Perestroika. As transformações econômicas e sociais estão condenadas ao fracasso desde que não sejam garantidas a democracia e a participação dos cidadãos na aprovação das resoluções adotadas em qualquer nível... a democracia é o oxigênio da Perestroika (Em Foco, 1989, n° 73, p.2).

Os impactos das reformas e reestruturações soviéticas ecoaram com força nos países do bloco socialista, em especial nos países do Leste Europeu que, desde os meados da década de 1980, realizavam reformas inspiradas nas transformações que se operavam na URSS. Com exceção da Romênia, da Albânia e da Iugoslávia, onde o desfecho ganhou ares mais dramáticos, os regimes socialistas do Leste se abriam e realizavam reformas que levaram as direções frágeis dos PCs que, sem a sua antiga base de sustentação e sem o apoio popular, perderam o controle dos processos.

A queda dos regimes do Leste Europeu, de maneira geral ocorreria a partir de 1989, ano da emblemática derrubada do “Muro de Berlim”, símbolo máximo da Europa dividida pela Guerra Fria. Cabe destacar que esse episódio unificou não apenas os dois lados de Berlim, mas posteriormente a própria Alemanha, simbolizando a unificação do continente europeu sob a égide do neoliberalismo.

Na URSS, os eventos que ocorriam no Leste Europeu apenas confirmavam as teses que se hegemonizavam cada vez mais no PCUS, da integração européia. Ou seja, “a casa comum europeia” restabelecendo a cooperação mútua dos países.

Porém, a própria URSS, entusiasta da lógica da “abertura”, sofreria com o processo desencadeado. Ainda em princípio de 1989, as eleições possuíram características novas, e até certo ponto, inesperadas diante das modificações aprovadas pelo Comitê Central e pelo Soviete Supremo.

As eleições gerais realizadas em março último na União Soviética... foram convocadas para eleger o congresso dos deputados do povo de 2250 membros, órgão mais alto do poder soviético, com competência de eleger o presidente da URSS e os 450 deputados do Soviete Supremo. Do total, 750 deputados foram eleitos diretamente pelo plenário do PCUS e pelas organizações sociais – Komsomol (União da Juventude Comunista Leninista), sindicatos, Academia de Ciências, organizações femininas, de intelectuais e artistas, etc. Os outros 1500 foram eleitos pelo voto popular direto num pleito que pela primeira vez neste âmbito, teve candidaturas múltiplas nas diversas circunscrições... (Em Foco 1989, n° 78, p.4-5).

O clima de debate aberto das eleições foi potencializado pela imprensa que ampliou os espaços de debate. O PCUS conseguiu a maioria de 80 % dos eleitos ao congresso do povo, porém, essa maioria não significava um total controle do congresso tendo em vista que o próprio PCUS se encontrava profundamente dividido, limitando sua ação conjunta.

Um dos grandes destaques desta eleição foi dirigente do Partido Comunista em Moscou, Boris Ieltsin, crítico áspero da direção do PCUS e entusiasta da maior autonomia e mais dinamicidade à *Perestroika*. Ieltsin obteve 90% dos votos contra o candidato oficial do Partido, mas até mesmo por sua postura, não seria indicado para o Soviete Supremo. Ieltsin acusava duramente Gorbachev de fazer inúmeras concessões ao seguimento mais conservador do partido.

A escolha do Soviete Supremo trouxe a surpresa da exclusão de Ieltsin, o que indicava a supremacia tradicionalista do PCUS no plenário do congresso dos Deputados do Povo. A marginalização de Ieltsin do órgão legislativo operacional provocou protesto populares..., o inesperado impasse foi rompido pela atitude de um deputado de distrito provinciano que renunciou à sua eleição ao Soviete Supremo, declarando explicitamente que o fazia em favor de sua substituição por Ieltsin. (GORENDER, 1991, p.59).

Assim, foi instaurado na URSS um órgão representativo, palco de intensos debates e pela primeira vez na sua história, deliberando com independência da estrutura do PCUS. A proposta de Estado Socialista de Direito que se constituía, porém, traria consigo demandas que não poderiam ser contempladas pela estrutura do modelo socialista soviético.

Os novos paradigmas de orientação capitalista davam mostras de sua conformação. A economia soviética começava a atuar sem interferência do Estado. Organizavam-se cursos de empresários e empreendedores que passavam a questionar a interferência, já reduzida, dos ministérios no processo produtivo, reclamando uma total autonomia.

A crescente autonomia dos territórios e países federados fazia surgir um debate de cunho nacionalista em vários países integrantes da URSS, que passavam a reclamar independência. Os clubes políticos e associações funcionavam a pleno vapor, começavam a ganhar aspecto de partidos, ganhando também colorações distintas.

O clima de debate aberto que se inaugurava na URSS começou a questionar o próprio caráter do regime socialista, no qual críticas se encadeavam umas nas outras, de questionamento a Stalin, que se ligava a Lênin, de Lênin que se ligava a Marx e Engels, e assim a própria teoria do comunismo:

O antistalinismo deixou de ser encarado como imperativo para recuperação da autenticidade do socialismo e se identificou ao antimarxismo. Por sua vez, o antimarxismo serviu de ponte para a adoção de concepções que vão da social democracia ao capitalismo liberal e às ideologias nacionalistas. Nessa atmosfera de maré montante do antisocialismo, crescia a popularidade de Boris Ieltsin. (GORENDER, 1991, p.59).

O XXVIII Congresso do PCUS, convocado para Julho de 1990, marcaria uma ofensiva do setor menos simpático à *Perestroika*, que tentava diminuir a autonomia das empresas e sua autogestão, inclusive com apoio de setores dos trabalhadores, que viam nos resultados concretos da *Perestroika* a perda de direitos históricos. Começava a se constituir na URSS um clima de confronto, em que o setor mais tradicional do PCUS demonstrava que não mais iria ceder espaço para as propostas renovadoras. Exemplo desse momento foi a não aprovação da lei que legalizava a propriedade privada no campo.

No plano militar, a postura da URSS de se tornar uma potência com capacidade apenas defensiva, sem poder mais remanejar sua posição pelo globo, era vista como uma capitulação diante dos EUA e da OTAN, o que gerava nesse setor uma forte desconfiança em relação à administração de Gorbachev. Tal desconfiança ainda se agravaria mais com a ebulição dos discursos nacionalistas nos países integrantes da URSS, onde, desde 1987, explodiam conflitos, inclusive com massacres de etnia. (GORENDER, 1991, p.75).

As repúblicas bálticas realizaram, em março de 1991, plebiscito que demonstrava apoio popular à independência destas três nações integradas à URSS desde o fim da II Guerra Mundial. A situação nos países bálticos alcançou seu extremo quando as tropas soviéticas ocuparam rádios e edifícios da administração pública, resultando em 17 mortos.

Em parte essa ofensiva dos setores mais conservadores, denominados por ortodoxos, dava-se pelo desmonte do bloco socialista que, seguindo os eventos posteriores à queda do muro de Berlim, perdiam-se em meio à avalanche liberal.

Caracterizava-se uma inédita oposição entre setores independentes do Estado e os setores vinculados ao PCUS.

O extremo se sucedeu quando o congresso da Rússia elegeu Ieltsin como seu presidente numa postura clara de afronta ao PCUS. Tais acontecimentos enfraqueceram a direção de Gorbachev, que perdia o controle dos acontecimentos da URSS. Em março de 1991 ocorreu um plebiscito oficial do PCUS, que vários países boicotaram, facilitando o resultado favorável a continuidade da URSS como federação, tornando lei válida para todo território.

A economia soviética era o fiel reflexo da confusa situação interna, demonstrando uma forte estagnação, a maior de sua história. Um programa emergencial econômico havia sido organizado como tentativa de recuperar sua economia, porém tal programa apontava para o total desmonte da economia socialista, com privatizações em larga escala e uma forte redução do papel do Estado. Medida que gerou muita polêmica, pois não acarretou nenhuma alteração para ambos os lados: nem para os defensores de maior intervenção do Estado, nem para os defensores da privatização.

Em 1991, a economia da URSS demonstrava os piores índices, acabando por colocar a administração soviética “contra a parede”. Por sua vez, esta encaminhou um projeto que visava, até meado de 1992, privatizar amplos setores da economia, além de reduzir em muito o papel dos ministérios, um antigo símbolo da época intervencionista do Estado. A própria *Perestroika*, que havia iniciado todo o processo, estava em xeque diante da forte crise econômica.

O XXVIII Congresso do PCUS, sob forte pressão popular, é marcado pelo clima de cisão interna, somando-se às incertezas diante da derrota do setor mais tradicionalista em decorrência da supressão do Artigo 6º da Constituição, que atribuía ao PCUS o caráter de Partido Único. Era o fim do regime unipartidário. Não obstante o desmonte da estrutura stalinista, as forças armadas permaneciam vinculadas ao PCUS.

Vários partidos foram criados, outros como o antigo Menchevique e um partido de inspiração trotskista foram reorganizados. Além de um partido nacionalista e até de matriz fascista, muitos clubes políticos viriam a se transformar em partidos.

Gorbachev, com atribuição de presidente desde 1990, procurou se apoiar nas organizações institucionais, PCUS, KGB, instituições que, curiosamente, ele mesmo havia enfraquecido, e nas forças armadas, diante da crescente instabilidade que gerariam os fatos da crise final da URSS.

No verão de 1991, Gorbachev teve suas férias prolongadas quando, em 19 de agosto de 1991, seria destituído da presidência e teria sua prisão anunciada, sendo substituído por um Comitê de Emergência integrado, entre outros, pelo ministro da defesa e o chefe da KGB. Porém, essa tentativa de retirar Gorbachev da presidência foi frustrada. Boris Ieltsin surge como um “herói” da legalidade, garantindo a volta de Gorbachev à URSS, no entanto, sem condições de se sustentar politicamente. Em

agosto de 1991, a primeira experiência de construção de socialismo entrava em crise terminal, estava dado em breve o fim da União das Repúblicas Socialista Soviética.

O Natal cristão de 1991 foi marcado com o fim prematuro do Século XX. O Socialismo Real havia chegado ao fim, num lento processo de decomposição político-ideológica. Esgotava-se não apenas um governo ou um sistema político, mas toda uma forma, todo um modelo de construção socialista, a via soviética que marcou toda uma cultura política ao longo do século XX, com papel central e todos os principais eventos do século, desmoronava.

Mas o que de fato significaria tão dramático evento? Quais os impactos não somente na esquerda comunista de vertente soviética, mas no próprio cenário mundial? Afinal, vivíamos um século em que praticamente toda política externa das principais nações capitalista do mundo era baseada na “ameaça soviética”, além do fato de que o chamado terceiro mundo havia sido varrido por ditaduras “preventivas” anticomunistas. Como se desenvolveria agora essa parte do mundo?

Com a pulverização da ex-URSS e o desmantelamento total das experiências socialistas nos países europeus, todo movimento comunista internacional entrava em fragmentação. No mundo afora, diversos Partidos Comunistas convocavam congressos extraordinários e, em muitos casos, com pauta única: mudar ou acabar com os PCs.

O fim da União Soviética provocou profunda crise nos partidos comunistas. Na Itália, o PCI se destacou por mais distanciamento diante da URSS, defendendo um comunismo moderno marcado pela descentralização e pela defesa da autogestão operária. Com o crescimento da crise soviética, o PCI, em 1990, optou por radicalizar o distanciamento ante o modelo soviético, mudando seu nome para Partido Democrático de Esquerda (PDS), tendo abandonado o uso da foice e do martelo como símbolo do Partido. (ROEDEL, 2002, p.76).

Impressões do Brasil nos anos 80

O Brasil não fica inabalado diante dos acontecimentos no mundo. A década de 1980 é marcada pela retomada de grandes manifestações políticas, o que denota a rearticulação da correlação de forças no país. Se por um lado os rearranjos das oligarquias buscavam se situar frente às novas demandas externas, postas pela reestruturação do regime do capital no campo político e econômico, por outro a reorganização e o avanço do movimento sindical davam novas características à luta de

classes em âmbito nacional. Tais alterações e experiências dialogaram de modo a impor mudanças significativas não só no Brasil, como no continente americano.

Em relação às disputas intra e interoligárquicas no país, estas se situam em dois níveis: um externo e outro interno. No que se refere ao externo, o gradativo distanciamento do imperialismo em relação à ditadura empresarial/militar que se pôs em fins dos anos 70 fragilizando suas bases de sustentação social, trouxe um quadro de incertezas políticas. Era posto em xeque, com tal atitude do imperialismo, o modelo de desenvolvimento econômico do regime extremamente dependente de recursos externos.

O imperialismo se encontrava em posição fragilizada pelas duas crises do petróleo da década de 1970, o que agravou a situação financeira de seus Estados contaminando o mundo nos anos posteriores e impondo, desde então, a escassez de recursos circulantes ao longo dos anos 80. Contudo, o domínio das novas tecnologias de comunicação contribuiu para os EUA, a partir da gradativa conexão em rede das principais praças financeiras, imporem hegemonia do dólar como lastro às economias mundiais.

Diante das novas possibilidades tecnológicas de circulação de capital, duas novas condições se apresentam: o avanço da financeirização da economia e o erguimento do neoliberalismo como ideologia da nova conjuntura que se consolidaria como hegemônica na década seguinte. Nesse sentido, as forças político-econômicas que no Brasil se encontravam dependentes do financiamento do Estado e, em especial, os defensores da intervenção estatal na economia sofrem fortes abalos diante da nova conjuntura que se abria.

O rearranjo no centro do regime do capital se anunciara com as eleições de Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica em 1979 e de Ronald Reagan como presidente dos EUA em 1981. A partir dessas duas eleições, a face neoliberal do regime do capital se delineia se impondo como alternativa à crise econômica que se estendia, inclusive, ao Leste europeu. Uma alternativa do capital que se contrapunha, portanto, ao estatismo das ditaduras latino-americanas.

Dessa forma, a composição sociopolítica de sustentação do governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979–1985) foi marcada pela instabilidade entre a linha dura estatista e os setores oligarcas “liberais”. Soma-se e contribui para tal situação, nesse caso, o avanço da mobilização popular impulsionado pela sociedade

civil⁴ que dava mostras de organização, assumindo a gradativa condição de protagonista do processo político brasileiro.

A divisão interna do regime ditatorial se manifestava em tensões em diversos aspectos. No entanto, o desespero da linha dura se revelou com evidência através dos atentados terroristas à bomba que, em fins de 1980, já chegavam a 46 atos. Desses, os mais emblemáticos foram os ocorridos na Câmara dos Vereadores e na OAB, na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de agosto. Era uma clara tentativa de intimidar a oposição que incentivava e se sustentava na crescente mobilização popular.

Duas bombas de alto teor explosivo provocaram a morte de uma senhora e ferimentos em outras seis pessoas, ontem, no Rio, em dois atentados ocorridos no início da tarde: um, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e outro na Câmara dos Vereadores. Num terceiro atentado, de madrugada, uma bomba de pouca potência destruiu parcialmente a sala do jornal "Tribuna da Luta Operária", não fazendo vítimas.

A bomba colocada na sede da OAB atingiu a secretária da entidade, Lida Monteiro da Silva, que teve o braço decepado, vindo a morrer minutos após ter dado entrada no hospital. No atentado na Câmara dos Vereadores, o sr. José Ribamar de Freitas, tio e assessor do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, perdeu um braço e uma vista...

Em Brasília, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, afirmou que "a impotência do governo mergulhará o País no caos e na anarquia". A CNBB, através do bispo d. Cláudio Hummes, afirmou que os atentados intranquilizam a Nação, "sobretudo porque não se enxerga uma saída que faça cessar os atos de terrorismo".

(Fonte: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_28ago1980.htm – acessado em 15/11/2011).

Dando prosseguimento à onda de atentados, na noite de 30 de abril de 1981, no Riocentro, no show de comemoração ao 1º de maio, mais uma bomba explodiu. Diante da gravidade do ocorrido, até mesmo a TV Globo, considerada um importante *aparelho ideológico de Estado*⁵ da ditadura, manifestou-se fazendo a cobertura do episódio que matou um dos terroristas e sargento do Exército, Guilherme Pereira do Rosário, e feriu o outro, o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do DOI-CODI.

A Rede Globo começou a noticiar o atentado no Riocentro na manhã seguinte, dia 1º de maio, em flashes ao longo da programação... A informação foi posteriormente desmentida pelo delegado Newton Costa, diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, e pelo general Gentil Marcondes Filho, comandante do I Exército...

Ainda naquele dia, o incidente dominou toda a edição do Jornal Nacional... O telejornal apresentou declarações indignadas de políticos, como José Sarney, Mário Andreazza e Miro Teixeira e a versão do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Waldyr Muniz, que culpou os comunistas pelo atentado.

(Fonte:<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-250544,00.html> - acessado em 4/11/2011).

Mas o aparato repressor do Estado, apesar da divisão interna do regime, não deixou de ser utilizado. Objetivando silenciar versões contrárias à da linha dura, mesmo quando vindo de seus aliados de longa data, “A reação ao noticiário do Jornal Nacional foi imediata e a redação da TV Globo foi ocupada pelos militares na manhã do dia seguinte” (idem).

Era uma reação ao avanço das mobilizações populares questionando e fragilizando o consenso em relação ao regime. Nessa linha, o movimento sindical se reaglutinava e em agosto de 1981, em Praia Grande – litoral paulista –, foi organizada a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), demonstrando unidade política e elevação da consciência de classe ao criarem uma comissão para se organizar a Central Única dos Trabalhadores – Comissão Pró-CUT.

Contudo, a unidade não durou muito tempo. Quando da preparação da conferência seguinte, a Comissão se dividiu em duas tendências: uma, liderada pelo PCB, defendia que as condições históricas ainda não estavam dadas para a criação da CUT, enquanto a outra, liderada pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT),⁶ afirmava o oposto. Nessa perspectiva, o grupo seguindo a posição petista organizou, em 1983, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em São Bernardo do Campo (SP), dando origem à CUT no dia 28 de agosto de 1983.

Por sua vez, o grupo majoritário, do qual o PCB fazia parte, organizou-se em torno da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que em 1986 se transformaria em Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Mesmo entendendo que a luta maior era a eliminação do regime autoritário, as duas tendências passaram a disputar a hegemonia sobre o movimento sindical nacional, cujo embate se daria, nos anos posteriores, entre a concepção da unicidade e do pluralismo sindical.

O PCB, marcado por sua aliança com setores considerados “atrasados” politicamente e, muitas vezes, denominados de “pelegos”, viu sua hegemonia ser

questionada pela ascensão do PT. Um reflexo direto da estratégia dos comunistas em relação à concepção de transição para o regime democrático liberal.

No campo político nacional, o PCB se movimentava de modo a evitar o confronto direto com as forças conservadoras. Entendia-se que a política de alianças amplas, e que tinha como centro o PMDB, ofereceria a confiança necessária para atrair os conservadores e dividir o regime. Contudo, tal estratégia impactou de forma negativa no mundo do trabalho que, pressionado pela carestia, encontrava-se em ambiente propício à radicalização do discurso de oposição sindical.

Diante da crise econômica e social, o regime respondia com medidas que contribuía para agravar as tensões políticas ao assinar, em janeiro de 1983, uma “carta de intenções” com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual se comprometia a “reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais frequentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” (SKIDMORE, 1988, p.460).

A estratégia do PCB, justificada em seu documento “Uma alternativa democrática para a crise brasileira”, era a de apostar no movimento que se expandia no campo institucional a partir da emenda constitucional, apresentada pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira, propondo eleições diretas para presidente da república. Os comunistas viam nesse movimento potencialidade para a conscientização popular e, ao longo dos anos de 1983 e 1984, a sociedade brasileira presenciou as maiores mobilizações de massas até então ocorrida no país: as *Diretas Já*. Era o sintoma de mudança da correlação de forças no cenário político nacional.

Se por um lado a formulação estratégica dos comunistas brasileiros se evidenciava como correta, o mesmo não se podia dizer de sua tática. Sua inserção no movimento sindical sofria as consequências diretas da macropolítica que era definida pela oposição petista como sendo de conciliação de classes. Ou seja, havia um evidente descompasso entre estratégia e tática, o que significava a separação da unidade entre teoria e prática.

Mesmo a emenda das *Diretas Já* não tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional, as manifestações se mantiveram. Agora não mais para a sua aprovação, mas para pressionar o Colégio Eleitoral e eleger Tancredo Neves presidente.

A alteração na correlação de forças demonstrava o enfraquecimento do regime ditatorial que se dividia com o surgimento da Frente Liberal. Seus protagonistas eram políticos influentes, como: o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e o líder do governo no Senado e presidente do Partido Democrático Social (PDS) – partido de sustentação do regime –, José Sarney, além do senador Marco Maciel e do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que passavam a apoiar a candidatura de Tancredo. No outro extremo do regime, a disputa se dava, nos quadros do PDS, entre o coronel e ministro Mário Andreazza, e o empresário e deputado federal Paulo Maluf. Este, na convenção do partido, sai vitorioso na disputa e é ratificado como o candidato do regime.

Em 8 de agosto de 1984, José Sarney se transfere para o PMDB, selando a aliança entre as oligarquias e permitindo o lançamento da chapa Tancredo/Sarney que viria a ser vitoriosa na disputa no Colégio Eleitoral. A *Aliança Democrática*, como ficou denominada, seria fruto de uma engenharia política composta de forças que iam da direita à esquerda, porém sem a presença do PT que nesse momento apostava na radicalização da luta de classes.

O PCB, uma das forças protagonistas na construção da conjuntura que se inaugurava, denominada de “*Nova República*”, participaria, no entanto, de forma periférica do novo governo. A perda de espaço no movimento sindical, por parte dos comunistas brasileiros, enfraquecia seu poder de interferência na política nacional e, em decorrência, instalava uma crise interna entre as correntes existentes. Mesmo diante do que era evidenciado nessa conjuntura, o PCB manteve como linha estratégica, em seu VII Congresso, a definição da transição ao socialismo pela via da democracia de massas em aliança com as oligarquias.

O isolamento político se aprofundava ao mesmo tempo em que se encontrava excluído das decisões políticas do governo da “*Nova República*”. Em um primeiro momento, o governo foi organizado sob forte influência da ala progressista do PMDB, liderada pelo deputado Ulysses Guimarães, apesar de José Sarney ter assumido o governo de transição devido à morte de Tancredo.

A herança inflacionária levou o governo, em uma atitude antiliberal, a intervir no mercado com a adoção, em 28 de fevereiro de 1986, do Plano Cruzado. Este Plano trazia uma clara orientação intervencionista e apelo popular ao estabelecer, entre outras

medidas, o congelamento de preços com base no dia anterior, congelamento do câmbio, reforma monetária, congelamento dos salários pela média dos seis meses anteriores, estabelecimento do salário mínimo em Cz\$840,00, o que equivalia a US\$67,00, reajustes salariais automáticos através do “gatilho salarial” quando a inflação atingisse 20%.

Nesse mesmo ano foram eleitos, beneficiados pelo apoio popular ao Plano Cruzado, além dos novos governadores, o legislativo federal que também funcionaria como um congresso constituinte. Tais eleições possibilitaram redesenhar os rumos do governo, privilegiando a tradicional concepção patrimonialista da prática política da classe dominante brasileira na redefinição dos cargos. Com isso, o primeiro escalão foi partilhado entre os representantes das oligarquias e tendo os políticos mais próximos do presidente ocupado os de maior visibilidade eleitoral.

Com o novo ministério, o governo passa a ter uma nova divisão de trabalho. Aos amigos do presidente José Sarney caberá a função de construir estradas, distribuir água no Nordeste e arrumar votos. Aos chefes do PFL não faltou reforço no caixa, em pastas de grande peso eleitoral. Para o PMDB, ficou a promessa de muita dor de cabeça... (VEJA, n° 911, 19/02/86, p.22).

Ficava evidente a disputa de dois projetos societários existentes no seio da classe dominante. Se por um lado o segmento que gravitava em torno da liderança política de Ulysses Guimarães, Pedro Simon e Severo Gomes comportava o viés de um desenvolvimento capitalista nacional, o que implicava na aproximação às demandas populares como condição para o fortalecimento do mercado interno, por outro o segmento que se punha ao lado de José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel oscilavam entre os interesses do latifúndio e do capital internacional sob a velha prática do coronelismo patrimonialista.

A maioria das forças de esquerda e progressista orbitava em torno do bloco liderado por Ulysses. Porém, os planos econômicos⁷ que se seguiram permitiram ao PT capitalizar politicamente se posicionando como crítico dessa aliança, bem como apontando suas limitações em relação aos interesses dos trabalhadores. O mesmo era apontado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, defensor de

projeto personalista de caráter populista, que igualmente buscava caminho próprio se apresentando como alternativa à crise.

Ficava evidente a inexistência, naquele momento, de forças políticas hegemônicas na sociedade quando as oligarquias se fracionaram em diversos partidos. Mesmo que nos trabalhos da constituinte tenha se evidenciado a capacidade de articulação dessas oligarquias em torno da defesa de seus interesses corporativos a partir da organização do “Centrão”, a existência deste denotava também a falta de um projeto nacional, societário. Ou seja, prevaleciam apenas projetos privados por parte de setores significativos das classes economicamente dominantes liderados por sua elite política.

A esquerda, os setores nacionalistas e alguns setores minoritários da burguesia com projeto de uma constituição de perfil inclusivo socialmente não conseguiram abalar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro. Apesar de considerada a constituição cidadã, a Constituição de 1988, em linhas gerais, foi moldada de acordo com os interesses do “Centrão”.

Cabe destacar, no entanto, um fato ocorrido ainda nos trabalhos constituintes. Com a rearticulação das oligarquias em âmbito nacional, foi criado em 25 de junho de 1988, por dissidentes do PMDB, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este agrupamento desde seus primeiros anos de existência se posicionou por um viés de perfil liberal.

Nesse cenário, as eleições presidenciais de 1989 assumiram novos contornos políticos, apesar dos 22 candidatos. A polarização entre esquerda e direita se evidenciou entre Lula (PT) e Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN). No segundo turno das eleições, enquanto o PT compôs um leque de alianças dos partidos de esquerda e do centro-esquerda mais o apoio do movimento sindical e dos movimentos sociais, porém rejeitando a “ala dos autênticos” do PMDB, Collor sensibilizava o outro extremo. Atraiu parcelas da classe média conservadora e moralista, o empresariado industrial e comercial, os banqueiros brasileiros e internacionais, os grandes proprietários rurais, o capital internacional, configurando, com isso, uma composição de espectro conservadora.

Ao PCB, que no primeiro turno havia lançado a candidatura de Roberto Freire a presidente, não restaria outra alternativa a não ser apoiar Lula. Contudo, a crise que já se anunciava no Leste europeu a partir dos acontecimentos ocorridos em Berlim e que

culminaria na queda do Muro em 28 de novembro de 1989, fragilizava ainda mais a participação e influência dos comunistas no âmbito da nacional.

A vitória de Collor inauguraria uma nova conjuntura, em que o neoliberalismo se afirmaria como força político-ideológica hegemônica. Por sua vez, o PCB presenciaria o aprofundamento de sua crise interna ao viver

com muita intensidade o dilema que atingia todos os partidos que se pretendiam representantes da classe operária, mas que estavam inseridos no jogo eleitoral. A escolha era entre ser um partido homogêneo em termos de apelo à classe operária, porém condenado a derrotas eleitorais, ou ser um partido que diluísse sua orientação em termos de classe operária, mas que, por isso mesmo, conseguisse êxito eleitorais (PANDOLFI, 1995, p.237).

O PCB e os ventos que vinham do Leste

No Brasil, a convocação do Congresso X, em 1992, não possuía apenas na queda do Leste Europeu, em especial da URSS, seus motivos, mas surge também como consequência das resoluções do IX Congresso, realizado um ano antes.

Os acontecimentos que culminaram com a queda dos regimes do chamado Socialismo Real apenas apressaram e serviram para justificar/legitimar a necessidade, agora apresentada como imperativa, de mudança radical na estrutura partidária.

Ivan Pinheiro, um dos principais articuladores do Movimento Nacional em Defesa do PCB, em entrevista assim descreve os fatos sobre o período:

A crise na URSS animou o Roberto Freire a convocar uma reunião do Comitê Central, em outubro de 1991, com uma pauta única: convocação de um congresso extraordinário do Partido para a discussão de uma nova formação política. Era uma reunião de cartas marcadas, pois se sabia que por 2/3 Roberto Freire iria conseguir convocar o congresso. Fomos para Brasília, onde ocorreria a reunião, já com o manifesto em defesa do PCB rascunhado (ROEDEL, 2000, p.102-3).

Após a reunião, o grupo encaminhou a organização de uma plenária nacional para novembro, onde seria apresentado e lançado o Manifesto Nacional em Defesa do PCB. Tal plenária se realizou em novembro com a participação de 14 estados com delegação, que, além de lançar o manifesto, optou por disputar o congresso.

O manifesto se caracterizava por 20 pontos, dentre eles:

1 – Manifestar seu mais veemente repúdio à postura liquidacionistas da maioria do Comitê Central, que convocou um congresso extraordinário, com a finalidade exclusiva de tentar extinguir o nosso Partido, criando outro em seu lugar;

2 – Denunciar que essa convocação representa a capitulação ante a histeria anticomunista surgida após os acontecimentos da União Soviética e um golpe contra as deliberações do 9º Congresso, recém-realizado. A nova Formação Política aprovada no Congresso foi definida como uma frente Política no qual o nosso Partido preservaria a sua identidade. Ali, repudiou-se, portanto, a liquidação do PCB. (...);

3 – Condenar a proibição das atividades do PCUS, a perseguição que fez aos comunistas por parte das autoridades do atual sistema de poder na URSS e manifestar solidariedade e apoio às vítimas dessa ignóbil perseguição. (...) (Manifesto em Defesa do PCB, 1991).

Dentre os militantes do Comitê Central e outros mais destacados que assinavam o manifesto, estavam: Horácio Macedo, Ivan Pinheiro, Oscar Niemeyer, Francisco Milani, Zuleide de Faria Melo, Antonio Carlos Mazzeo, Carlos Teles, Edmilson Costa, Eduardo Serra e Anna Montenegro. Além desses, muitos outros militantes se integraram ao Movimento.

Estava evidente a cisão dentro do PCB, que na prática começava a se organizar já como duas organizações distintas em uma mesma estrutura partidária.

O setor hegemônico no Partido, parcialmente vitorioso no IX Congresso, começava uma ofensiva diante da possibilidade de uma nova parcial vitória. Nessa ofensiva, foi criado um espaço denominado Fórum Socialista, onde simpatizantes e amigos do PCB participariam não somente das discussões congressuais, mas elegeriam representações e delegados ao Congresso.

Os fóruns socialistas possuíam, na ótica da maioria do Comitê Central, a atribuição de ampliar debates fundamentais para o Partido com o conjunto da sociedade. Várias “personalidades” da política, acadêmicas, artistas eram convidados a se integrar aos fóruns socialistas, inclusive pessoas com filiação partidária em outras organizações, como levanta a acusação dos membros do Movimento Nacional em Defesa do PCB.

Ainda no mês de Novembro, é lançado o Jornal “Partido Novo: Rumo ao X Congresso” pela maioria do Comitê Central. O jornal buscava apresentar as propostas dos “renovadores” ao conjunto da militância e da sociedade, além de transmitir os informes da última reunião do Diretório Nacional.

Num dos documentos do Jornal, é apresentada a proposta do PCB para a crise política e econômica brasileira. Nesta, além de se posicionar contra o *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, alegando a necessidade de se preservar a legalidade eleitoral, é indicado um programa de privatizações, num conjunto de medidas que visavam identificar as empresas estratégicas para o Brasil e as que deveriam ser privatizadas. Essas propostas privatistas do PCB se assemelhavam e buscavam legitimidade no conjunto das propostas de Gorbatchev da década de 1980, a *Perestroika*, que nos últimos anos do período soviético haviam demolido a estrutura estatal da URSS. O Jornal também apontava uma lista com vários intelectuais que apoiariam a mudança no partido.

Tais intelectuais se vinculavam à ideia da “Radicalidade Democrática”, proposta de levar a democracia a amplas esferas da vida pública. Outras questões que não haviam sido definidas eram apresentadas como já debatidas e superadas no IX Congresso, tais como a aplicação do conceito de democracia como um valor universal, a rejeição da ditadura do proletariado, do regime de partido único, e de toda herança do “falido regime do socialismo real e de Lênin”

Requer-se do novo partido que não tenha medo de parecer pouco revolucionário e ao qual razões humanistas o impeçam de esperar o socialismo chegar para combater a miséria absoluta de expressiva parcela da população...

A decisão de dar vida a um novo partido de esquerda não nega o passado, mas representa uma superação do projeto político original que deu origem ao PCB em 1922 (Partido Novo: Rumo ao X Congresso do PCB, 1991, p.7-8).

O Jornal apresentou as normas para o congresso, nas quais encaminha a participação de não filiados com direito à voz e voto aos representantes eleitos pelos Fóruns Socialistas.

Nesse mesmo mês de novembro, algo inusitado ocorreria. Roberto Freire havia encaminhado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI, o registro em seu nome da sigla PCB, do nome do Partido Comunista Brasileiro, do símbolo da foice e do martelo, além da expressão “Partidão”. Ação essa que gerou revolta em vários militantes, inclusive alguns membros do Comitê Central encaminharam junto ao INPI o pedido de recusa por parte da solicitação de Freire.

Havia a constatação de que com o auxílio dos delegados não partidários eleitos pelos fóruns socialistas, o grupo de Freire teria ampla folga em votos no tema central do Congresso, a questão do partido. O Movimento nacional em defesa do PCB optou por se retirar do congresso que eles não reconheciam como legítimo por várias razões, como: pelo fato de não ter tribuna de debate e ter direito a voto os não filiados ao partido. Um conjunto de posturas que feriam o Estatuto do Partido, deslegitimando o Congresso como espaço deliberativo.

Foram designados para a tarefa de se pronunciarem em nome do movimento que se retirava do congresso os membros do Comitê Central, Ivan Pinheiro e Horácio Macedo. Após a intervenção, os militantes do movimento passaram a ser designados, pela maioria do congresso, de ortodoxos. Estes se retiraram em passeata por São Paulo, local do Congresso, e reuniram em uma conferência paralela organizada com o objetivo de reorganizar o PCB.

Havia sido registrado junto ao TSE o nome de Partido Comunista com o presidente de honra Oscar Niemeyer e secretário geral Horácio Macedo, com um dispositivo estatutário que possibilitava, após reconquistar o nome de PCB, transformarem o PC em PCB. Com a reivindicação de toda a herança “pecebista” (nome, sigla, expressão, símbolo) encaminham junto ao TSE o pedido de registro do PCB. O ministro Sepúlveda Pertence declara aos direitos de herança a quem os quer, não a quem rejeita. Assim, a partir de então, o PC assume a denominação de PCB.

Com a decisão do ministro, os militantes do PCB, reorganizados, iniciam uma corrida para organizar e filiar militantes de acordo com as normas exigidas pelo TSE, para conseguir o registro legal de Partido.

Os militantes e dirigentes, que se qualificavam em ampla maioria, permaneceram no Congresso. Estes apoiaram a mudança do nome de PCB para Partido Popular Socialista (PPS), e aprovaram um novo programa e um novo estatuto, como previsto.

O PPS procura, desde sua organização, enquadrar-se em seu programa e busca ampliar as alianças. Atuando dentro da legalidade eleitoral, tem na democracia liberal seu ponto central. Quanto aos paradigmas ideológicos, o partido assumiu um caráter híbrido ao buscar se alinhar aos valores da economia de mercado e ao neoliberalismo, sem se definir como um partido de classe. Sua opção, portanto, não foi a de “sacudir dos

ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade”, mas de se aliar às velhas e tradicionais oligarquias das classes dominantes do país.

O PCB, por outro lado, aponta, desde a conferência realizada no momento da ruptura, à organização de um X Congresso “de fato” para o início de 1993. O objetivo era de restabelecer as “linhas revolucionárias e internacionalistas” do Partido criticando, com isso, o passado recente de conciliação da década de 1980. Diante desse quadro 70 anos após ter sido fundado, o PCB se reorganizou num momento de forte crise dos valores comunistas, de solidariedade de classe e de crise do marxismo, porém, sem deixar de reivindicar para si a representação do proletariado e seu compromisso com a revolução social de caráter comunista.

THE WINDS THAT BLEW FROM THE EAST: THE PCB BETWEEN THE END OF HISTORY AND MARXISM

Abstract: *This article aims to compare the political and ideological struggle that took place on the PCB and that led to the creation of the PPS, with the process of change evident in the former USSR and Eastern Europe. Viewed dialectically, the impact of such changes, associated with the dynamic history of Brazil in 80 years of the twentieth century, results in different paths to the Brazilian communists that lead to the division into two parties.*

Keywords: *PCB; Politics; Brazil history; communism; revolution.*

Referências Bibliográficas

COUTINHO, C. Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GORBACHEV, M. **Perestroika: Novas ideias para o meu país e o mundo.** São Paulo: Best Seller, 1987.

GORENDER, Jacob. **Perestroika: origens, projetos e Impasses.** São Paulo: Atual Editora, 1991.

LENIN, Vladimir I. **A Falência da II Internacional.** São Paulo: Kairós, 1979.

_____. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo.** Rio de Janeiro: Vitória, 1960.

____. O Estado e a Revolução. *In*: LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas V: II**. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1980.

____. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro – publicado em 18 de Outubro de 1921, Pravda, nº 234. *In*: LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas V. III**. São Paulo: ALFA-OMEGA. 1980.

MALINA, Salomão. **Voz da Unidade**, Janeiro de 1988.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO PCB. **Manifesto em Defesa do PCB**. Brasília, 1º de Setembro de 1991.

PANDOLF, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Novo Partido de Esquerda. *In*: **Partido Novo: Rumo ao X Congresso do PCB**, 1991.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (Documento). **O Poder aos Sovietes: Relatório a XIX Conferência Nacional do PCUS apresentado por Mikhail Gorbachev**. Rio de Janeiro: Revan, 1988.

ROCHA, Ronald. **O Movimento Socialista no Limiar dos Impérios Financeiros (crônica da Segunda Internacional)**. Belo Horizonte: O Lutador, 2006.

ROEDEL, Hiran et alli. **PCB, 80 anos de Luta**. Rio de Janeiro: FDR, 2002.

____. **Atitude Subversiva: Biografia de Ivan Pinheiro**. Rio de Janeiro. FDR, 2000.

UNIÃO DAS SOCIEDADES DE AMIZADES COM A UNIÃO SOVIÉTICA. Voto Consagrou Socialismo de Face Nova e mais Humana. **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, nº 73, p. 4 -5, 1989.

MARX, K. **A Ideologia Alemã** – capítulo I - [6. Conclusões da concepção materialista da história: continuidade do processo histórico, transformação da história em história mundial, a necessidade de uma revolução comunista]. www.marxists.org.

____. **Teses sobre Feuerbach**. www.marxists.org.

STÁLIN, J.V. **Perigos de Degenerescência do Estado Soviético**. 09 de junho de 1925. www.marxists.org.

Notas

¹ O Chamado Partido Bolchevique não era de fato um Partido, mas uma seção do Partido operário Social Democrata da Rússia, que polarizava internamente com a outra seção, os Mencheviques. Com a Revolução, os Bolcheviques assumem a denominação de Partido Comunista Russo, posteriormente com a fundação da URSS se torna Partido Comunista da União Soviética, o PCUS.

² O Termo Socialismo Real se mostra deveras impreciso, pois limita o conjunto de possibilidades do Socialismo ao modelo soviético de construção socialista. Como se somente esse modelo fosse realmente possível.

³ Esse conjunto de debates não eram somente produtos de novas ideias, mas também reflexos de um conjunto de transformações que ocorriam no conjunto das relações de produções, com a intensificação das revoluções técnico-científicas que acarretavam um conjunto de transformações nas plantas das fábricas, onde os reflexos dessa nova investida no mundo do trabalho influenciavam não apenas objetivamente, mas como as subjetivações da classe proletária, que cada vez menos se identificava enquanto classe trabalhadora e se viam cada vez mais integrados a uma nova ordem “pós-industrial”.

⁴ Utilizamos aqui o conceito gramsciano que denomina a sociedade civil o conjunto de organismos privados onde se organiza a hegemonia e o consenso.

⁵ Os Aparelhos Ideológicos de Estado são instituições distintas e especializadas na reprodução das relações de produção e sociais, de um modo geral, orientando as formas de apreensão da realidade para a produção do consenso.

⁶ O PT, fruto do movimento grevista de 1978/79, foi fundado em 1980 com a proposta de organização que se contrapunha ao centralismo democrático do Partido Comunista, passando a se constituir por tendências. Tal proposta permitiu a convivência de religiosos, de sindicalistas, de ex-integrantes da luta armada, de socialistas, de intelectuais e de segmentos da classe média das mais colorações políticas. Nessa forma de organização, a possibilidade de militância sem o compromisso e a obrigação de defender as posições do partido que não concordassem permitiu, portanto, o seu crescimento vertiginoso.

⁷ Foram mais dois planos econômicos: em junho de 87, o governo decretou o Plano Bresser; o Plano Verão foi anunciado em janeiro de 1989, decretando um novo congelamento, além de criar o cruzado novo.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE OPERÁRIOS APOSENTADOS DA CAPITAL DO CARVÃO

*João Henrique Zanelatto**

Recebido em: 23/03/2011 Aprovado em: 01/11/2011
--

Resumo: *Ao longo do século XX a exploração de carvão mineral marcou a cidade de Criciúma. O crescimento da exploração do carvão em Criciúma foi atraindo um grande contingente de trabalhadores migrantes provenientes dos vários municípios do Sul Catarinense e até de outros estados. Esses migrantes vieram a constituir-se na principal força de trabalho das minas de carvão. Assim, o artigo busca apontar para dois aspectos da condição de vida desses trabalhadores: 1) a trajetória no espaço fabril, suas lutas, a participação no sindicato. 2) apontar para precariedade de suas condições de vida após a aposentadoria.*

Palavras Chaves: *Memória; Trabalho; Experiência; Operários; Aposentados.*

O município de Criciúma situado no Sul Catarinense ficou conhecido nacionalmente como a capital do carvão. Sua história está fortemente identificada com a exploração do carvão ocorrida ao longo do século XX. As marcas dessa identidade são facilmente perceptíveis nos mais variados espaços da cidade. A memória do carvão é lembrada de maneira positivada nos símbolos, nas festas oficiais, (festa de Santa Bárbara – padroeira dos mineiros) nos monumentos, nos nomes dos prédios públicos, nas ruas, avenidas, nos clubes de futebol, no hino da cidade que evoca o carvão como responsável pelo seu progresso. Além disso, na produção da historiografia tradicional sobre o município observa-se um discurso ressaltando o carvão como agente do progresso não somente do município, mas também de toda a região.

Divergindo da memória e da historiografia tradicional a partir da década de 1980 foram surgindo vários estudos contrapondo-se ao discurso positivado sobre a mineração de carvão. Nos anos 80 o pioneirismo do trabalho de Terezinha G. Volpato (1984) deu visibilidade as duras condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores da mineração. Na década de 1990 o trabalho de Carlos Renato Carola (2002) causou grande impacto ao demonstrar a presença do trabalho feminino nas minas de carvão. Recentemente a publicação do livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”

* Doutor em história pela PUCRS, professor do curso de história da Universidade do Extremo Sul Catarinense e líder do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina.”

(GOULART FOLHO, 2004), trouxe uma significativa contribuição na medida em que o estudo foi composto por uma coletânea de texto de várias áreas do conhecimento enfocando diversos aspectos sobre a mineração na região.

Esse artigo é resultado da pesquisa desenvolvida pelo grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina” a partir de projeto aprovado pelo PPAC (Programa de Pesquisa e Ação Comunitária), constituindo-se como um trabalho de pesquisa e extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pretendemos, então, mostrar as experiências de alguns trabalhadores aposentados que constituíram a classe operária da cidade de Criciúma ao longo do século XX e dessa maneira contribuir para alargar os estudos e a compreensão sobre o processo constituição da classe trabalhadora de Criciúma.

Dois conceitos foram centrais para o desenvolvimento deste artigo: a noção de experiência e o conceito de memória. Em relação a noção de experiência buscamos em Thompson, (1981; 1987) o qual lembra que ela expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história, são as pessoas carregadas de experiência. Claro que não são sujeitos autônomos nem “sujeitos livres”, suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadoras como necessidades. As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais estamos todos submetidos.

Conforme Thompson (1987), essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos de pessoas de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências (a cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc.). O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada.

Essas experiências buscamos nas memórias dos trabalhadores. Ao evocarmos a memória precisamos entender que esta é socialmente construída, pois ao recordar nos apropriamos de um passado produzido e mantido socialmente. As narrativas expressam-

se a partir de pontos de vistas próprios, buscados do ontem e reinterpretados hoje, pois como afirma Ecléa Bosi (1987, p.17) “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado”.

Em Halbwachs (1990) a memória do individuo esta relacionada com a família, a classe social a que pertence, com a escola, a igreja, a profissão, enfim é constituída pelos grupos sociais, tem uma dimensão coletiva, espontânea, múltipla guardiã do passado. Contudo explica que a memória não deixa de ter um componente individual ou como entende Alessandro Portelli (1997, p.16). “O ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”. Entretanto é preciso ressaltar que a memória individual existe, mas essencialmente como um ponto de vista da memória coletiva, enfatizando desta forma o seu caráter social.

Entendemos também que os discursos da memória, não são desprovidos de riscos: são plurais, maleáveis instáveis, imprevisos descontínuos entrelaçam acontecimentos diversos e sofrem influencia dos meios de “transmissão–comunicação” (BURKE, 2000, p.73), cabe ao historiador fazer a leitura nas entrelinhas desses discursos, rever interpretações e refinar o que se apresentava como a verdade.

Neste artigo serão apresentadas quatro entrevistas com trabalhadores aposentados que ao remexerem em seu passado trouxeram a tona suas experiências de trabalho. Esses relatos remetem ao período no qual a economia local estava ligada quase exclusivamente a exploração do carvão mineral. Esses trabalhadores, aposentados, falam também de sua condição de vida após a aposentadoria, idosos, fora do mercado de trabalho e desprezados pelo sistema de previdência social.

Memória e Experiência de João Batista

Iniciamos com o relato do senhor João Batista, aposentado como trabalhador da mineração, hoje com setenta e sete anos, originário de uma família que migrou da cidade de Laguna para Criciúma em busca de trabalho na minas de carvão. Ele relata que:

Eu peguei na mina em 1945, na Metropolitana, quer dizer, naquele tempo o dono era lá do Rio de Janeiro, era o Evaldo Loyd, da

Metropolitana Velha que eles chamavam. E ali eu trabalhei, peguei na mina. O meu irmão era mineiro, aí me arrumou fichamento. Perguntou se eu queria trabalhar com ele, eu disse: “Vou!” Aí peguei com ele. Eu tinha dezessete anos e seis meses naquela época. Peguei para trabalhar de ajudante com ele na mina.

Na narrativa do Senhor João Batista, podemos perceber que o mesmo começou a trabalhar nas minas ainda muito jovem no contexto do *boom* da mineração na década de 1940, quando da Segunda Guerra Mundial que tornou difícil a importação aumentando com isso o consumo do carvão mineral nacional. Nessa mesma época se instalou em Criciúma a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), iniciando assim, o período de maior expansão da exploração do Carvão da Região. Além da CSN, um número significativo de mineradoras, se instalaram na região e em Criciúma, elevando também a necessidade de mão-de-obra. Conforme Goularti Filho (2002, p.88).

Nos anos 30, surgem mais quatro companhias, nos anos 40 mais 30, e nos 50 mais oito, todas de pequenos proprietários locais. (...) Em 1931 o governo Vargas decretou a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional e em 1937 a cota foi elevada para 20%. Além desses dois decretos foram editados outros que beneficiaram diretamente o carvão catarinense, como o Decreto 4.613 de 1942 que, dentro do “esforço de guerra”, o governo federal encampou toda a produção, elevando-a de 204.181 toneladas em 1939 para 815.678 toneladas em 1945.

Esse crescimento da exploração do carvão acelerou a migração de trabalhadores do sul catarinense para Criciúma o que levou a um crescimento significativo da população, que quase dobrou naquele período (Carola, 2002. Miranda, 2003. Nascimento, 2004). Observamos, nesse contexto, a presença de dois tipos de migrantes bastante distintos, o primeiro era recrutado pelos dirigentes das companhias mineradoras para ocuparem postos de comando como: diretores, engenheiros, administradores, médicos entre outros, que vinham, em sua maioria, de outros estados, ao se estabelecerem na cidade constituíram uma classe média urbana, aliada dos mineradores.

Já o segundo grupo, era constituído por trabalhadores que migraram dos vários municípios da região sul para Criciúma, atraídos pela possibilidade de emprego na

atividade carbonífera, como ocorreu com a família do Sr. João Batista que migrou de Laguna no início da década de 1920.

O senhor João Batista iniciou na época do grande crescimento da atividade carbonífera em Criciúma, década de 1940. Relata que o processo de extração de carvão era muito rudimentar. As galerias eram muito baixas, os próprios mineiros é que detonavam as rochas, e o carvão era retirado por vagonetas, enchidas a pá e retiradas da mina empurrada pelos mineiros, a maior parte do percurso era sobre trilhos de madeira. Isso tornava o trabalho do mineiro muito exaustivo e perigoso, muitos acidentes ocorriam no local de trabalho, como João Batista relatou em seu depoimento, lembrou de pelo menos três acidentes com mortes naquela época. Além do perigo dos acidentes, os trabalhadores tinham sua saúde deteriorada em pouco tempo. Com 29 anos, após onze anos de trabalho pesado, João Batista ficou sem condições físicas para o trabalho na mina, foi afastado do trabalho, retornando sete anos depois.

Sobre a participação no sindicato e nas greves, João Batista diz que nunca foi muito interessado, somente recorreu ao sindicato quando estava doente e a empresa não queria lhe conceder a licença. Sobre as greves diz que eram sempre os mineiros mais velhos que faziam a frente, só que, quando conseguiam um aumento, tinha uma conseqüência no ritmo de trabalho:

(...) eles deram uma vez dez por cento que eu me lembro - ainda foi no governo do presidente Dutra - ai nós ganhamos dez por cento por causa da greve. Mas quem era puxador de carvão e mineiro sofria, porque quando fazia uma greve e ganhava aumento – depois eles queriam cobrar do mineiro: queriam os carros bem cheios e o carvão bem limpo, não podia ter pedra no carvão, a vagoneta bem cheia. Então ali era uns três ou quatro meses o fiscal apelando. Depois com o tempo eles iam esquecendo e voltava ao normal de novo. Mas naqueles meses a gente sofria, porque tinha que estar o carro bem cheio, quase derramando, bem limpo. Porque se não fosse, perdia, pois (?) lá na rua o carvão se tivesse pedra, era assim. Então vinha aquele aumento mais era pouquinho que vinha.

João Batista, mesmo depois de se aposentar continuou trabalhando, primeiro numa coquelaria e por último numa cerâmica de azulejos. Hoje, passa seus dias com a família, ajuda a esposa nos trabalhos domésticos e em pequenos serviços de manutenção da casa, gosta de fazer compras no supermercado, como afirma, sempre onde está mais

barato, e outra atividade é ir para casa de praia. Percebe a perda do poder aquisitivo que seu salário teve após a aposentadoria. Sua aposentadoria não chega a dois salários mínimos, isso dificulta sua condição de vida. Diz que conhece muito pouco do Estatuto do idoso, apenas de ouvir através da mídia, mas reconhece que alguns direitos são muito importantes, como o passe livre no transporte coletivo. Se não fosse isso, não teria como freqüentar sua casa de praia.

Lembranças José Pedro

José Pedro, natural de Imaruí, onde sua família tinha algumas terras, um engenho e sobreviviam da agricultura veio para Criciúma 1954 com a idade de 18 anos para trabalhar como ajudante de mineiro na Mina União. Lembra que essa mina pertencia a um senhor espanhol conhecido como Portela, e mais tarde passou para o grupo Diomício Freitas.

José Pedro, após algum tempo como ajudante passou para o posto de mineiro. Relata que o trabalho era essencialmente braçal, mas já havia uma mecanização incipiente. Ao falar da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), conta que era melhor do que as outras companhias, pois essa era estatal e seus trabalhadores tinham mais direitos: “*era muito melhor, não tem nem comparação*”.

Sobre as vilas operárias, lembrou que as condições eram muito precárias, as casas eram pequenas, não tinha água encanada, instalação sanitária e luz elétrica, quando tinha funcionava somente até as dez horas da noite. O senhor José Pedro casou-se em Criciúma, mas sua esposa também é originária de Imaruí, isto é, fazia parte da mesma leva de migrantes que vieram para Criciúma atraídos pela mineração do carvão.

José Pedro participou das greves de mineiros ocorridas em 1957, 1958 e 1960, além do movimento pela legalidade, liderado por Leonel Brizola a favor da posse de João Goulart na presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

A participação nesses movimentos levou o senhor José Pedro a se envolver mais diretamente com o sindicato dos mineiros e também com o Partido Comunista Brasileiro, que ao que parece tinha certa influência entre os operários das minas de carvão em Criciúma. Após o golpe militar de 1964, Teodoro foi demitido da companhia, devido sua participação no movimento sindical. Voltou então para Imaruí

onde passou a viver da pesca, mas logo retornou a Criciúma a convite de um amigo que lhe havia arrumado um emprego em outra mineradora.

Segundo José Pedro, as greves do período tiveram como principais motivações os baixos salários e as condições de trabalho como exemplifica:

É o gás, carbureto...Então a gente chegava lá, dava 200g de carbureto por dia, agente comprava, descontava no pagamento, a dinamite também era descontada. Ai a gente lutou pra ter, bota também, nós trabalhava de sapatão, não tinha bota, não tinha nada, tinha gente que trabalhava de pé no chão, bota ou de sapatão, era um sapatão que eles faziam na sapataria, tinha umas duas sapatarias que faziam assim né. Então a gente comprava aqueles sapatão, mas tinha algum que trabalhava descalço. Também não hora para trabalhar, pegava 2 horas, 3 horas da madrugada, era um período só, fazia um turno só, pegava das três da manhã as três da tarde. Ganhava pela produção, quanto carro de carvão tirava assim tu ganhava.

Nas lembranças do senhor José Pedro é possível observar que esse enfatiza a sua participação no movimento sindical, bem como as condições de trabalho da época e as posturas de alguns empresários classificando-os como bons ou maus. Como exemplo fala que Sebastião Toledo dos Santos era um bom patrão, “pagava melhor”, enquanto Sebastião Neto Campos e Diomício Freitas como os piores, pois pagavam pouco e cometiam muitas injustiças.

José Pedro, mesmo após a aposentadoria continuou participando dos movimentos sociais. Hoje é o Vice-Presidente da Associação dos Aposentados de Criciúma, foi presidente da associação de moradores de seu bairro e ocupou um cargo público na prefeitura de Criciúma durante a gestão de José Augusto Hülse na década de 1980. Além de ter sido um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no município, no qual não ficou muito tempo.

É Conhecedor do estatuto do idoso, faz parte do Conselho Municipal do Idoso e concorda com o que está escrito, mas tem desconfiança quanto à possibilidade de ser colocado em prática. Preocupa-se muito com as gerações atuais, percebe uma grande despreocupação com o futuro, e que a geração atual tem que aprender a ouvir mais os idosos.

Sobre seu tempo livre, além de ocupar com atividades políticas José Pedro tem uma casa de praia, onde passa todo o verão e também afirma que:

Eu tenho um quintalzinho, de manhã eu dou uma andada assim na Vila, eu caminho um pouco, ando ao redor da Mineira alí eu caminho. Chega a tarde eu tomo um café e vo uma vez outra planta um bocadinho, eu tenho dois lote de terra né, tem a casa e dois lote e tenho dois quintal, eu ainda planto milho, alface, u aipim, um bocado de flor. Quando os vizinho quer alguma coisa, vão lá em casa, é uma ferramenta e tudo, eu tenho tudo né, isso assim e participo, agora to meio paradão assim né, mas eu participei do movimento, ajudei a fundar a Associações, eu não fiquei assim de braços cruzados não assim, ajudei a fundar o PT.

A Curta Trajetória de Valdir na Mineração

Valdir iniciou na mina com 21 anos, filho de um pequeno comerciante, agricultor e que prestava serviços como empreiteiro da carbonífera CBCA, motivo pelo qual facilitou a admissão de Valdir nessa Companhia de mineração como fiscalizador da produção de carvão.

Além de fiscalizar a produção de carvão, isto é, registrava a produção dos trabalhadores que tinham que cumprir certa cota de extração de carvão diário, Valdir também fazia manutenção nas ferramentas utilizadas pelos mineiros, como apontar picaretas e furadeiras. Aos 28 anos sofreu um acidente no interior da mina. Foi atingido por uma pedra que se soltou do teto. Por conta disso, foi afastado do trabalho e acabou se aposentando. Hoje diz “se fosse para começar de novo, preferiria varrer rua”.

Durante o período que trabalhou na mina Valdir afirma não ter se envolvido em graves: “Tinha greve, mas eu nem cheguei perto da greve”. A forma como Valdir ingressou no trabalho da mina talvez explique sua posição em relação à participação de greves e no sindicato. Seu pai era empreiteiro da carbonífera CBCA, o filho tornou-se funcionário da empresa na função de fiscalizar o trabalho dos operários. Como fiscalizador, havia uma separação de função em relação aos outros operários e que poderia dificultar uma maior integração desses com seus companheiros, até porque, sua função era fiscalizar em nome do patrão. Isto é, suas relações, provavelmente, eram mais próximas com seus superiores do que com os companheiros.

O senhor Valdir, por conta do acidente, acabou aposentado com menos de 30 anos de idade, por invalidez. Por ironia do destino, uma outra tragédia em sua vida, um acidente de automóvel, o deixou impossibilitado de andar. Hoje vive sobre uma cama

num asilo de idosos da cidade de Criciúma. Afirma que sua aposentadoria não cobre todas as suas despesas. Desconhece o Estatuto do Idoso, isto é, seus direitos, e a única coisa que gostaria é ter mobilidade pelo menos para “dar uma voltinha”.

A Trajetória de Raul

O senhor Raul, que começou a trabalhar nas minas em 1957, com 18 anos. Foi chamado pela Carbonífera São Marcos para trabalhar na oficina mecânica, e posteriormente fez um curso por correspondência de eletrônica e passou a ocupar a função de eletricista. Raul lembra que na Carbonífera São Marcos trabalhou 18 anos e depois passou para a Carbonífera Criciúma de propriedade de Diomicio Freitas. Relata que naquele contexto ocorreu uma divisão da sociedade que havia entre os Freitas e os Guglielmi, os dois principais mineradores da região e que juntamente com outros constituíram as elites da cidade.

José Paulo Teixeira (1996, p.111) em “Os donos da Cidade” analisa as empresas formadas a partir de famílias locais: “No desenvolvimento inicial da mineração, algumas empresas e famílias dominaram o setor e, desde então, suas histórias se confundem com a história de Criciúma, das suas elites e do imaginário da cidade”. Esses são lembrados, nas falas dos depoentes, como participantes ativos da vida política e econômica da cidade, como na narrativa de Teodoro, que os classificava como “alguns eram bons patrões outros maus”.

Raul lembra ainda do contexto que era criado uma legislação no qual os mineiros trabalhariam 15 anos e se aposentariam. “*Logo em seguida veio aquele direito do aposentado se aposentar com 15 anos*”. Mesmo sabendo que poderia se aposentar Raul continuou trabalhando na expectativa de conseguir uma aposentadoria com um salário melhor.

Em suas lembranças, Raul destacou as diferenças entre o trabalho manual e o mecanizado. “*Eu trabalhei em baixo, era fazer serviço de iluminação e motores de bomba, guincho, essas coisas né. Depois, quando eu passei pra mecanizada é que foi diferente o trabalho lá*”. Faz toda uma descrição utilizando também de gestos para explicar como o carvão era escoado para fora da mina, tanto nas manuais como nas mecanizadas. Reconhece que a mecanização das minas provocou um salto na produção,

“produziam carvão que era uma coisa de louco, num instante acabaram com as minas por causa disso aí”. No entanto, ao falar sobre os acidentes de trabalho não observou nenhum tipo de mudança em relação a mina manual e a mecanizada.

(...) na época quando morria um na mina era bastante falado, mas sempre morria, tem quantidade de pessoa que morria tanto na manual, quanto na mecanizada, bastante amigo eu já perdi na mina, se eu for falar de tudo eles, não lembro de todos né (...)

Raul não participou de greves, essas não são uma lembrança forte em sua memória. Por ocupar uma função essencial, eletricitista, mesmo em momentos de greves tinha que ir à frente de trabalho, pois as bombas d'água não podiam parar sob pena de alagar toda a mina. Ele relata que não teve participação ativa no Sindicato.

Assim, eu era sócio e na verdade hoje até eu tenho algum direito porque sempre paguei sindicato. Comecei aqui nesse sindicato de Criciúma né, depois passei para aquele do Rio Maina, mas hoje os direitos que eu tenho é sempre pelo sindicato do Rio Maina.

Ao falar de sua condição de sócio do Sindicato seu Raul aponta para a divisão do Sindicato dos mineiros de Criciúma, situação impar na história do sindicalismo brasileiro no qual uma categoria de trabalhadores do mesmo município possuir dois sindicatos. A pergunta que se faz é a seguinte: Porque isso aconteceu? Volpato em seus estudos destaca que em virtude da alta organização e mobilização e reivindicação do Sindicato e dos mineiros que estava se processando no início dos anos de 1960, só para citar alguns exemplos os mineiros entraram em greve nos anos de 1958, 1959, 1960, 1961 e 1963, contrariando os interesses dos mineradores. Nas eleições que escolheriam a nova diretoria do Sindicato de Criciúma em 1961, “os patrões empreenderam uma campanha sistemática para retomarem através de lideranças pelegas, o controle e a orientação da política sindical” (VOLPATO, 1984, p.121).

Segundo Volpato, os mineradores não conseguindo ganhar as eleições, liderados por Diomício Freitas, começaram a fazer articulações junto ao Ministério do Trabalho para criar outro Sindicato em Criciúma. Em pouco mais de trinta dias foi criada uma associação de mineiros transformada em Sindicato. Desta maneira estava criado dois

Sindicatos de Mineiros no município de Criciúma, mas com orientação distinta (VOLPATO, 1984, p.122-3).

Raul, devido ao seu local de trabalho, aderiu ao Sindicato do Rio Maina, o qual foi criado por articulação dos mineradores com objetivo de dividir a categoria e que exercia uma função assistencialista. A partir desse momento seu Raul não observou lutas de seu Sindicato e dessa maneira faz algumas comparações:

*O sindicato atuava de uma maneira diferente, porque na verdade parece que eles eram mais direito, hoje as coisas são mais diferentes, os sindicatos hoje tão assim, agente não vê nem...
Então na verdade é bastante diferente porque surgia qualquer problema eles tinham aquela força sindical, entende? Então era diferente de hoje, e foi caindo aos poucos isso foi diminuindo, hoje agente vê as coisas tão diferentes.*

Raul ocupava uma função importante no processo de extração de carvão. O trabalho do eletricista era essencial para manter a mina funcionando, no entanto, poucos ocupavam essa função, apenas um em cada turno de trabalho, segundo afirma Raul, o que aumentava muito sua responsabilidade com o trabalho e talvez o afastasse da convivência com os operários braçais e, conseqüentemente, com o movimento sindical.

Quando obteve sua aposentadoria Raul ainda continuou trabalhando, trocou a Carbonífera Criciúma pela CBCA, nesta ficou por cinco anos e só saiu quando essa empresa faliu e foi encampada pelo sindicato. Lembra dessa época com certa mágoa, diz que saiu com a fama de puxa saco do patrão, por não ter se envolvido com o movimento. Após isso, continuou trabalhando por conta própria consertando aparelhos de tv.

Em relação à condição de aposentado percebe sua condição econômica e de vida deteriorada à medida que o tempo foi passando. Aposentou-se com cinco salários e hoje recebe apenas dois. Conseguiu construir sua casa e criar seus seis filhos com o salário da ativa, com a aposentadoria mal consegue se manter.

Então é coisa interessante, é um negócio que não deveria acontecer isso aí, porque o ser humano trabalha uma vida inteira pra depois desfrutar do que ele trabalhou e de repente o que vai acontecer, é que vem o remédio, vem a doença, precisa de remédio né. Agora você vê fica ruim, como eu disse, eu não tenho condições de arrumar a casa é porque não

tem condições mesmo. É por isso que o quando eu trabalhava tinha condições porque eu recebia e as coisas eram melhor né...

Raul se mostra desiludido com as condições atuais dos aposentados:

Também o que mais me incomoda seria financeiramente, porque se a pessoa tá bem abonada no dinheiro, tem o dinheiro que possa superar as despesas, a gente também não se preocupa tanto com as coisas, não é mesmo? Se a gente pode passar 1 mês, fazer o rancho naquele mês, pagar as contas direitinho, não dever nada para ninguém, já é uma grande coisa, visto que nós dois estamos passando uma dificuldade e isso é com quase todo mundo porque eu noto assim que de uns tempos pra as coisas ficaram bastante ruins mesmo.

Porém, reflete também, sobre outra ótica, a possibilidade do tempo livre, diz que ainda faz algum trabalho para fora, mas faz seu próprio horário, como diz: “quando quero descansar, descanso, quando quero tomar café tomo”. Raul ainda diz que gosta muito de praia, lá é que se sente melhor: “Tenho uma casinha na praia, lá eu faço uma coisa e outra, e lá para mim parece que é vida”.

Últimas Palavras

Os casos acima são relatos de experiências individuais de pessoas que passaram grande parte de sua vida dedicada ao trabalho de extração de carvão. Procuramos traçar suas trajetórias, mesmo que rapidamente. Trata-se de uma opção metodológica, pois não estamos estabelecendo médias quantitativas, apenas mostrando percursos individuais que compõe o todo.

Esses fazem parte do primeiro período de crescimento da cidade de Criciúma que está diretamente relacionada com a exploração do carvão mineral descoberto no final do século XIX. Contudo, foi durante a Primeira Grande Guerra Mundial que a região assistiu ao primeiro surto de crescimento das atividades carboníferas. Em seguida, vieram as medidas protecionistas do Governo Vargas e a criação de políticas voltadas à industrialização pesada dos anos 50, provocando uma aceleração ainda maior da extração do carvão. Com os choques do petróleo dos anos 70 e dentro de um projeto mais ousado de industrialização comandado pelo Estado, o carvão catarinense passou a substituir os derivados de energéticos. Em 1985, as atividades carboníferas geravam

aproximadamente 11 mil empregos diretos com uma produção de 19,8 milhões de toneladas de carvão bruto. Havia uma ampla estrutura produtiva e institucional apoiada pelo Estado que garantia a extração, o transporte e o beneficiamento do carvão. (VOLPATO, 1984; GOULART FILHO, 2002; 2004)

Os operários aposentados da mineração ao relatarem suas experiências enfatizaram as condições precárias de trabalho, na qual estavam submetidos. Em seus relatos destacaram também a difícil situação sócio-econômica que passaram a vivenciar após a aposentadoria. A precarização de seus salários impôs uma volta ao trabalho, que mesmo ainda jovens, estavam com a saúde bastante debilitada. Além disso, é preciso explicitar que a sociedade industrial rejeita os velhos, os aposentados, não dando a eles nenhuma possibilidade de sobrevivência a sua obra, e na medida em que perdem sua força de trabalho, deixando de ser produtores e re-produtores, a sociedade encarrega-se de colocá-los a margem. Os velhos e aposentados das classes favorecidas acabam defendendo-se dessa situação por meio dos bens e propriedades que possuem, sendo que os despossuídos, sequer têm em que se apoiar diante de uma relação com os jovens que, segundo Ecléa Bosí, é de “duplicidade e má fé” (BOSI, 1987 p.78), na medida em que tentam coloca-los sob sua tutela, sendo comum encontrarmos situações em que os mais velhos sequer conseguem controlar os poucos recursos que percebem como resultado de uma vida inteira de trabalho.

Essa sociedade que valoriza apenas o novo e o vigor da juventude desqualifica as experiências dos mais velhos e dos aposentados que ficam relegadas ao esquecimento. O velho os aposentados em especial os da mineração que tem sua saúde bastante debilitada aparecem como um estorvo para a sociedade, que precisa manter uma estrutura de assistência social específica e dispendiosa para os mesmos. Porém, esses aposentados estão aí, discriminados, vendo seus direitos serem cada vez mais diminuídos, as aposentadorias são vistas como um problema social, isto é, pode falir o sistema previdenciário nacional. Não se reconhece que a aposentadoria foi resultado de muitos anos de trabalho e contribuição e no final da vida recebem como recompensa o desprezo dos governos e da sociedade. Os aposentados, os idosos passam a ser classificados como um grupo de pessoas inúteis, que já não tem com o que contribuir para a sociedade, sequer com sua experiência de vida que vem à luz através da memória, como num ato pedagógico.

MEMORY AND EXPERIENCE OF WORKERS RETIREES OF CAPITAL COAL

Abstract: *Along of century XX the exploration of mineral coal marked the city of Criciúma. The growth of the exploration of coal went attracting a big contingent of migrants workers descendents of the some counties of the south Catarinense and until of the others states. These migrants came to act as in the principal workforce of the coal mines. So, the article search to point for two aspects the condition of life these workers: 1) the trajectory in the factory space, theirs struggles, participation in syndicate. 2) point to the precariousness of their living standards after retirements.*

Keywords: *Memory; Work; Experience; Workers; Retireds.*

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **Variiedades da história Cultural**. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina 1937-1964**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2002.

____. **Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina**. In: ____ (Org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: cidade futura, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: cidade futura, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora: Revista dos Tribunais, 1990.

LOURENÇO, Oswaldo. **O Movimento dos Aposentados e suas Lutas**. São Paulo: Gráficas Brasileiras, 1992.

MIRANDA, Antônio Luiz. **Bairro da Juventude: 50 anos de história – filantropia na poeira do carvão**. Criciúma: Unesc; 2003.

NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do Trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1880 –1975)**. Criciúma: Unesc, 2004.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História**. São Paulo, nº 15, abril/1997.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os Donos da Cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

____. **A Miséria da teoria**: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Pirita Humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia do Estado de Santa Catarina, 1984.

____. **Vidas marcadas**: trabalhadores do carvão. Tubarão: Ed. Unisul, 2001.

Entrevistas

DENONI, Valdir. Entrevista concedida em 01/11/2004.

MIRANDA, João Batista. Entrevista realizada em 18/10/2004.

TEODORO, José Pedro. Entrevista concedida em 18/11/2004.

LUZ, Raul. Entrevista concedida em 06/10/2004.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

AS COMEMORAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO EM 1922: UMA RE(LEITURA) DA HISTÓRIA DO BRASIL*

Júlia Ribeiro Junqueira**

Recebido em: 19/05/2011

Aprovado em: 17/09/2011

Resumo: *No ano de 1922, uma antiga personagem da história do Brasil — a Independência — voltava a ser o centro das atenções e, certamente, induzia a nação brasileira a se repensar. Tal reflexão se inseria no âmbito das comemorações do centenário da emancipação política do Brasil que, sem dúvida, se constituíram em uma oportunidade ímpar para que houvesse uma reelaboração tanto da memória imperial como daqueles fatos que marcaram a história brasileira. Sob esse prisma, o artigo pretende demonstrar, a partir de alguns dos preparativos para o sete de setembro, como a publicação do Livro de Ouro e o lançamento de uma edição especial pelo Jornal do Commercio, representaram um artifício para uma re(leitura) da história do Brasil.*

Palavras-chave: *Centenário da independência do Brasil; Livro de Ouro; Jornal do Commercio; História-memória; História do Brasil.*

Comemorações: usos de uma história-memória

Falar sobre comemorações e centenário implica o estabelecimento de uma abordagem que se apóia nas noções de história-memória e de “lugares de memória”. A referência teórica e metodológica destes conceitos tem sua origem na historiografia francesa, a partir da publicação em três tomos da obra *Les lieux de mémoire* dirigida por Pierre Nora. Com as inquietações diante das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX na França, especificamente a partir das décadas de 1970 e 1980, como será visto, o trabalho monumental de Nora expõe o sentimento de angústia perante as teias da memória, buscando refletir sobre os festivais revolucionários, a produção de monumentos cívicos e, claro, os “lugares de memória”.

* Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos apresentados na dissertação *Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil em 1922*, defendida, em maio de 2010, no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Durante o curso de Mestrado, a pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / CAPES.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para explicar todo o processo do fenômeno das comemorações, Nora valeu-se de duas datas emblemáticas: o bicentenário da Revolução Francesa e as celebrações de Maio de 68. Estas últimas traziam, em seu âmago, lembranças que encarnavam o projeto de uma memória comemorativa, devido ao momento especial que os franceses vivenciavam naquela década de 1960, quando uma greve geral foi instalada. Tal evento foi visto, por muitos intelectuais, como uma ação revolucionária que propunha transformações sociais.

O bicentenário da Revolução Francesa, ao contrário, acontecia em um período delicado para o país, pois o governo socialista, no poder desde 1981, a partir de 1983 introduziu uma política econômica no molde neoliberal que se afastava daquela ideologia de esquerda. Como consequência, houve um desencantamento por parte dos grupos intelectuais que enxergaram naquela nova conjuntura histórica um esvaziamento do conteúdo e do sentido dos ideais políticos.

Essa celebração esteve, portanto, diante de um paradoxo: a lembrança de 1789 deveria ser fundamentada apenas na data específica, pois, caso englobasse a totalidade do período, entraria em colisão com aquele esvaziamento dos ideais políticos. Logo, o mito da revolução, que antes estabelecia todo o vínculo entre o passado e o futuro da nação, foi quebrado, permitindo que o presente se configurasse como imprevisível e ficasse distante da coerência organizadora da história.

É nesse sentido que a comemoração se apresenta como um instrumento dinâmico, capaz de usufruir de um modelo memorial vinculado ao modelo histórico. Como afirmou Pierre Nora, a história propõe, mas o presente é que dispõe (NORA, 1992, p.988). Isto é, o presente seria responsável por criar os mecanismos das celebrações, nos quais uma história-memória representasse o elo com o passado, identificando, assim, os mitos de origem pátria — essencial não somente para manter a coesão de grupos e instituições, mas também para definir seus espaços e suas oposições.

No fundo, a história-memória substituiu, nas sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, nos ritos e nas lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Mas se, por um lado, os homens modernos não utilizavam mais a memória oral, por outro, devido à aceleração do tempo, eles tiveram a necessidade de recorrer à história. Deste modo, a história-memória permaneceu associada às identidades inventadas, que careciam de registro e, por

consequente, da escrita da história, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Assim, de acordo com François Hartog, o entrelaçamento do passado, do presente e do futuro merece certa atenção. Essas categorias auxiliam a compreender a relação entre a memória, o presente e o passado em um novo regime de historicidade que combina diferentes temporalidades, ordenando as expressões do tempo de forma a lhes dar sentido (HARTOG, 2003, p.113-62).

Talvez seja por isso que as comemorações de datas nacionais, segundo Lúcia Lippi Oliveira, normalmente são orientadas para destacar alguns elementos que respeitam determinadas trajetórias, como a organização de eventos cívicos, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de comissões executivas nacionais, montagem de exposição, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos, dentre inúmeras outras atividades (OLIVEIRA, 1989, p.172-89). A celebração do centenário da independência do Brasil, em 1922, foi um desses momentos propícios em que se reuniram tais recursos direcionados para a data festiva do sete de setembro. Entre tantas, as abordagens realizadas no *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*¹, publicado pela Almanak Laemmert, e a edição especial lançada pelos redatores do *Jornal do Commercio*² sobre o respectivo acontecimento, chamam a atenção justamente porque em ambas as publicações havia a pretensão de se formar um documento importante de consulta para os leitores interessados em conhecer a história pátria³.

Com as festividades do centenário, chegava a hora de anunciar um novo país para as outras nações e, até mesmo, para os próprios cidadãos brasileiros, definindo as imagens nacionais, delimitando o território e, por fim, modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade. Foi sob esse prisma que se encaminharam os preparativos para as comemorações do sete de setembro em 1922.

A preparação para as celebrações dos cem anos da independência

A Exposição Internacional de 1922 e as comemorações que se inauguram, aproximando-os das demais potências civilizadas do globo e revelando-lhes, como a nós mesmos, o que somos, após um século de progresso como nação livre, se inscrevem ainda como um dos mais

significativos padrões do zelo, patriotismo e amor às tradições nacionais
[...] (FLEIÜSS, 1925, p.106).

As palavras acima transcritas foram pronunciadas pelo secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Max Fleiüss, e ilustram perfeitamente o horizonte de expectativa diante da celebração do dia sete de setembro em 1922. O centenário da independência foi visto como um marco que representaria a entrada do Brasil nos moldes do progresso e da civilização, conceitos que já vinham sendo bastante explorados desde a segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, era um momento propício para fazer uma avaliação do passado, do presente e das perspectivas para o futuro. Sendo assim, vários setores da sociedade, com distintas percepções, não deixaram de participar das comemorações em torno dos cem anos de vida independente da ex-colônia de Portugal.

O governo, desde 1916, já vinha discutindo questões referentes às festividades do centenário e, até mesmo, trabalhando na elaboração de um projeto acerca das distintas celebrações que permeariam a data comemorativa. Mas foi somente três anos mais tarde que esse plano ganhou forma e um conteúdo mais consistente. Substituindo o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 278 de 1916, o de 1919 continha cerca de cem artigos e estabelecia as bases para a constituição de uma comissão para as festas do centenário e todos os processos legais para a realização do respectivo evento. O principal objetivo era que, em todos os pontos do território nacional, se realizassem demonstrações de patriotismo pela data na qual se completava o primeiro século de emancipação política do Brasil. Para atingir tal finalidade, o artigo 1º, parágrafo 4º do Projeto decretava:

[...] a comissão comemorativa do centenário da independência do Brasil interessar-se-á junto às comissões estaduais, assim como estas perante as comissões municipais, para que a comemoração desse acontecimento se faça principalmente com obras produtivas morais, intelectuais e materiais, visando sobretudo a instrução, a higiene das populações e o embelezamento das localidades [...] (Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 1/§4º).

A comissão do centenário foi composta por Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal; Joaquim Ferreira Chaves, ministro da Justiça e Negócios Interiores; Alfredo

Niemeyer, diretor geral dos Serviços Estrangeiros; Pires do Rio, membro da comissão da *Exposição Internacional do Rio de Janeiro*; J. B. de Mello e Souza, secretário geral; Alencar Guimarães, tesoureiro; e João Batista da Costa, diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Além dos encargos estabelecidos no Projeto, o comitê deveria organizar e realizar congressos científicos, literários, históricos, de belas artes, de instrução primária, secundária, superior, técnica e profissional.

Foi a partir desse dispositivo legal que se estabeleceu o concurso público na Capital Federal e nas demais sedes dos outros estados para a composição de trabalhos históricos que formariam o *Livro de Ouro*. As monografias deveriam ter, no mínimo, cento e cinquenta e, no máximo, duzentas páginas e dissertariam sobre assuntos como o Brasil colonial, a legislação e a instrução brasileiras, a evolução econômica do país, o Primeiro Reinado, o comércio e a indústria, dentre outros variados temas, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos trabalhos históricos que formariam o *Livro de Ouro*

Assuntos	
1. Os aborígenes do Brasil	13. A arte dramática do Brasil
2. O Brasil colonial. A obra dos bandeirantes	14. A literatura do Brasil
3. A independência do Brasil. Seus pródomos. A ação de José Bonifácio	15. As ciências no Brasil
4. O Primeiro Reinado	16. As religiões no Brasil
5. A Regência	17. A legislação do Brasil
6. O Segundo Reinado	18. As explorações geográficas no Brasil. A formação histórica das fronteiras nacionais
7. A fundação da República, desde os primórdios da propaganda republicana até a Constituição de 24 de fevereiro de 1891	19. O comércio e a indústria no Brasil
8. O exército e a armada do Brasil	20. A viação férrea do Brasil
9. A diplomacia do Brasil	21. A construção naval e navegação no Brasil
10. A evolução econômica e financeira do Brasil	22. A assistência pública e instituições de previdência no Brasil
11. As belas artes no Brasil	23. A instrução pública no Brasil
12. A música no Brasil	24. A higiene no Brasil
	25. A imprensa no Brasil

Fonte: Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 3º. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

Ulterior concorrência estipulada pelo Congresso Nacional foi referente à realização de pequenos esboços a óleo, com um metro de comprimento por 0,70 de altura, de quadros históricos e alegorias sobre fatos da história do Brasil.

Tabela 1: Relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos pequenos esboços a óleo para a celebração do centenário da independência do Brasil

1. Quadros Históricos	2. Alegorias
1.1 O desembarque do príncipe regente d. João na Bahia	2.1 A fundação do Império
1.2 O Fico	2.2 Aos heróis do exército e da armada
1.3 A proclamação da independência	2.3 As três raças — aborígene, européia e africana — sintetizando o concurso desses elementos étnicos na formação da nacionalidade brasileira
1.4 A abdicação de d. Pedro I	2.4 A Lei Áurea
	2.5 A proclamação da República
	2.6 A unidade da pátria através do primeiro século da sua emancipação política

Fonte: Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 4º. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

As telas premiadas seriam destinadas ao futuro Museu Histórico Nacional, a ser construído de acordo com o artigo 5º do Projeto de 1919. O estabelecimento ainda guardaria, após a devida catalogação e estudo, quaisquer objetos de importância histórica que tivessem relação próxima ou remota com o Brasil, permitindo atestar a evolução da civilização brasileira e manter o culto da tradição através das lembranças das glórias nacionais. Abriu-se, ainda, concurso para a composição de uma ópera histórica, em torno da ideia de independência, que se referisse à vida nacional, em três ou quatro atos. O autor da ópera classificada em primeiro lugar receberia o prêmio de vinte e cinco contos de réis (25:000\$000⁴) e a mesma seria solenemente exibida no dia do centenário da independência.

Outros eventos também fizeram parte das festividades e estavam estipulados no Projeto de Lei de 1919. Um deles foi a realização, entre os dias 1º a 20 de setembro de 1922, do Campeonato Nacional do Remo no Rio de Janeiro. No mesmo período, as duas sociedades hípias da Capital — o Jockey Club e o Derby Club — promoveriam duas grandes corridas, nas quais só poderia haver a participação de animais brasileiros. Prêmio interessante foi o assentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio destinado àqueles que, até a presente data de sete de setembro de 1922, apresentassem maior área de replantio florestal.

Dando início aos trabalhos, como estava previsto no artigo 38º do respectivo Projeto, uma das primeiras ações do Estado foram os melhoramentos na Capital do país, permitindo que a cidade ficasse limpa, saneada e com um bom aspecto para receber a *Exposição Internacional*, atividade programada para as comemorações do centenário, e os estrangeiros que nos visitariam. Carlos Sampaio, em 1920, já havia contratado a

empresa — Lord Belfour of Burleigh-Mitford-Teixeira Soraes — para a realização de obras no Rio de Janeiro. Em carta dirigida ao prefeito do Distrito Federal, F. Adamczuk, representante do referido grupo empresarial, esclareceu que as obras e serviços seriam executados nos seguintes âmbitos: arrasamento do morro do Castelo, abertura da Avenida do morro da Viúva, aterro da Praia do Caju, aterro da Lagoa Rodrigo de Freitas e abertura da Avenida Maracanã (ADAMCZUK, 1920).

Os reparos na cidade causaram sérias discussões e a principal delas talvez tenha sido o arrasamento do morro do Castelo no centro da cidade. Debates infundáveis sobre a destruição ou não do morro repercutiram na imprensa, frutos de duas visões distintas.

A primeira, contrária às obras, especificamente o arrasamento, argumentava que a região do Castelo seria o marco histórico da fundação da cidade, local que abrigava as igrejas de São Sebastião do Castelo e a de Santo Inácio. Sendo assim, afirmava ser um sacrilégio acabar com um lugar sagrado que guardava parte da memória histórica do Rio de Janeiro.

Por outro lado, existiam opiniões a favor de tais obras na cidade, que se embasaram nos procedimentos civilizatórios e modernos para corroborar o argumento. Nessa visão favorável, os melhoramentos na capital eram necessários, e o morro do Castelo representava a desorganização sanitária com os surtos de varíola e febre amarela, bem como o atraso, em contraste com a imponente Avenida Rio Branco, que ficava a apenas vinte metros de distância da visível barbárie que o morro simbolizava (MOTTA, 1992, p.54-65). A disputa terminou com a vitória dos interesses “modernos” e o então prefeito, Carlos Sampaio, ordenou a demolição do morro.

Sobre parte da área demolida de tal região, rasgaram-se largas ruas, onde foram construídos pavilhões para a *Exposição Internacional* do centenário da independência do Brasil⁵. Assim como os melhoramentos, construções e obras na cidade do Rio de Janeiro, o certame também entrou no calendário oficial para as celebrações de 1922. Era a primeira vez que se realizava uma exposição internacional no Brasil, e não em alguma capital do hemisfério Norte, o que acontecia frequentemente, como foi a inaugurada em Londres, em maio de 1851, que teve, como tema principal, a indústria.

A comissão organizadora da mostra foi composta pelo ministro interino da Agricultura Indústria e Comércio, também ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, sendo Antônio Olintho dos Santos Pires o primeiro vice-presidente e

Antônio Assis de Pádua Rezende o segundo vice-presidente, além de diretor da revista *A Exposição de 1922*. Já Delfim Carlos da Silva ocupou o cargo de secretário geral e Mário Barbosa Carneiro o de tesoureiro.

A porta principal da *Exposição* foi edificada sobre o eixo da Avenida Rio Branco, entre o jardim do Palácio Monroe e um terreno particular que lhe ficava fronteiro⁶. A elevação era de 33 metros, abrindo-se num grande arco, cujo vão media cerca de 14 metros de altura. Os autores do projeto foram os arquitetos Edgard Vianna e Mario Fortim. Já na outra extremidade do certame, construiu-se uma porta em estilo colonial que dava entrada para a “seção brasileira”. O projeto de tal obra pertencia ao arquiteto Rafael Galvão (**Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, 308**).

Ilustração 1: *Porta principal da Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil*



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=837422>. Acesso em 04/01/2011

O Palácio Monroe acomodou a comissão da *Exposição*, funcionando como um centro administrativo, onde, no andar térreo, instalou-se o escritório oficial de informações. No primeiro pavimento ficaram os escritórios do comitê e, no segundo, os salões de festas e de recepções.

Os demais prédios construídos serviram para abrigar os pavilhões nacionais e estrangeiros. Estes foram criados para que governos ou industriais das nações amigas convidadas a participar do evento pudessem exibir os produtos originários de seus países, como foram os casos da Argentina, do Japão, do México, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Itália, da Dinamarca, da Noruega, da Bélgica, da França e de Portugal. A circular do dia 31 de março de 1921 do Ministério das Relações Exteriores esclarecia o então convite aos representantes estrangeiros no Brasil para participar da *Exposição Internacional*:

Às embaixadas e legações estrangeiras no Brasil

Rio de Janeiro, 31 de março de 1921

Senhor...,

Tenho a honra de comunicar a V. ..., a fim de que se digne transmitir ao seu governo, à imprensa e aos demais interessados do seu país que, para a comemoração do centenário da independência do Brasil nesta capital, de setembro a novembro de 1922, o governo federal reservará, no recinto da exposição nacional a ser realizada, uma área de terreno aos governos ou expositores estrangeiros que desejem construir pavilhões para a exibição de produtos originários dos seus países, conforme comunicação que acabo de receber do senhor ministro da Justiça e Negócios Interiores. [...] Transmito, assim, ao governo de V. Exa. este convite oficial do governo brasileiro, agradecendo o concurso que se dignar prestar a tão relevante cometimento [...] (Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática, Ano V, nº 8, 2006, 86-87).

De acordo com o regulamento da mostra, os expositores julgados pelo júri seriam premiados com as seguintes distinções: Diploma de Grande Prêmio, Diploma de Honra, Diploma de Medalha de Ouro, Diploma de Medalha de Prata e Diploma de Medalha de Bronze. Haveria também a criação de uma medalha oficial do certame⁷ e a de uma moeda comemorativa do centenário que seriam escolhidas após o julgamento do melhor projeto, ficando este a cargo da Casa da Moeda, devendo as vencedoras entrar em circulação a partir do dia 1º de setembro de 1922. Além disso, realizou-se concurso público para a composição de desenhos de selos postais para a celebração dos cem anos da independência (**Projeto de Lei de 1919**, novembro de 1919, Arts. 18 e 19)⁸.

Ilustração 2: Medalha da Exposição Internacional de 1922-1923



Fonte: Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923, p. 372. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

No final do mês de agosto de 1922, alguns dos convidados estrangeiros que vieram para a celebração do centenário já desembarcavam no porto da cidade do Rio de Janeiro, como foi noticiado no *Jornal do Commercio*:

A bordo do Massila, chegaram ontem a esta capital, vários membros da embaixada especial da França na comemoração do nosso centenário (sic), que ficarão sob a chefia do Sr. Conty, investido no caráter de embaixador extraordinário em missão especial [...] (Jornal do Commercio, 1º de setembro de 1922, 3).

Outros eventos ocorridos nos primeiros dias de setembro também demonstravam a preparação para os festejos do dia sete. Ainda, nas reportagens no *Jornal do Commercio*, informou-se sobre a sessão preparatória realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o *Congresso de História da América* e o início dos trabalhos de instalação dos mostruários brasileiros pelos expositores do Distrito Federal (*Jornal do Commercio*, 1º e 2 de setembro de 1922, 6 e 11)⁹.

As cerimônias da festa comemorativa começaram oficialmente no dia 6 de setembro com a entrega, no Palácio do Catete, de credenciais ao presidente da República por parte dos embaixadores e ministros plenipotenciários em missão especial dos governos estrangeiros. Logo após este evento, houve uma parada militar, na qual as tropas, que se estendiam numa linha de cerca de oito quilômetros, desde a Avenida Rio Branco, passando pelo cais do porto, até a Avenida do Mangue e ruas de São Cristóvão e Escobar, davam as boas vindas ao centenário. Já por volta das 12 horas, as crianças de todas as escolas primárias da Capital da República, como do Brasil inteiro, deveriam

realizar a cerimônia do juramento de fidelidade e amor eternos à Bandeira Nacional. Às 16 horas era inaugurada a *Exposição Internacional do Rio de Janeiro* com a presença do presidente da República, das embaixadas estrangeiras, dos ministros de Estado, do prefeito, dos membros da comissão do certame, entre outros convidados ilustres.

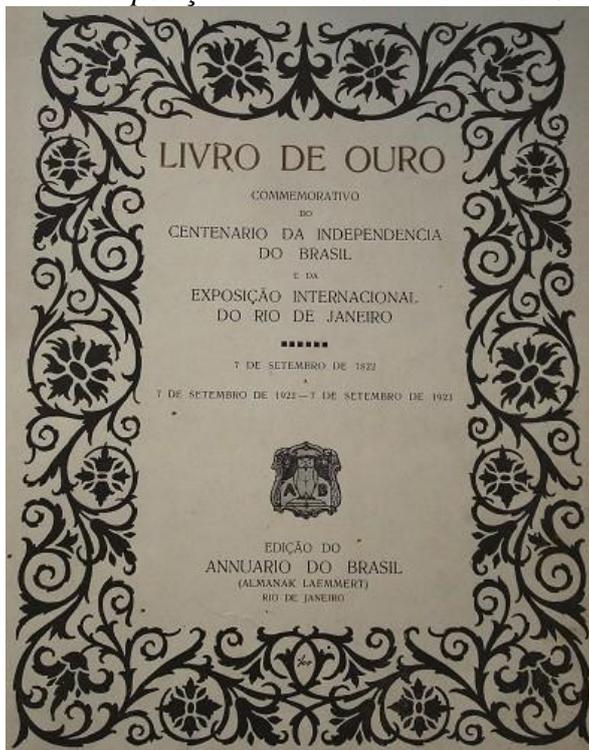
A propósito da mostra, lançou-se a revista — *A Exposição de 1922* — com a incumbência de divulgar e promover tanto o planejamento da mesma, como anunciar os diversos produtos a serem expostos não só pelo Brasil, mas pelas demais nações amigas que participariam do projeto. No primeiro número da revista, lançado em julho de 1922, Pádua Resende pontuou que a exposição, a ser inaugurada no dia sete de setembro, seria a ocasião para demonstrar o progresso brasileiro (RESENDE, apud *A Exposição de 1922*, 1922).

Mas não foi somente na capital da República que a data do centenário da emancipação política do Brasil seria festejada com entusiasmo. Outros estados também se dedicaram à execução de projetos que colaboraram para as celebrações solenes da pátria. Em Minas Gerais, por exemplo, as sugestões para um programa comemorativo se constituíram na instalação, no dia sete de setembro de 1922, de uma direção comum e organização regulamentar do Museu Mineiro, criado em 20/07/1910, com o Arquivo Público. E mais: a impressão gratuita de quatro memórias de diferentes autores mineiros, versando uma sobre a história de Minas, outra focalizando a geografia da região, a terceira discorrendo sobre as riquezas econômicas e uma última sobre ciências, letras e artes mineiras. Ainda seria feita a cunhagem de uma medalha comemorativa do centenário com desenhos e emblemas, acrescido de dizeres alusivos à co-participação histórica de Minas Gerais na grande festa nacional com a legenda obrigatória — *Deus, Pátria e Liberdade* (**Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, 20 de agosto de 1921).

Já o encerramento oficial das festividades do centenário contou com a publicação do *Livro de Ouro*, que juntamente com a *Edição* lançada pelos redatores do *Jornal do Commercio* também representaram um artifício para uma re(leitura) de alguns fatos e eventos da história brasileira através de uma bem montada história-memória.

Um editorial, um enredo

Ilustração 3: Capa do Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro



Fonte: *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Obra bem extensa, o *Livro de Ouro*¹⁰ foi dividido em cinco partes, nas quais foram expostas, além das diversas temáticas que englobavam os assuntos científicos, literários, históricos, geográficos, de belas artes e econômicos, aquelas referentes ao certame realizado no Distrito Federal.

Na primeira parte, encontram-se trinta artigos que fazem uma retomada histórica da política, da sociedade, da cultura, da economia e de outros diversos assuntos concernentes ao Brasil, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Artigos publicados no *Livro de Ouro*

Título	Autor
1. Vaz de Caminha e a sua carta	Capistrano de Abreu
2. Confins territoriais do Brasil	Mário de Vasconcelos
3. Notícia histórica	Rocha Pombo
4. A propaganda republicana	Júlio Carmo
5. A literatura brasileira	Ronald de Carvalho
6. As artes plásticas	Ronald de Carvalho
7. A caricatura no Brasil de 1822 a 1922	Raul Pederneiras
8. Ensaio sobre a música brasileira	Renato Almeida
9. O teatro no Brasil	sem referência
10. A evolução religiosa no Brasil	Nestor Victor
11. Organização religiosa	Jackson de Figueiredo e Perillo Gomes

12. O pensamento filosófico no Brasil	Renato Almeida
13. A Escola Médica brasileira	A. Austregésilo
14. Evolução da arquitetura no Brasil	A. Morales de los Rios
15. Cem anos de engenharia	sem referência
16. O ensino público no Brasil	Afrânio Peixoto
17. Aspectos da sociedade brasileira	Elysio de Carvalho
18. As bases genéticas do nosso Direito Constitucional	Heitor Lyra
19. A diplomacia da independência	Hildebrando Accioly
20. O padre Cícero e o folclore	Gustavo Barroso
21. A evolução econômica do Brasil	Victor Viana
22. Finanças do Brasil	Elysio de Carvalho
23. A imprensa na independência	Barbosa Lima Sobrinho
24. Academia Brasileira de Letras	sem referência
25. A viação férrea no Brasil	sem referência
26. Cem anos de Comércio Exterior	sem referência
27. O Exército Brasileiro	Cel. Joaquim Marques da Cunha
28. Síntese histórica da Marinha de Guerra Brasileira	Raul Tavares
29. Em 1822	Rodrigo Octavio Filho
30. O Brasil de hoje	sem referência

Fonte: *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Nota-se que, em grande parte, os artigos publicados respeitaram as temáticas propostas no Projeto de Lei de 1919¹¹, englobando tanto os fatos históricos, desde a chegada dos portugueses, quanto os econômicos, sociais e culturais que demonstrassem certa evolução das instituições, da cultura e da sociedade brasileiras.

Já a segunda é composta de seis temas, a saber: *A voz da imprensa, A Exposição Internacional, As grandes festas, Congressos e Conferências, Homenagens estrangeiras, Notas várias e Encerramento das festas*. No tópico *A voz da imprensa*, tratou-se da abordagem dada por este meio de comunicação ao centenário, além dos vários números especiais lançados sobre o tema. A primeira edição a ser mencionada foi justamente a do *Jornal do Commercio*, seguindo-se a do *Estado de São Paulo*, cuja publicação se dividiu em diversos números. Acrescentaram-se ainda as folhas especiais da *América Brasileira* que contou com o artigo *Raízes do Idealismo* de Graça Aranha, a do *Monitor Mercantil* que registrou uma síntese da economia brasileira, a d’*O Paiz*, a do *Jornal do Brasil* com a publicação em dois números, a d’*A Noite*, do *Mundo Literário*, da *Fon-Fon!*, d’*A Federação*, entre outras.

A terceira parte do livro dedica-se àqueles denominados “os fundadores do Império e da República”, ilustrada com fotos de José Bonifácio de Andrada e Silva, d. Pedro I, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e os demais presidentes. A quarta desenvolve uma síntese de cada estado brasileiro, incluindo o Distrito Federal. Por último, arrematando o livro, apresenta-se um resumo sobre a imprensa, no qual se fez

uma retomada histórica sobre o *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *O Correio da Manhã*, o *Imparcial* e o *Estado de São Paulo*. Ainda, acrescido de um tópico, com o título *Saudações Portuguesas*, na qual se apresentaram artigos escritos por Alberto d'Oliveira, Antonio Baião, Lucio d'Azevedo, visconde de Carnaxide, Mendes Corrêa, Alberto Pimentel e João de Castro.

De certo, o enredo no *Livro de Ouro* direcionava o tema da comemoração do centenário para um olhar sobre o passado — os cem anos precedentes —, de forma a estabelecer um traço de continuidade na história brasileira. A narrativa entrelaçou as diversas temáticas: trabalhos históricos, artigos sobre a imprensa, a *Exposição Internacional*, a festa comemorativa, e as ilustrações; com o centenário da independência, tempo presente, mantendo a conexão com as lembranças do passado e as projeções do futuro. Guardadas as devidas proporções, semelhante urdidura apresentou-se na *Edição do Jornal do Commercio*.

Como foi salientado, vários periódicos lançaram números especiais na passagem dos cem anos da emancipação política do Brasil. A do *Jornal do Commercio*, todavia, chama a atenção não só por tratar-se de um exemplar volumoso, com 470 páginas, mas, principalmente, por permanecer como único órgão da imprensa que desde a data da sua fundação, em 1827, ainda não tinha sofrido nenhuma interrupção: um folhetim apenas cinco anos mais moço que a independência. Talvez seja por isto que, no editorial da publicação comemorativa de 1922, declarava-se:

O Jornal do Commercio, que saiu à publicidade cinco anos depois da independência, que no início de sua própria existência cooperou com os que tinham fundado o Império, deles recebeu o influxo e as vibrações patrióticas [...]; [...] guarda nas suas coleções de noventa e cinco anos todos os influxos diretos e todos os ecos e todas as polêmicas da história do Brasil. Todos os acontecimentos, de toda espécie e ordem, foram consignados ou recordados nas nossas colunas. Por isso, os nossos destinos sempre estiveram vinculados aos destinos nacionais, e através das nossas coleções é possível reconstituir toda a história do Brasil (Jornal do Commercio, Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922, 5).

Comemorar o centenário era também um movimento de ordem histórica, que carregava consigo o processo de amadurecimento de um país que tinha a independência como um momento que marcava a fundação da sua nacionalidade. A partir dessa mesma

perspectiva, os redatores do *Jornal do Commercio* organizaram a apresentação da *Edição*, já elucidando a narrativa que iria delinear a folha especial lançada para as celebrações.

Em nota veiculada no dia sete de setembro de 1922, o *Jornal do Commercio* informava, junto aos leitores, o motivo pelo qual não havia concluído a tempo, a *Edição*. Na mesma notícia foi divulgada a ilustração da capa¹² da futura folha do centenário, acrescida da introdução e dos primeiros capítulos da narrativa, relativos aos anos de 1822 e 1823. Vale ressaltar que, de acordo com essa notificação, provavelmente o número especial não chegaria a ser publicado tal como fora planejado. A previsão era de que a folha iria formar um grosso volume de mais de quinhentas páginas, abrangendo toda a história do Brasil, desde a independência até a República. Entretanto, o exemplar alcançou 470 páginas, recaindo a ênfase no período imperial, ficando a história republicana restrita a uma espécie de apêndice, com a caracterização administrativa dos estados brasileiros.

Ilustração 4: *Capa do Jornal do Commercio. Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*



Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922. Acervo Particular.

A princípio, o exemplar comemorativo do centenário foi dividido em blocos anuais até 1840, ou seja, o ano do “Golpe da Maioridade”. A partir daí, o material seria organizado em decênios. A justificativa para a mudança decorria do número expressivo de notícias e fatos que se apresentavam a partir do Segundo Reinado. No entanto, ao optar pela divisão em decênios, muitos episódios ficaram excluídos na narrativa, o que acarretou em uma quebra na composição anual que vinha sendo feita até então, ou seja, o registro feito ano a ano.

Já as possíveis explicações para o recorte final, o ano de 1890, podem ser atribuídas a um conjunto de fatores, como a dificuldade em tratar dos trinta anos que sucederam à queda da Monarquia, por esse período se configurar como uma história que, naquele momento, seria muito recente, ainda agravado pelo fato de a Primeira República ser vista, na época, como uma fase que não correspondeu às expectativas e que levantou inúmeros questionamentos¹³. É importante lembrar que uma história do presente sofreu inúmeras críticas desde o segundo quartel do século XIX, inclusive no Brasil. Defendia-se o necessário afastamento temporal do historiador para melhor atender ao critério da imparcialidade (ARAÚJO, 2008, p.152). Possivelmente, os redatores do *Jornal do Commercio*, no número especial de 1922, comungavam dessa mesma visão.

No entender dos redatores, na *Edição* se buscava reconstruir a história do Brasil, por meio de uma seleção das notícias publicadas no periódico durante os noventa e cinco anos anteriores. No entanto, pode-se detectar um interstício no projeto do número especial, visto que a folha iniciava sua narrativa a partir do ano de 1822 e, como se alegara, eram 95 anos de história. Ocorria, portanto, um hiato, já que, entre os anos de 1822 a setembro de 1827, não havia ainda o *Jornal do Commercio*. Logo, um artifício foi utilizado para abranger esses cinco anos após a independência. Ao que tudo indica, para dar conta daqueles anos, além de se apoiar em informações de várias origens, aproveitou como fonte, o *Spectador Brasileiro*, periódico, assim como o *Jornal do Commercio*, fundado por Pierre Plancher e que antecede este último, começando suas atividades em 1824, ano em que o francês chegou ao Brasil.

A *Edição* é introduzida por uma apresentação, abordando alguns personagens, eventos e fatos da história brasileira, acrescida de uma espécie de explicação para o lançamento do número especial. São onze artigos, dos quais dez foram escritos no ano

de 1922 e um foi, na verdade, a republicação do editorial do cinquentenário da independência, em 1872. Dos artigos de 1922, apenas um não tem título, sendo os demais nomeados da seguinte forma: *Os que fizeram o Brasil, O que fez o Brasil, A independência, Significação do 7 de setembro, A evolução do Brasil livre, O Brasil de 1822 e o de 1922, A história do Brasil, Os grandes anais e O nosso número do centenário*. Os oito primeiros textos procuraram explicar aos leitores a importância de festejar os cem anos da emancipação política, além de pontuar os elementos catalisadores, que garantiram toda a glória da independência e o sucesso nos anos posteriores.

Nos outros dois artigos, *Os grandes anais* e *O nosso número do centenário*, os redatores pretenderam entrelaçar a própria história do *Jornal do Commercio* com a história pátria. Diziam que os historiadores encontrariam passagens inéditas da nossa história e, por isto, o periódico permanecia como um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil. Ou seja, qualificaram o diário como um testemunho ocular da história nacional, o que lhe daria autoridade para que ele fosse comparado até mesmo ao próprio Michelet: “Nas 34.845 edições passadas do *Jornal do Commercio* a história é bem a ressurreição de que falava Michelet” (*Jornal do Commercio*, Op. cit., 5). E também argumentaram da seguinte forma:

*Assim, pareceu ao Jornal do Commercio que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros documentos, mas, tendo o Jornal cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do Jornal do Commercio, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores (*Jornal do Commercio*, Op. cit., 5).*

A sucessão dos artigos é bastante elucidativa para se entender a montagem de um enredo interno coerente com a proposta dos redatores de registrar a evolução econômica e financeira do país, o seu progresso agrícola, industrial e comercial, a transformação dos costumes, a evolução das ideias e as lutas políticas. Um dos

primeiros temas tratados na apresentação refere-se, como ficou explícito na publicação, às riquezas do Brasil, à influência do pensamento europeu, ao passado pacífico sem grandes questionamentos e como esses fatores contribuíram para que o país fosse predestinado pela geografia e pela história a desempenhar um papel de primeira grandeza no mundo ocidental.

Além disso, deixava-se claro que nossa opulência continha preciosidades que o mundo moderno buscava constantemente e que, para o equilíbrio econômico dos países, a co-participação do Brasil seria indispensável. Não menos importante, formava a incipiente cultura intelectual dos brasileiros que, universalizada, proporcionava ao país uma característica acolhedora. Ademais, as ideias europeias estavam presentes desde o período colonial, *i.e.*, “O Brasil foi obra consciente de pioneiros obscuros, e acompanhou depois toda a evolução do pensamento europeu que provocou a eclosão da liberdade da América” (*Ibidem*, 1). Mais adiante havia uma nota extensa afirmando que toda a renovação intelectual dos séculos XVIII e XIX se repercutiu na sociedade brasileira, desde Locke, passando por Adam Smith até Jean-Baptiste Say. Acrescentaram-se também as obras de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, atribuindo ao autor a qualidade da clareza quando tratou dos temas da independência econômica e da liberdade comercial.

Um discurso análogo torna-se visível ao se comparar o artigo do ano de 1872 com os de 1922, especificamente, em torno da ideia de um passado pacífico com a exaltação dos “heróis” da nação e dos príncipes que aqui governaram. Assim como foi registrado no editorial dos cinquenta anos da independência, o pensamento de que o Brasil conquistou sua emancipação sem muito derramamento de sangue e que, apesar de alguns contratemplos, tudo ocorreu de forma tranquila, vê-se o mesmo juízo ressurgir na apresentação de 1922.

*[...] A nossa história é suave, e no meio das lutas para a conquista do território, na aquisição de direitos e liberdade, guardamos uma singularidade que nos honra. O Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem histórica, que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça (*Ibidem*, 1).*

Nesta mesma citação, nota-se a utilização da noção de continuidade: a ininterrupção do território e da unidade administrativa. Ainda no primeiro artigo de 1922 encontram-se as seguintes palavras:

Nenhum governador geral foi deposto; a independência foi feita, não pela destituição da autoridade do antigo delegado da metrópole [...] mas, ao contrário, pelo seu reforçamento. Houve transformação de expressão de sua autoridade, mas não interrupção ou mudança (Ibidem, 1).

No editorial *Os que fizeram o Brasil*, o traço de continuidade volta a se destacar. Os portugueses são mencionados como aqueles que iniciaram a criação da grande pátria e que trouxeram “as sementes e os gados adaptáveis para o território brasileiro”. A partir dessa iniciativa, as entradas, as bandeiras e depois o tráfico de escravos eram os meios para obter a mão de obra capaz de lavrar a terra que se oferecia tão cheia de riquezas. Foi assim que o Brasil prosperou, plantando cana e exportando o açúcar, explorando o pau-brasil, as resinas e gomas, o fumo, o algodão, o café e outros produtos. O artigo ainda acrescentou que, com a chegada de d. João VI, o regime protecionista, até então bem sucedido e que trazia benefícios para o Brasil, se deparou com o movimento libertador que atingia a colônia portuguesa após sacudir a Europa. Logo, o então príncipe regente, já afinado com tais pensamentos, assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos brasileiros às nações amigas e permitindo ao país traçar novos caminhos para o seu desenvolvimento e amadurecimento.

D. João e D. Pedro foram desde então os instrumentos da intelectualidade brasileira despertada pela renovação intelectual do mundo. E foi nessa atmosfera de vida nova, que os dois Príncipes portugueses, com superioridade de espírito e compreensão perfeita da fundação de um grande Império, presidiram a elevação do Brasil a Reino, apenas unido a Portugal, à independência e finalmente a completa separação política da velha metrópole (Ibidem, 2).

A exaltação ao jovem monarca, d. Pedro I, também esteve presente no texto *Significação do 7 de setembro*, que acrescentou à independência a característica de um movimento, no qual houve a participação da imprensa, das sociedades maçônicas, das juntas governativas, dos homens bons do Senado da Câmara e dos próprios ministros do

príncipe regente. E ainda se afirmou que todos os participantes eram homens de cultura e de vasta ilustração, a exemplo de Frei Sampaio, Januário Barbosa, os irmãos Ledo, os irmãos Andrada, que contribuíram para o desenvolvimento da ideia de separação e estavam embebidos de toda a cultura de seu tempo.

Já no artigo *O Brasil de 1822 e o de 1922*, há um pequeno esboço histórico, enfatizando a evolução política, econômica, social e cultural destes cem anos após a independência. Por fim, no texto *A história do Brasil*, os redatores revelaram que a nossa história ainda estava em parte por escrever, não pela falta de historiadores, mas porque não existiriam cursos sistemáticos, cátedras especializadas e escritores dedicados exclusivamente ao assunto, embora fossem enaltecidos nomes como de Francisco Adolfo de Varnhagen, João Manuel Pereira da Silva, Robert Southey, Carl Friedrich Phillip von Martius, Joaquim Manuel de Macedo, José Pedro Xavier da Veiga e José Feliciano Fernandes Pinheiro, atribuindo-lhes o título de mestres da história brasileira. Também não se deixou de mencionar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a atuação de d. Pedro II como um dos principais incentivadores no processo de reconstituição do nosso passado.

O prestígio da antiga folha carioca, que na data do centenário da independência completava noventa e cinco anos, certamente autorizava seus redatores a elaborarem um número tão especial e rico como o que se lançou em 1922. Ademais, vale destacar que houve uma enfática reelaboração da memória imperial nas suas colunas, além de um enredo, na apresentação da *Edição*, que produzisse uma noção de continuidade dos fatos e dos eventos da história brasileira, desde o período colonial até àquela presente data de sete de setembro de 1922.

Considerações finais

O ato de comemorar perpassa a sacralização das representações comuns de uma nação. Fundamentando-se juntamente com uma memória coletiva, as celebrações tornaram-se uma temática usada para, por meio de uma encenação, constituir-se em um reforço da tradição, do patrimônio, de configuração de um espaço aos locais de memória, outrora destinados àquela memória associada à oralidade, à vivência e ao processo cíclico (NORA, 1992). E mais: a própria aceleração do tempo implicava um

amanhã cada vez mais incerto, levando a uma intensa produção de história-memória que não se deixasse perder diante de um futuro impreciso.

Sob esse prisma, percebe-se que nos eventos direcionados para as festividades de 1922, assim como na própria *Edição* e no *Livro de Ouro*, houve uma preocupação em fazer uma (re)leitura da história do Brasil a partir de diversos aspectos. Ou seja, não somente através da escrita, mas também, utilizando-se a iconografia, através dos quadros, alegorias, ilustrações, selos, medalhas e outros artifícios, para uma reelaboração da memória imperial e de outros eventos da nossa história. É certo que, tudo deveria de alguma forma fazer a aproximação com o presente, *i.e.*, o centenário da independência, em um diálogo com o passado e, até mesmo, com o futuro.

Neste sentido, destaca-se a ênfase produzida para a questão do progresso brasileiro. Inúmeras vezes houve a necessidade de mostrar que estes cem anos da emancipação política demonstravam como o país tinha apresentado um desenvolvimento nos diversos setores da sociedade, política, economia, cultura, como se constata através dos seguintes temas abordados no *Livro de Ouro* e na *Edição*: *A unidade da pátria através do primeiro século da sua emancipação política*, *A evolução religiosa no Brasil*, *A evolução econômica do Brasil*, *Cem anos de Comércio Exterior*, *A evolução do Brasil livre*, *Evolução da arquitetura no Brasil*, *O Brasil de 1822 e o de 1922*, dentre tantos outros. Por outro lado, o realce se fez através de uma projeção desse progresso para os anos vindouros, no qual as matérias em relação à *Exposição Internacional* demonstravam tal perspectiva: o certame seria ocasião para que o mundo apreciasse este Brasil “evoluído” nos costumes, nas ideias, nas artes, no seu desenvolvimento material; para entrar no rol dos moldes do progresso e da civilização.

Também fica perceptível nos enredos do *Livro de Ouro* e da apresentação da *Edição* que ambos se valeram de estratégias retóricas para que a história-memória do Brasil veiculada se caracterizasse pela noção de continuidade, de progresso e de desenvolvimento em toda sua trajetória. A chegada dos colonizadores portugueses teria dado o início a esta grande história, que sem interrupções, chegava com muito brilho e esplendor naquelas comemorações do sete de setembro em 1922. Pensamentos não tão discrepantes, visto que, como argumentou Manoel Salgado Guimarães, a construção da ideia de nação, no caso brasileiro, não vai de encontro à antiga metrópole, mas, ao

contrário, a nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de certa tarefa iniciada pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1988, 6).

A independência voltou a ser o centro das atenções em 1922 e, certamente, as celebrações em torno do seu centenário foram vistas como um momento propício para se fazer uma reavaliação do passado. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que revirar a história destes cem anos, ou parte dela, foi mais fácil para aqueles homens que viviam no século XX e que já mantinham certo distanciamento temporal dos acontecimentos que marcaram a emancipação política do Brasil. Ademais, as reflexões e os discursos produzidos no âmbito dessa comemoração instigaram a produção de uma história-memória tanto da independência como dos anos posteriores a esse evento, reforçando um traço contínuo e ininterrupto de construção da nacionalidade brasileira.

THE CELEBRATIONS OF THE 7th SEPTEMBER NATIONAL DAY IN 1922: A REASSESSMENT OF BRAZILIAN HISTORY

Abstract: *In 1922, an ancient character of Brazilian history — the Independence — became once again the centre of attention and, indeed, prompted the Brazilian nation to rethink its identity. Such reflection fit within the celebration context of the centennial celebration of independence, which, undoubtedly, provided a unique opportunity for a reformulation of both the imperial memory and those events that marked Brazilian history. Within this framework, this paper seeks to demonstrate, based on some of the arrangements for the 7th September, how the publication of the book *Livro de Ouro* and the launch of a special edition by *Jornal do Commercio* represented a means for reassessing Brazilian history.*

Keywords: *Centennial of Brazilian independence; Livro de Ouro; Jornal do Commercio; History-memory; Brazilian History.*

Documentação

A Exposição de 1922, 1922-1923.

Jornal do Commercio, setembro de 1922.

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922.

Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática. Circulares do Ministério das Relações Exteriores: 1912-1930. Ano V, nº 8. Circular nº 4 do Ministério

das Relações Exteriores às embaixadas e legações estrangeiras no Brasil. 31 de março de 1921. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

Carta de F. Adamczuk ao Prefeito do Distrito Federal, apresentando as bases para a realização de obras, melhoramentos e construções na Capital Federal. 5 de setembro de 1920. *Arquivo IHGB*, coleção Carlos Sampaio.

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Projeto nº 97. 20 de agosto de 1921. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Edição Anuário do Brasil. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923.

Projeto de Lei de 1919, substitutivo ao da Câmara dos Deputados nº 278 de 1916, apresentando as bases para a realização das comemorações do centenário da independência. Novembro de 1919. Art. 1º/§ 4º. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

FLEIÜSS, Max. Cem anos de independência, 1822-1922. **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, v.1, 1925.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**; conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, p.5-27, 1988.

HARTOG, François. Mémoire, histoire, présent. *In*: _____. **Regimes d'historicité**. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p.113-62.

MOTTA, Marly Silva da. Arrasar ou não arrasar, eis a questão! *In*: _____. **A nação faz 100 anos**; a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p.54-65.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. *In*: _____ (Org.). **Les lieux de mémoire**; Les France. t. 3. Paris: Gallimard, 1992, p. 975-1012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.172-89, 1989.

Notas

¹ Daqui por diante, chamado de *Livro de Ouro*.

² Daqui por diante, chamada de *Edição*.

³ Apesar de utilizarmos as duas publicações, o *Livro de Ouro* e a *Edição*, daremos mais ênfase, no tópico — *Um editorial, um enredo* —, ao número especial lançado pelos redatores do *Jornal do Commercio*, visto que foi sobre este periódico que nos debruçamos ao longo da pesquisa do mestrado.

⁴ Valor em libra esterlina: £ 355.475,000. O cálculo em libra esterlina para o valor em mil-réis foi feito a partir dos dados fornecidos pelo IPEA sobre a taxa de câmbio média mensal da libra esterlina (réis por pence), na praça do Rio de Janeiro, entre o período de 1808 a 1930. Fonte: http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1373569362&Tick=1270681484804&VAR_FUNCAO=Ser_Hist%28126%29&Mod=M. Acesso dia 29/03/2010.

⁵ A princípio seria apenas uma exposição nacional, como se verificou nas sugestões oferecidas nos documentos oficiais. Contudo, em junho de 1920, foi sugerida a realização de uma exposição internacional de comércio e indústria para a comemoração do centenário da independência, título que só entrou em vigor no ano de 1921. Por isto, é possível encontrar as duas denominações para a *Exposição Internacional* de 1922.

⁶ Ver Ilustração 1, p. 8. O Palácio Monroe é o prédio à esquerda.

⁷ Ver Ilustração 2, p. 9.

⁸ Assim como as moedas comemorativas, os selos postais também seriam impressos na Casa da Moeda e postos em circulação pela Diretoria Geral dos Correios a partir do dia 1º de setembro.

⁹ Na folha do dia 03/09/1922, a famosa seção Gazetilha foi dedicada ao centenário da independência e tratou de assuntos como a representação mexicana, a homenagem da República argentina e do juramento à bandeira brasileira pelas crianças das escolas do país.

¹⁰ Ver Ilustração 3, p. 11.

¹¹ Ver a relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos trabalhos históricos que formariam o *Livro de Ouro* no Quadro 1, p. 5.

¹² Ver Ilustração 4, p. 15.

¹³ Outros agravantes, mas de ordem secundária, talvez também tenham contribuído para tal recorte temporário, como, por exemplo, a falta de papel, muito recorrente naquele período, devido à carência de indústrias de celulose no país e, conseqüentemente, a vasta importação desse produto. E, até mesmo, a questão do tempo, já mencionada na publicação ordinária do dia 7 de setembro no *Jornal do Commercio*, sobre a impossibilidade de terminar toda a edição planejada para as festividades do centenário, o que teria motivado um determinado recorte. Essas são observações que podem explicar o fato de ter ocorrido certo comprometimento da continuação dos anos subsequentes a 1890, mas é preciso deixar claro que no presente artigo trabalha-se com a hipótese mais provável de que ainda havia um receio por parte dos redatores do periódico em tratar da história republicana.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

RESENHA

MERTENS, Joan R. **How to Read Greek Vases**. New York; New Haven; London: The Metropolitan Museum of Art; Yale University Press, 2010. 176 p.

CONHECENDO A GRÉCIA ANTIGA ATRAVÉS DOS VASOS

*Edson Moreira Guimarães Neto**

Recebido em: 30/11/2011 Aprovado em: 15/12/2011
--

A atual curadora do departamento de arte grega e romana do Metropolitan Museum of Art de Nova York - Joan R. Mertens - é uma renomada especialista em estudos centrados na utilização e interpretação de objetos provenientes da cultura material greco-romana como documentos históricos. Toda essa trajetória de pesquisa torna-se evidente ao observarmos a longa lista de artigos, livros e coletâneas publicados pela autora debruçando-se sobre tais temáticas, destacando-se *Greek Bronzes in the Metropolitan Museum of Art* (1985), *Greece and Rome* (1987), *Greek Art from Prehistoric to Classical: A Resource for Educators* (2001), *Silent Witnesses: Early Cycladic Art of the Third Millennium BC* (2002) e *Art of the Classical World in The Metropolitan Museum of Art: Greece o Cyprus o Etruria o Rome* (2007).

How to Read Greek Vases é o segundo livro de uma série produzida pelo Metropolitan Museum of Art de Nova York, com o objetivo de levar a conhecimento do grande público obras de arte relacionadas a cada uma das coleções do museu, procurando evidenciar que o apelo estético de tais objetos está aliado ao seu valor intrínseco como portadores de mensagens, sendo de tal forma registros históricos e culturais.¹ Para tanto, a série se baseia na dupla premissa de utilizar apenas imagens coloridas (de vários ângulos) dos artefatos apresentados - valorizando o aspecto sensorial - e ao mesmo tempo, a partir da palavra *read* (ler) - apontando as descrições e análises dos possíveis significados das decorações de tais objetos como elementos de comunicação entre os indivíduos das sociedades em que foram confeccionados.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A partir de tais orientações, Mertens informa ao leitor que a intenção do livro é “proporcionar uma introdução ao olhar sobre os vasos gregos” e, portanto, não está fazendo “nem uma história da pintura de vasos nem uma compilação de obras primas”. Ela informa que concebeu esse trabalho como uma visita comentada à galeria do museu onde os objetos se encontram e, sendo assim, a seleção dos vasos comentados obedeceu, sobretudo, a um caráter pessoal de preferência (p.3).

Dessa forma, o livro foi subdividido em trinta e seis capítulos, sendo um introdutório e os demais correspondendo à exposição, descrição e análise de cada um dos trinta e cinco vasos selecionados por Mertens, seguindo uma linha cronológica das técnicas utilizadas na confecção dos mesmos e a relação das decorações desses objetos com o momento histórico e a região do mundo helênico em que cada um deles foi produzido.

Devemos ressaltar que em vários momentos o livro consegue exceder o objetivo de atingir “apenas” o grande público, uma vez que os vastos conhecimentos sobre a produção da cerâmica helênica e do contexto sócio-histórico de produção e circulação desses artefatos demonstrados pela autora se mostram úteis tanto a leitores iniciantes como àqueles mais experimentados em tais temáticas.

Nesse sentido, o momento que pode ser considerado com de maior destaque é o capítulo introdutório, uma vez que após fazer uma breve introdução acerca do valor social que os vasos de cerâmica, os oleiros e pintores possuíam diante dos demais tipos de artes e artistas da Hélade, Mertens apresenta uma revisão dos estudos contemporâneos que tiveram início a partir de achados arqueológicos em tumbas etruscas (na Itália) a partir de meados do século XVIII até o panorama acadêmico atual. A revisão permite que os novos leitores compreendam em poucas páginas a rica trajetória e importância desse campo de estudos tanto para a História como a Arqueologia e fornecem uma série de informações úteis àqueles já engajados em pesquisas na área – o que pode ser exemplificado com o detalhado perfil de Sir John Beazley, autor daquelas que podem ser consideradas as mais importantes compilações catalográficas de vasos gregos no século XX.

Assim, o livro como um todo proporciona uma experiência satisfatória para especialistas e não especialistas pela variedade e qualidade das imagens – atraentes aos olhos dos novos leitores e úteis às análises dos pesquisadores – assim como um texto

atraente e de fácil compreensão que nos prende à leitura revelando aos “novatos” um mundo desconhecido – uma história até então oculta - e aos “experientes” uma série de ideias e sugestões a novos olhares.

Referências Bibliográficas

- MERTENS, J. R. **Greek Bronzes in the Metropolitan Museum of Art**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1985.
- _____. **Greece and Rome**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1987.
- _____. **Greek Art from Prehistoric to Classical: A Resource for Educators**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2001.
- _____. **Silent Witnesses: Early Cycladic Art of the Third Millennium BC**. Alexander S. Onassis Public Benefit Foundation, 2002.
- _____. **Art of the Classical World in The Metropolitan Museum of Art: Greece o Cyprus o Etruria o Rome**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2007.
- HEARN, M. K. **How to Read Chinese Paintings**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2008.

Notas

¹ O primeiro volume da série é *How to Read Chinese Paintings*, escrito por Maxwell K. Hearn (2008).

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.
